

Morgana G. Martins Krieger
Luiza Reis Teixeira
Maria Elisabete Santos
Tânia Fischer
André Luis Nascimento dos Santos
Angélica Olímpia de Oliveira Santos
Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros
Joaquim Alves de Oliveira Neto
Organizadores

Desenvolvimento e Gestão Social na Península de Itapagipe

COMPARTILHANDO RESULTADOS
DE PESQUISA

Conheci a professora Tânia Fischer por volta do ano 2000, durante a coordenação do projeto do Arranjo Produtivo Local da Rua do Uruguai. Nossa aproximação foi essencial, pois Tânia trouxe a teoria necessária para complementar meu conhecimento tácito sobre desenvolvimento local. Ao longo desse tempo, fui enriquecendo minha vivência com o olhar acadêmico sobre o território. Ao idealizar o programa Território Santo, a primeira pessoa que pensei em envolver foi Tânia, dada a importância de unir empresas, universidade e governo para acelerar o desenvolvimento e preservar o conhecimento. Sempre valorizei a parceria com a academia em projetos de desenvolvimento territorial. A sugestão de focar a turma do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) na Península de Itapagipe foi brilhante, priorizando a formação de quem já atuava na região, resultando em um legado de projetos e saberes para futuras gerações. A Península de Itapagipe, com sua forte identidade cultural e histórica, tem um enorme potencial de desenvolvimento, especialmente em áreas como o turismo e a indústria. Acredito que, com uma sociedade civil organizada e consciente, unindo esforços com o poder público, a península tem um futuro promissor, com cidadania madura e protagonismo no desenvolvimento local.

Rosemma Maluf
*Sócia-diretora do Shopping Bahia
Outlet Center*

Desenvolvimento e Gestão Social na Península de Itapagipe

**COMPARTILHANDO RESULTADOS
DE PESQUISA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DA UFBA

Diretor

André Luis Nascimento dos Santos

Vice-diretora

Bárbara Maria Dultra Pereira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

Coordenadora

Luiza Reis Teixeira

Vice-coordenadora

Morgana G. Martins Krieger

Apoio:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL

fapesb
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

Morgana G. Martins Krieger
Luiza Reis Teixeira
Maria Elisabete Santos
Tânia Fischer
André Luis Nascimento dos Santos
Angélica Olímpia de Oliveira Santos
Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros
Joaquim Alves de Oliveira Neto
Organizadores

Desenvolvimento e Gestão Social na Península de Itapagipe

**COMPARTILHANDO RESULTADOS
DE PESQUISA**

Salvador
UFBA
2024

2024, autores.

Direitos para esta edição cedidos à UFBA.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial

Cristovão Mascarenhas

Projeto gráfico

Maria Clara Cajaiba

Coordenação gráfica

Edson Nascimento Sales

Capa

Vânia Vidal e Maria Clara Cajaiba

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Revisão

Cristovão Mascarenhas

Assistente editorial

Bianca Rodrigues de Oliveira

Normalização

Bianca Rodrigues de Oliveira

Sistema Universitário de Bibliotecas - UFBA

Desenvolvimento e gestão social na Península de Itapagipe : compartilhando resultados de pesquisa / Morgana G. Martins Krieger ... [et al.], organizadores. – Salvador : UFBA, 2024.
194 p. : il. : [pdf] : (E-livro).

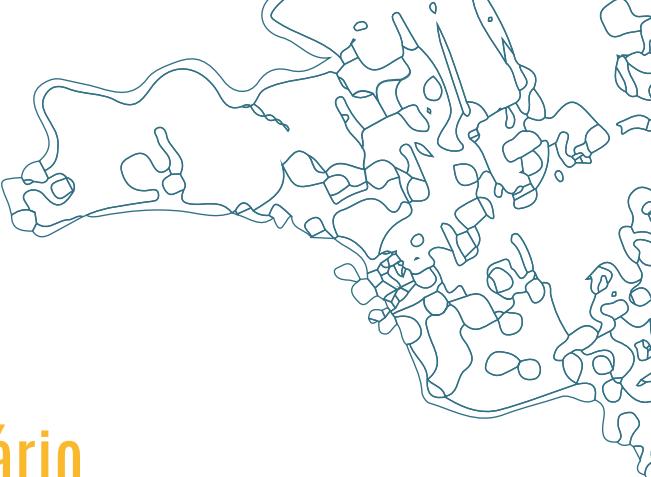
Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/42770>

ISBN: 978-65-5631-144-9

1. Turismo - Aspectos religiosos - Salvador (BA). 2. Empreendedorismo social. 3. Gestão ambiental. 4. Desenvolvimento urbano sustentável. 5. Península de Itapagipe (Salvador, BA) - Condições sociais. I. Krieger, Morgana G. Martins.

CDD: 361.61

Elaborada por Tatiane de Jesus Ribeiro CRB-5: BA-001594/0



Sumário

11

PREFÁCIO

Coletânea da Turma 8 do PDGS: diário de
um bordo peninsular

André Luis Nascimento dos Santos

19

APRESENTAÇÃO

Tânia Fischer

Morgana G. Martins Krieger

Luiza Reis Teixeira

Maria Elisabete Santos

André Luis Nascimento dos Santos

Angélica Olímpia de Oliveira Santos

Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros

Joaquim Alves de Oliveira Neto

27

PARTE I

Gestão social e desenvolvimento territorial:
afroturismo, mobilidade e economia criativa

29

CAPÍTULO 1

Mapa Afroturismo do Axé: conexão das manifestações culturais dos terreiros de candomblé nas redes sociais

Anderson dos Santos Teixeira

Rodrigo Ladeira

39

CAPÍTULO 2

A economia comportamental e os desafios da mobilidade sustentável

Fernanda Rocha Falcão Santos

Ernani Coelho Neto

53

CAPÍTULO 3

Cidades criativas como espaços de reinvenção e reflexão econômica

Roberto Cirico Maciel

Floriano Barboza Silva

Tânia Moura Benevides

73

PARTE II

Experiências nacionais de residência social

75

CAPÍTULO 4

Residência social na Fábrica Cultural: algumas breves reflexões

Samara Santana Meira

Fábio Almeida Ferreira

83

CAPÍTULO 5

Turismo religioso católico e o desenvolvimento territorial: relato sobre a residência social na cidade de Castro Alves (BA)

Hilda Almeida dos Santos

Claudiani Waiandt

95

CAPÍTULO 6

Competências empreendedoras: protagonismo juvenil na cidade de Salvador (BA)

Edvânia Soraia Silva Lima

Claudiani Waiandt

105

CAPÍTULO 7

Formação profissional e valorização dos saberes do mar no território da Península de Itapagipe em Salvador (BA)

Anelize Barbosa dos Santos

Renata Alvarez Rossi

113

CAPÍTULO 8

A contribuição da FIEB para a gestão ambiental da Bahia: achados a partir da residência social

Patrícia Gavazza Garcia

Luiza Reis Teixeira

125

PARTE III

Experiências internacionais de residência social

127

CAPÍTULO 9

Aproximações entre corpos-territórios afro-brasileiros e afro-colombianos: um relato de residência social

Ana Carolina Silva Santos

Ana Cristina Muniz Décia

143

CAPÍTULO 10

A gestão social na práxis do desenvolvimento urbano:
uma experiência na periferia de Lima, no Peru

Camila B. C. de Andrade

Luiza Reis Teixeira

165

CAPÍTULO 11

Residência social na Argentina do papa Francisco:
diário de uma peregrina pelas lentes dadas por Santa
Dulce dos Pobres

Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros

Tânia Fischer

André Luis Nascimento dos Santos

191

SOBRE OS AUTORES



Prefácio

Coletânea da Turma 8 do PDGS: diário de um bordo peninsular

Prezado leitor querido destas mal traçadas linhas que ora escrevo em homenagem aos frutos exitosos de uma tal Turma 8 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que fique dito, meu bem, a razão pelo que faço mesmo é muito mais por aderência profunda ao propósito de tal turma, do que necessariamente, a eventual e passageira função que hoje ocupo, mas que em razão dela, chegou-me esse nobre convite. É que quis o destino, nesse momento final dos alinhavamentos e revisões desta coletânea de textos fruto de pesquisas findadas por essa turma de mestrado, está este prefaciador, homem negro, nascido, criado e residente da Península de Itapagipe, na condição de diretor da Escola de Administração da UFBA. É bom não esquecermos que essa turma ocorreu sob a liderança do professor João Martins Tude, quando do seu mandato de diretor da nossa escola, momento em que atuei como vice-diretor. E, no atual momento, tenho a honra de ter junto comigo nesta direção, a professora Bárbara Maria Dultra Pereira.

Quando, lá atrás, a professora Tânia Fischer iniciou as articulações em prol de uma turma perimetralizada na Península de Itapagipe, eu tive a oportunidade de ser um dos seus interlocutores privilegiados, dada as minhas ligações ancestrais com o território. Não sabia ela que aquela

aventura acadêmica despertaria em mim tantas memórias do lugar, das pessoas com as quais convivi ao longo da vida e das histórias que ouvi falar em minha casa, esse lugar que ainda habito e que habita em mim.

Nascido na maternidade da Cruz Vermelha no ano de 1977 – maternidade que já não existe mais, mas que ficava no Dendezeiros, defronte ao Clube dos Oficiais –, corri na minha meninice no Largo de Roma, quando essa praça pública ainda não se chamava Irmã Dulce e ela, a grande freira, mãe dos pobres, era viva, muito viva, e sua santidão era uma certeza dos “milagres do povo” da Bahia, sem as metafísicas que anos mais tarde o Vaticano reconheceu.

Para além de Irmã Dulce e suas obras assistenciais em fase de formação e consolidação, o Largo de Roma dos anos 1980 era, também, o cenário decadente de um Complexo Religioso e Político denominado Círculo Operário, uma associação católica que nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 atuou como braço político da igreja católica progressista, muito fruto das inspirações da Encíclica papal *Rerum Novarum* e as interações para com as causas sociais. Nessa época que meus olhos foram testemunha, ainda se falava saudosamente dos tempos áureos do Cine Roma, tanto pelas memoráveis exibições em uma das maiores telas da cidade, como, também, pelo fato de lá ter sido o palco dos primeiros *shows* de Raul Seixas, Marcelo Nova e o jovem guardista Jerry Adriani. Ao lado desse cinema que eu testemunhei mais fechado que aberto, havia, também, o Colégio Santo Antônio, uma escola pública que à noite era destinada à educação de adultos, local que eu frequentei algumas vezes junto com minha mãe, quando da sua árdua trajetória rumo à alfabetização.

A Península de Itapagipe sempre avocou para si a alcunha de ser uma das grandes expressões daquilo que territorialmente se entende por Cidade Baixa. Em que pese ser o bairro do Comércio o lugar em que o alto e o baixo restam mais clarividentes aos olhos de quem olha essa nossa cidade em declives, de certo, quem diz que mora na Cidade Baixa, via de regra, refere-se aos principais bairros da Península de Itapagipe – Calçada, Mares, Barão de Cotegipe, Roma, Dendezeiros,

Luis Tarquinio, Bonfim, Imperatriz, Ribeira, Caminho de Areia, Vila Rui Barbosa, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Uruguai, Santa Luzia e por aí vamos. Esse sentimento é tão forte que aqueles que moram em bairros abarcados pela Avenida Suburbana assumem outras identidades, sendo a Cidade Baixa quase que um monopólio de nós, peninsulanos.

Cada feita que me pego a pensar nas realizações da Turma 8 do PDGS, pego-me também a admirar a sensibilidade da professora Tânia Fischer em pensar o território da Península de Itapagipe a partir da academia, esse espaço geopolítico das cidades que, ao mesmo tempo que pode e deve ser ousado e transformador, por vezes se amesquinhava aos reclames do que está posto. O observador desavisado pode até incorrer no equívoco de embarcar na tese do inusitado que tenha sido pelas mãos de uma gaúcha a coragem dessa empreitada. “Ah, careta, quem é você?” que não entendeu que foi pelas mãos dessa mulher soberana que tantas dimensões dessa cidade da Bahia foram descobertas e redescobertas? Tânia, com a sua curiosidade epistêmica desde que chegou à Bahia, não parou de inspirar os baianos a pensarem esse território a partir de novas lentes de aumento, grandeza e empatia. E esta obra é, em grande medida, o resultado dos esforços dessa papisa da Escola de Administração.

Fico pensando sobre as motivações que levaram a professora Tânia a propor uma turma de mestrado especialmente dedicada à Península de Itapagipe, ela que é uma frequentadora habitual desse lugar. Terá sido, meu Deus, pelos seus diálogos frutíferos no bairro do Uruguai lá pelo início dos anos 2000? Ela que, ao tomar conhecimento das tantas associações de bairro da Península de Itapagipe, empreendeu diálogos junto às artesãs do território e os velhos saberes e fazeres cada vez mais esquecidos pelos mais jovens. A vida associativa na península é um capítulo à parte das lutas populares ao direito à cidade, um manancial de experiências ricas no campo da gestão social!

Ou será se foi pelas mãos do velho Arapiraca, um grande líder religioso baiano que conseguiu a proeza de constituir um centro espírita capaz de acolher todas as expressões espirituais, inclusive de

matriz africana e indígena, uma característica ousada para Salvador da década de 1970 e que ainda é incomum no movimento espírita brasileiro. Tânica, nas suas andanças pela Cidade Baixa, sempre foi uma grande entusiasta dessa casa e de seus serviços sociais realizados na península. Você acredita, leitor querido, que ela, para além de intermediar uma palestra minha para falar do patrimônio afro-brasileiro no Casa de Arapiraca, intermediou, também, a ida de dois padres católicos para dialogar com os irmãos espíritas? Quem é que pode com Tânica Fisher?

Tânica, também, sempre se mostrou muito incomodada com uma certa estagnação econômica da Península de Itapagipe. Eu me lembro que tomamos vários cafés tendo esse mote nas nossas conversas. Como um lugar tão bonito não movimenta a circulação de prosperidades? A península de outrora, fora, sim, uma ambiência tanto de veraneios das elites locais, como, também, um centro industrial relevante para a cidade e o Estado. Na minha infância, incomum era a criança que não tinha eventos alérgicos, seja em razão da chaminé da Chadler¹ ou da Souza Cruz². Que criança ou adolescente da Cidade Baixa não se cuidou na clínica do Instituto de Dermatologia e Alergia da Bahia (IDAB)? Entre injeções, nebulizações e vacinas, cá estou eu, redigindo este prefácio... Mas a verdade é que se por um lado o Centro

-
- 1 A Chadler era uma fábrica de chocolate profundamente poluidora do ambiente que ficava perto daqui de casa, no bairro de Roma. Nessa época, não se tinha regulações tão rígidas quanto à emissão de gases na atmosfera e a chaminé era famosa pelo cheiro forte e as alergias nas crianças. Foi a Confederação de Associações da Península de Itapagipe (Campi) que, pela via de manifestações públicas, constrangeu o Estado a expulsar a empresa do território urbano na década de 1980.
 - 2 A Souza Cruz era uma fábrica da indústria do tabaco que fabricava cigarros. Ela ficava na Avenida Luiz Tarquínio, na região que outrora, lá pelos fins do século XIX e início de século XX, um negro (que na época ficava na conta de mulato) fez prosperidade com indústria e logística e, dentre seus feitos, construiu uma vila operária. A vida e obra de Luiz Tarquínio é um case de sucesso na literatura do empreendedorismo e dos pactos sociais entre mercado, estado e sociedade no passado longínquo.

Industrial de Aratu (CIA) e Polo Petroquímico levaram as indústrias da península, o bairro da Pituba levou uma parte da elite econômica que tinha restado nesse território. Quando o dinheiro resolve sair de um lugar, o marasmo e as memórias permeiam as cabeças dos que ficam.

Mas eis que os milagres dos peixes acontecem mesmo em tempos nada alvissareiros... Foi justamente na iminência da santificação de Irmã Dulce, que Tânia Fisher fiscou e foi fisgada pelo desafio de compor a Turma 8. Turma fruto de uma chamada universal, naquele momento dramático da pandemia, essa turma foi profundamente tocada pelos muitos sagrados que habitam a vida de cada um de nós. Tânia certamente não tocou a odisseia de realizar a turma sozinha. Essa turma de mestrado teve no leme as mãos de Ernani Coelho, Luiza Texeira, Marcela Ferreira e Andréia Lé Dias. Tempos depois, juntou-se ao barco a professora Morgana Krieger. E na proa, na comissão de frente, os professores do PDGS, uma turma bacana de intelectuais do campo do desenvolvimento e da gestão social. Tantos nomes que é injusto não citá-los nominalmente: Ana Décia, Ana Rita Sacramento, Andreia Ventura, André Santos, Claudianni Waiandt, Edgilson Tavares, Eduardo Davel, Elisabeth Matos, Fabio Almeida, Floriano Barbosa, Genauto França, Grace Kelly, Guilherme Marback, Horácio Hastenreiter, Jeová Torres, Maria Carolina, Maria Elisabete Santos, Genauto França, Ranieri Moreira, Renata Rossi, Rodrigo Ladeira, Rodrigo Muller e Tânia Moura Benevides. Mas que também fazem parte da nossa escola, outros proeiros que, nas suas áreas de conhecimento, tornam nossa escola um lugar de sonhos possíveis: Vera Lúcia, Silvio Vanderlei, Sérgio Goes, Sandro Cabral, Roberto Brasileiro, Ricardo Coutinho, Raimundo Leal, Paulo Figueiredo, Olivan Rabêlo, Monica Mac-Alister, Luciana Alves, Lindomar Pinto, Leandro Andrade, Karine Freitas, José Célio, José Antônio Gomes de Pinho, João Martins Tude, João Marcelo Pitiá, João Dias, Jair Sampaio, Ivone Freire, Isabel Sartori, Francisco Teixeira, Fernando Pereira, Felipe Tumenas, Ernani Marques, Elisabete Loiola, Diva Ester, Dilson Cerqueira, Denise Ribeiro, Daniela Campos, Cleide Dantas, Carlos Federico, Bárbara Maria Dultra Pereira, Ariadne

Scalfoni, Antônio Sérgio Araujo, Antônio Francisco de Almeida e Adriano Leal Bruni.

E, nesse milagre dos peixes, alguns dos artigos decorrentes das pesquisas da turma tomam corpo e forma nesta obra que a Escola de Administração lança para a sociedade. Esse encontro acadêmico de estudantes do PDGS, agora já egressos, juntamente com os seus professores orientadores e coorientadores, cria sinergias, encontros, confluências e insurgências no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, esse tripé virtuoso que alimenta o espírito da universidade. Por questão de justiça, não descreverei aqui os artífices e suas obras, esse exercício de síntese ficará a cargo da nossa professora Maria Elisabete Santos, a grande intelectual das águas e do direito à cidade.

E ainda por falar no milagre dos peixes, não poderia deixar de lembrar que é também nesse território peninsular de Itapagipe que a velha cidade da Bahia mais ganha contornos de proximidade com a Baía de Todos-os-Santos e suas ilhas. O mar de Itapagipe junto com os mares do Subúrbio é talvez o espaço em que mais seja democrático o uso do patrimônio natural do mar. Ao contrário dos mares cada vez mais gentrificados da Contorno, da Barra, de Ondina e do Rio Vermelho, são nos mares da Península e do Subúrbio até São Tomé de Paripe que o acesso às delícias do mar está posto para todos. Já se permitiu, leitor querido, um banho de mar no complexo Boa Viagem, praia do Roma e o Canta Galo? Ou um mergulho nas águas tranquilas da Madragoa ao Bulgari? Ou uma velejada rumo à boia da Ribeira com uma bordejada no contravento rumo à entrada da Baía dos Tainheiros? Ainda há muito o que se falar dos mares da Península de Itapagipe, das marés e do acesso à comida de uma parte da população de Salvador. Não sem razão, Gilberto Gil, nosso vate administrador, egresso da Escola de Administração nos seus primórdios, lá atrás, vaticinara em “Eu vim da Bahia”³:

3 Ver em: <https://www.letras.mus.br/gilberto-gil/46208/>.

Onde a gente não tem pra comer,
Mas de fome não morre
Porque na Bahia tem mãe Iemanjá
De outro lado o Senhor do Bonfim
Que ajuda o baiano a viver
Pra cantar, pra sambar pra valer
Pra morrer de alegria
Na festa de rua, no samba de roda
Na noite de lua, no canto do mar.

Cidade da Bahia, inverno de 2024

André Luis Nascimento dos Santos

Diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Ogã de Xangô Ayra do Ilé Òsùmàrè Aráká Àṣe Ògòdó



Apresentação

Tânia Fischer

Morgana G. Martins Krieger

Luiza Reis Teixeira

Maria Elisabete Santos

André Luis Nascimento dos Santos

Angélica Olímpia de Oliveira Santos

Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros

Joaquim Alves de Oliveira Neto

O desenvolvimento local e a gestão social partem da prerrogativa de uma perspectiva de desenvolvimento endógeno e democrático, na qual os atores do próprio território assumem papel essencial nas definições, caminhos e direções relacionadas ao que se entende por prosperidade e qualidade de vida. Assim, a discussão sobre desenvolvimento precisa estar sempre integrada com o território, isto é, com as forças, as potências e as demandas dos atores que constituem o território.

Foi a partir dessa perspectiva que, em 2021, o Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) decidiu abrir uma turma específica voltada ao desenvolvimento local e territorial da Península de Itapagipe, em Salvador, que se configurou como a oitava turma do PDGS, a primeira turma voltada para o desenvolvimento de um território específico. Essa pro-

posta resultou em um rico processo formativo de sujeitos sociais, de pessoas, por meio da construção de itinerários formativos que compreendem reflexão sobre práticas e direcionamentos à solução de problemas e à gestão do desenvolvimento territorial.

O PDGS, enfrenta, assim, mais uma vez, o desafio teórico-prático de associar produção de conhecimento e proposta de intervenção em uma realidade, em um território específico – e o faz a partir da rica associação entre conhecimento e saberes produzidos na universidade e na sociedade. Segundo a orientação político-pedagógica do PDGS, a gestão social é um processo territorialmente referenciado voltado à construção e à articulação do interesse coletivo:

a Gestão Social, como condição essencial, é a gestão de processos ancorados territorialmente, como uma forma de representação de poderes locais articuladas em interorganizações, que são instituições de convergência que produzem e recriam ações, projetos e programas. A gestão ocorre em tempos e espaços territoriais que requerem ações individuais e coletivas de produção de bens, serviços e significados (Universidade Federal da Bahia, 2022, p. 7)¹.

Desse modo, o programa coloca como tarefa formar profissionais orientados pelas demandas do território, colocando sempre no processo de formação reflexivo questões como: “quem são os destinatários e sujeitos da gestão social?”. E, de forma substantiva, “qual o tempo”, “espaço”, e quais os “instrumentos, ferramentas, tecnologias” da gestão social? (Universidade Federal da Bahia, 2022, p. 7). Essas são questões e elementos estruturantes que conformam o PDGS e que se fazem presentes nos trabalhos aqui apresentados.

O curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social conta com uma abordagem educacional voltada para o impacto,

1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Administração. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Gestão social*. Salvador: UFBA, 2022.

a experiência e a competência. As aulas e atividades de aprendizagem do mestrado são baseadas em pedagogia voltada para a fundamentação acadêmica, a geração de impacto social, a valorização da experiência e o desenvolvimento de competências em gestão. O foco da formação está situado, portanto, no desenvolvimento profissional, instigando o(a) gestor(a) a refletir sobre suas competências, vivenciar novas experiências profissionais e desenvolver uma tecnologia de gestão social. Com uma base acadêmica robusta e atual, a relevância profissional, organizacional e social está apoiada nas aulas e atividades desenvolvidas ao longo do curso. A diversidade disciplinar de formações do corpo discente favorece um intercâmbio cultural e educacional enriquecedor.

Além das disciplinas teóricas optativas e obrigatórias, o curso conta com algumas atividades que complementam a formação dos alunos. Entre elas, é importante destacar a atividade de residência social, uma marca registrada do programa. A residência social promove um intercâmbio formativo na forma de vivência em comunidades de práticas, orientadas à gestão social do desenvolvimento territorial. Trata-se de organizações ou interorganizações engajadas na solução de problemas análogos aos que estruturam a tecnologia de gestão do estudante. Outra atividade, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) propõe uma Tecnologia de Gestão Social para o Desenvolvimento Territorial, com o propósito de ser implementada na prática profissional do estudante, promovendo o desenvolvimento territorial com impacto social.

Assim, a Península de Itapagipe, localizada em Salvador, é o território sob o qual os olhos e as preocupações dos nossos alunos se debruçam. Salvador é uma cidade cantada em prosa e verso pelas suas belezas naturais e pela sua cultura. Entretanto, a cidade, historicamente, tem perdido parcela significativa do seu patrimônio natural e convive no seu dia a dia com problemas estruturais como a segregação socioespacial e o racismo socioambiental. Tem-se, nos dias de hoje, o desafio de construção de uma cidade sustentável, resiliente e inclusiva.

Segundo a Fundação Mário Leal Ferreira da Prefeitura Municipal de Salvador, a Península de Itapagipe é um território formado por 14

bairros: Boa Viagem, Bonfim, Calçada, Caminho de Areia, Mangueira, Mares, Massaranduba, Monte Serrat, Ribeira, Roma, Santa Luzia, Uruguaí, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro e a parte do Lobato correspondente à Península do Joanes. Esse território é circundado pelo Comércio, pelo Centro Antigo e pelo final da Avenida Suburbana, sendo que esses limites podem ser mais ou menos ampliados, não sendo a península institucionalmente delimitada.

Esse território, que dá início à criação da cidade de Salvador, é rico em tradições e permanente objeto de estudo. Muitos têm sido os estudos sobre Salvador que têm como referência a Península de Itapagipe, a exemplo dos processos de ocupação da cidade; a caracterização de unidades administrativas do poder local que formaram as freguesias; o patrimônio religioso, com estudos sobre papel das igrejas na constituição de territórios; o pioneirismo da indústria e muitos outros. Esses estudos são referências na compreensão do processo de formação da cidade do Salvador e ajudam a compreender a cidade dos tempos atuais.

A moradia e vida digna para moradores, o desenvolvimento econômico inclusivo, com a atração de turistas e, especialmente, de pessoas que buscam usufruir a cidade como espaço de lazer, que ofereça belezas naturais, serviços qualificados e experiências relevantes, são temas e objetos de reflexão de dissertações de caráter aplicado, desenvolvidas pelos alunos do PDGS, em conjunto com suas residências sociais. Os textos aqui apresentados resultam de vivências e observações participativas realizadas pelos nossos mestrandos nos mais variados territórios do Brasil, em outros países, como também das Tecnologias de Gestão Social produzidas, instrumentos voltados à transformação da complexa realidade da Península de Itapagipe.

Os capítulos discutem os problemas enfrentados pela Península, que vão desde a infraestrutura precária às questões de segurança e mobilidade e problemas sociais de várias ordens e estão voltados, sobretudo, à valorização das diversas instituições cidadãs, governa-

mentais e empresariais que são agentes importantes desse território. Em sua complexidade, a Península de Itapagipe deu significado ao PDGS, buscando fortalecer um território ainda mais sustentável, criativo, inteligente, resiliente, acessível e acolhedor. Os temas das pesquisas e tecnologias de gestão social para o desenvolvimento territorial variam desde o afroturismo até o planejamento territorial participativo e o turismo religioso. Espera-se que as Tecnologias de Gestão Social desenvolvidas, oriundas de reflexões acadêmicas, sejam apropriadas pelas lideranças que contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas e também contribuirão para colocá-las em prática.

Em dezembro de 2023, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), por meio do Edital nº 008/2023 de apoio a eventos de popularização das ciências, foi realizado um evento para celebrar o encerramento da oitava turma de mestrado do PDGS. A Península de Itapagipe foi escolhida como local para sediar o evento, e o projeto envolveu a articulação com diversos parceiros, que não só contribuíram para a realização do evento, como sediaram algumas das atividades. Os parceiros foram o Colégio da Polícia Militar de Dendezeiros, as Obras Sociais Irmã Dulce e o Outlet Center. Essa celebração não teria acontecido sem o envolvimento de uma comprometida equipe organizadora e sem a participação dos mestrandos e mestres da chamada “T8”, que conduziram todas as atividades letivas do curso a distância, devido à pandemia da covid-19, e que puderam naquele momento se encontrar por diversos dias.

As atividades envolveram a exposição de banners com os resultados das pesquisas, a realização de palestras sobre desenvolvimento territorial da Península de Itapagipe, com a participação de professores e mestrandos do PDGS, e integrantes das instituições parceiras. Houve a oferta de algumas oficinas por parte de professores convidados e de mestrandos e uma “sessão-pipoca” com a apresentação e discussão de dois curtas-metragens desenvolvidos pelos próprios alunos e alunas do curso. Também aconteceu um sarau com apresentações artístico-culturais de toda a comunidade do programa e um passeio turístico-episte-

mológico, com visitas a diversos locais que fizeram parte das pesquisas dos alunos. Por fim, nada melhor do que registrar esse momento com uma publicação, com autoria dos recém-mestres com seus orientadores, sobre as diversas experiências vividas ao longo do curso.

Os temas abordados pelos vários textos aqui apresentados são diversos, porém devidamente inseridos nas linhas de pesquisa do PDGS, que são: Escalas de Poder, Desenvolvimento e Qualificação Socioterritorial, cujo objetivo é “analisar as escalas de poder e as formas de intervenção em diferentes recortes territoriais”; e Ensino, Pesquisa e Intervenção em Gestão Pública e Gestão Social, que intenta “tratar da problematização, desenho e teste de experiências em modelos, ambientes e tecnologias inovadoras e convergentes de ensino” (Universidade Federal da Bahia, 2022, p. 21-22). No conjunto, os textos retratam o itinerário do processo formativo dos nossos alunos do Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social.

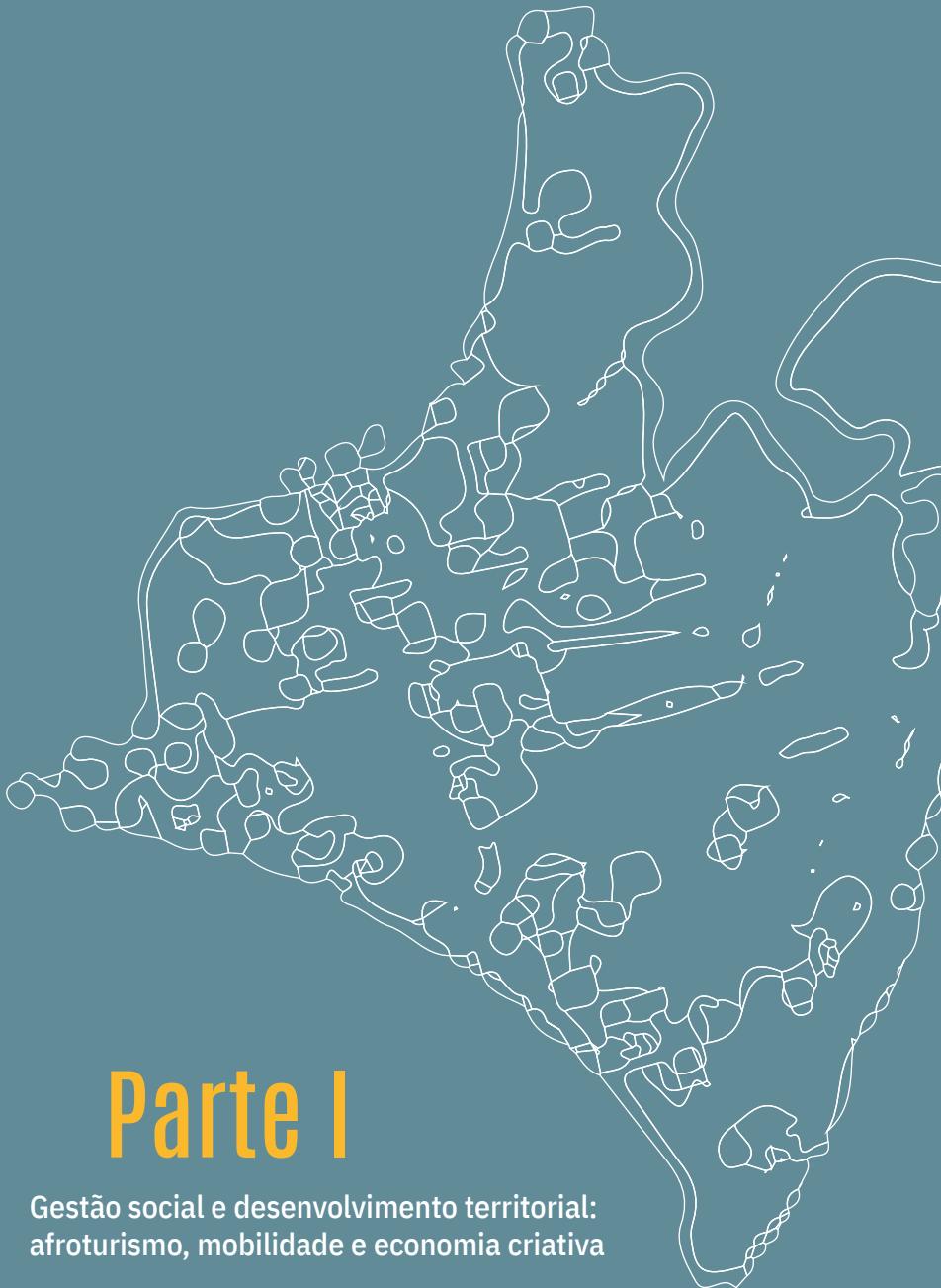
Esta publicação se estrutura da seguinte forma: a presente Introdução apresenta o conjunto dos trabalhos e as condições político-pedagógicas da sua produção. A Parte I traz textos que abordam o tema da gestão social e desenvolvimento territorial com foco no afroturismo, mobilidade e economia criativa, quais sejam: “Mapa Afroturismo do Axé: conexão das manifestações culturais dos terreiros de candomblé nas redes sociais”, de autoria de Anderson dos Santos Teixeira e Rodrigo Ladeira; “A economia comportamental e os desafios da mobilidade sustentável”, de autoria de Fernanda Rocha Falcão Santos e Ernani Coelho Neto; e “Cidades criativas como espaços de reinvenção e reflexão econômica”, de autoria de Roberto Cirico Maciel, Floriano Barboza Silva e Tânia Moura Benevides. No conjunto, esses textos discutem questões relativas ao desafio do desenvolvimento territorial e propõem o estímulo a iniciativas que possam alavancar o desenvolvimento local a partir de suas potências e necessidades.

A Parte II apresenta experiências nacionais de residência social, com os textos: “Residência social na fábrica cultural: algumas breves reflexões”, de autoria de Samara Santana Meira e Fábio Almeida

Ferreira; “Turismo religioso católico e o desenvolvimento territorial: relato sobre a residência social na cidade de Castro Alves (BA)”, de autoria de Hilda Santos e Claudiani Waiandt; o texto sobre “Competências empreendedoras: protagonismo juvenil na cidade de Salvador (BA)”, de autoria de Edvânia Soraia Silva Lima e Claudiani Waiandt; “Formação profissional e valorização dos saberes do mar no território da Península de Itapagipe em Salvador (BA)”, de autoria de Anelize Barbosa dos Santos e Renata Alvarez Rossi; e, por fim, “A contribuição da FIEB para gestão ambiental da Bahia: achados a partir da residência social”, de autoria de Patricia Gavazza Garcia e Luiza Reis Teixeira. Esses capítulos apresentam experiências de vivências em contextos diversos de gestão, com foco na escala nacional – elemento de fundamental importância na consolidação da formação dos gestores sociais em processo de aprendizagem.

A Parte III trata de experiências internacionais de residência social, com os textos: “Aproximações entre corpos-territórios afro-brasileiros e afro-colombianos: um relato de residência social”, de autoria de Ana Carolina Silva Santos e Ana Cristina Muniz Décia; “A gestão social na práxis do desenvolvimento urbano: uma experiência na periferia de Lima, no Peru”, de autoria de Camila B. C. Andrade e Luiza Reis Teixeira; “Residência social na Argentina do papa Francisco: diáário de uma peregrina pelas lentes dadas por Santa Dulce dos Pobres”, de autoria de Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros, Tânia Fischer e André Luis Nascimento dos Santos. Ao todo, esses textos apresentam experiências de vivências em contextos internacionais, o que muito enriquece a análise conduzida sobre a realidade local e nacional.

A totalidade dos textos apresentada traz experiências e aprendizados, o que de melhor tem se produzido em termos de formação, reflexão e troca entre universidade e sociedade. Esperamos que a sua publicação contribua com a construção de uma cidade, de territórios social e ambientalmente mais justos. O PDGS considera que esse é o papel de uma universidade pública social e ambientalmente referenciada.



Parte I

Gestão social e desenvolvimento territorial:
afroturismo, mobilidade e economia criativa



Capítulo 1

Mapa Afroturismo do Axé: conexão das manifestações culturais dos terreiros de candomblé nas redes sociais

Anderson dos Santos Teixeira

Rodrigo Ladeira

Introdução

Fruto da dinâmica e das inovações que ocorrem no mercado do turismo, emergiu, em 2018, um movimento no Brasil chamado de “afroturismo”, termo que passou a ser utilizado por diversos empresários e empreendedores brasileiros para qualificar, valorizar e diferenciar suas atividades. São roteiros turísticos afrocentrados, nos quais as experiências turísticas giram em torno da cultura afrodiáspórica brasileira e, também, da oferta de experiências em países do continente africano (Barbosa, 2021).

A passagem do turismo étnico-afro para o afroturismo traz diferenças substantivas no exercício do turismo, uma vez que este não engloba, tão somente, experiências afrocentradas, já que promove e estimula, também, a presença de profissionais negros no comando de agências de viagens, no afroempreendedorismo das comunidades quilombolas, de terreiros e periferias que são majoritariamente

negras, na construção de roteiros, além do desenvolvimento de profissionais negros nas atividades de transporte e de guias. O afroturismo é uma vertente do turismo étnico-afro que, além de valorizar o patrimônio material e imaterial negro, põe como centro das atividades desenvolvidas a população negra (Barbosa, 2021; Dias, 2020; Oliveira, 2021a, 2021b).

Os terreiros da cidade de Salvador guardam a memória e a ação da resistência coletiva do povo negro, que se estabeleceu, em primeiro lugar, no campo da religiosidade afro-brasileira e transbordou para outros setores da sociedade, tais como o campo cultural, gastronômico, turístico e político, deixando um importante legado cultural na cidade (Nascimento; Tozi, 2021). Dessa forma, os terreiros de candomblé são locais que produzem expressões culturais que podem ser utilizadas para fortalecer o movimento do afroturismo nos territórios da cidade de Salvador.

Diante desse contexto, tem-se a Península de Itapagipe (BA), território formado por 14 bairros, integrantes da cidade de Salvador, que, segundo levantamento realizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) (Universidade Federal da Bahia, 2006), concentra 5% dos terreiros de candomblé da cidade. Diante da relevância e expressão dessa organização religiosa nesse território, a questão que se discute neste trabalho é a seguinte: como as redes sociais podem ser utilizadas para dar visibilidade às manifestações culturais dos terreiros de candomblé e, assim, fortalecer o afroturismo na Península de Itapagipe (BA)?

O objetivo deste estudo é propor uma Tecnologia de Gestão Social (TGS) para que as redes sociais sejam utilizadas de modo a dar visibilidade às manifestações culturais dos terreiros de candomblé e, assim, fortalecer o afroturismo na Península de Itapagipe (BA).

Metodologia

Este trabalho se constitui em uma pesquisa qualitativa, voltada à discussão de estudo de caso único, sendo as manifestações culturais da Casa de Oxum – localizada no bairro de Monte Serrat, Rua Segundo Barreiro, nº 35, o objeto específico de análise. Esta pesquisa consistiu na revisão bibliográfica sobre o tema, na realização de análise de documentos relacionados à Casa de Oxum – vídeos disponíveis no YouTube e textos em *blogs* –, além da realização de três entrevistas semiestruturadas com os atores e representações sociais: Edson Costa (Rede Emunde)¹, Epifânia Assis (Casa de Oxum) e Tânia Tigresa (Casa de Oxum), oportunidade na qual se discutiu a oferta das manifestações culturais de um terreiro de candomblé no circuito do turismo. Além disso, foi feita observação não participante, com o objetivo de vivenciar, de forma mais aprofundada, a realidade estudada e fundamentar a elaboração de propostas de circuitos com potencial atrativo para o afroturismo da Península de Itapagipe (BA). Os dados coletados foram analisados utilizando-se a análise temática (Braun; Clarke, 2006).

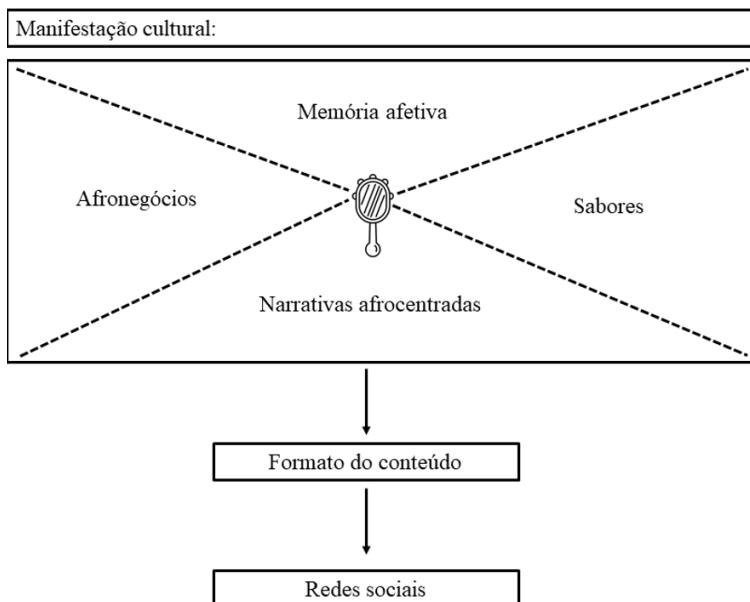
Resultados e discussões

A TGS proposta se constitui com o objetivo de dar visibilidade às manifestações culturais dos terreiros de candomblé e, assim, fortalecer o afroturismo no Brasil. Nesse sentido, o Mapa Afroturismo do Axé aparece como uma ferramenta para auxiliar os atores sociais e as pessoas envolvidas na operacionalização das manifestações culturais dos terreiros de candomblé a estruturarem conteúdos relativos às suas manifestações culturais para divulgação em redes sociais. Parte-se aqui do pressuposto de que as redes são canais, por meio dos quais a exposição de conteúdos poderá

¹ Rede Mundial de Étnico Empreendedorismo.

divulgar e disseminar manifestações do afroturismo, tornando-as mais conhecidas e, consequentemente, com potencial para atrair visitantes.

Figura 1 – Mapa Afroturismo do Axé



Fonte: elaborada pelos autores.

Assim sendo, a partir dos temas que emergiram na pesquisa, com base na utilização da metodologia da Análise Temática para observação das manifestações culturais da Casa de Oxum, o mapa foi estruturado com os seguintes temas: memória afetiva, sabores, narrativas afrocentradas e afronegócios.

O passo a passo para construir o Mapa Afroturismo do Axé consiste em:

1. desenhar o mapa: desenhar um quadrado ou círculo, dividi-lo em quatro áreas para inserção dos temas indicados: memória afetiva, sabores, narrativas afrocentradas e afronegócios;

2. indicar qual manifestação cultural será analisada: determinar qual manifestação cultural será mapeada. Esse registro é muito importante, pois a inserção das informações no mapa dependerá dessa escolha. Para se ter mais assertividade, informações mais precisas e direcionadas na execução da atividade, o ideal é que para cada manifestação seja elaborado um mapa distinto;
3. refletir para responder às perguntas por temas: para cada tema, são propostas três perguntas.

Memória afetiva

- Quais foram as memórias que inspiraram a criação da manifestação cultural?
- Como a ancestralidade influenciou no surgimento da manifestação cultural?
- Quais são as recordações que a manifestação cultural quer preservar?

Narrativas afrocentradas

- Quais histórias do povo negro são contadas?
- Como essas histórias contam o passado, a partir do ponto de vista dos povos da diáspora africana?
- Como os personagens negros são representados?

Sabores

- Qual tipo de culinária é praticada no terreiro?
- Quais são as histórias que inspiraram os pratos produzidos no terreiro?
- Como a identidade e a cultura ancestral são transmitidas a partir da culinária do terreiro?

Afronegócios

- Quais negócios são empreendidos no terreiro? (não precisa ser necessariamente um negócio formal, mas sim a produção de algum produto ou serviço que seja oferecido ao público)
 - Como as pessoas negras participam desses empreendimentos?
 - Quais produtos e/ou serviços são oferecidos?
4. pensar nos formatos dos conteúdos: a partir das respostas alcançadas em cada tema, avaliar que tipos de formatos de conteúdo podem ser utilizados para transmissão desses assuntos nas redes sociais. Alguns exemplos de conteúdos que podem ser utilizados:
- postagens escritas, blogs, artigos, guias, entre outros;
 - livros eletrônicos (*e-books*);
 - imagens;
 - vídeos;
 - *stories* em vídeo;
 - *lives*;
 - infográficos.

É necessário utilizar todos os tipos de conteúdo? Não. Inicialmente, é interessante a utilização de postagens escritas (textos), imagens e vídeos, pois são os tipos de conteúdo que possuem o formato mais adequado para compartilhamento nas redes sociais mais populares na internet (indicadas no passo seguinte).

5. determinar as redes sociais para compartilhar os conteúdos: existem diversas redes sociais disponíveis no mundo virtual: Instagram, Facebook, TikTok, Twitter, WhatsApp, YouTube, Telegram entre outras.

Nesse momento inicial, para testar o mapa, sugere-se que os conteúdos sejam direcionados para o Instagram, o Facebook e o YouTube, pois são as redes sociais mais utilizadas no mundo, e soma-se a isso o fato de que nessas plataformas os conteúdos podem ser inseri-

dos diretamente pelo usuário, mesmo de forma amadora, ou seja, sem a necessidade de ajuda profissional.

Os impactos esperados com a utilização do Mapa Afroturismo do Axé são a movimentação dos perfis nas redes sociais, nos quais os conteúdos sejam publicados. De forma que as visualizações e interações entre os usuários no meio virtual proporcionem mais visibilidade a essas manifestações culturais e despertem o interesse pelas visitações, ou seja, da vivência dessas experiências.

Para os terreiros, também será uma oportunidade de, por meio dos conteúdos divulgados, estabelecer conexões, parcerias com a rede de atores sociais que atuam com o afroturismo em nível nacional e internacional.

Considerações finais

O objetivo principal do Mapa Afroturismo do Axé é a organização de ideias para elaboração de conteúdos com a finalidade de serem compartilhados, divulgados pelas redes sociais. Nesse sentido, os resultados quantitativos dessa movimentação de conteúdos na internet devem ser analisados de acordo com as métricas disponíveis na rede social utilizada.

Em suma, o Mapa Afroturismo do Axé é uma ferramenta que visa incentivar a atuação colaborativa para que os conteúdos que integram as manifestações culturais dos terreiros de candomblé possam ser utilizados para dar mais visibilidade às manifestações por intermédio das redes sociais.

Referências

- BARBOSA, S. C. V. Afroturismo, uma tendência mundial. *Wtm Global Hub*, [London], 2021. Disponível em: <https://hub.wtm.com/pt/artigos/turismo-social-ecomunitario/afroturismo-uma-tendencia-mundial/>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, London, v. 3, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 15 set. 2021.
- DAGNINO, R. *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: EdUEPB, 2014.
- DIAS, G. S. Turismo étnico ou afroturismo: o que é, onde ocorre e como praticá-lo. *Guia Negro*, [São Paulo], 2020. Disponível em: <https://guianegro.com.br/turismo-etnico-ou-afroturismo-o-que-e-onde-ocorre-e-como-pratica-lo/#:~:text=0%20turismo%20étnico%20é%20uma,%20também%20chamado%20de%20afroturismo>. Acesso em: 30 abr. 2022.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Caminhos e Perspectivas para a Tecnologia Social*. Brasília, DF: ITS Brasil, 2018.
- NASCIMENTO, A.; TOZI, D. A Gestão Social das Religiões no Mundo da Pandemia notícias das religiões de matriz africana e os seus discursos em torno da @curada terra. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 187-195, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/42145>. Acesso em: 15 set. 2021.
- OLIVEIRA, N. A. Afroempreendedorismo no turismo, desigualdade racial e fortalecimento da identidade negra. *Revista de Turismo Contemporâneo*, Natal, v. 9, n. 1, p. 42-63, jan./abr. 2021a. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/22322>. Acesso em: 15 set. 2021.

OLIVEIRA, N. A. Precisamos falar sobre racismo no turismo. *Revista Ibero-americana de Turismo*, Maceió, v. 11, n. 2, p. 267-280, 2021b. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/11889>. Acesso em: 15 set. 2021.

SEBRAE. *Turismo Cultural*: relatório de inteligência. [Brasília, DF]: Sebrae, 2018. Disponível em: <https://www.sebraesc.com.br/observatorio/relatorio-de-inteligencia/turismo-cultural>. Acesso em: 21 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro de Estudos Afro-Orientais. *Mapeamento dos Terreiros de Salvador*. Salvador: CEAO, 2006. Disponível em: terreiros.ceao.ufba.br//terreiro/config. Acesso em: 13 mar. 2020.



Capítulo 2

A economia comportamental e os desafios da mobilidade sustentável

Fernanda Rocha Falcão Santos

Ernani Coelho Neto

Introdução

A mobilidade sustentável tem um papel a desempenhar no futuro das cidades, sendo a participação ativa dos cidadãos um requisito fundamental para o êxito das medidas nesse campo (Hickman; Hall, Banister, 2013). Desde 2012, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável tem alertado sobre o crescimento exponencial das emissões de CO₂ provenientes do setor de transporte, que já representa 25% da energia relacionada às emissões, com 95% originadas de combustíveis fósseis (Organização das Nações Unidas, 2012).

O transporte rodoviário, segundo a mesma fonte, contribui com mais da metade da poluição do ar e com mais de 80% da poluição urbana do ar em algumas cidades, afetando recursos terrestres e aquáticos e exacerbando doenças respiratórias, como asma. Dados do sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas demonstram que, sem uma mudança de tendência, as emissões de CO₂ do setor de transportes devem aumentar

em até 50% até 2050 (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022).

Em função desse cenário, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2012) recomenda as seguintes medidas:

- mudar o sistema de transporte incorporando tecnologias e meios que consumam menos energia;
- mudar a matriz energética do sistema de transporte com estímulo do uso de tecnologias de baixo carbono; e
- evitar emissões de poluentes e reduzir a demanda de deslocamento, através de um melhor desenho urbano e planejamento de transporte para a demanda por mobilidade atual e futura (Organização das Nações Unidas, 2012).

Segundo dados da WRI Brasil (2017), o deslocamento pendular casa-trabalho-casa representa até 80% dos trajetos diários, e os dados demonstram que as pessoas gastam até 360 horas – o que equivale a 15 dias por ano – nesses trajetos. Outro estudo publicado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro revelou que em torno de 17 milhões de brasileiros demoraram mais de 114 minutos no deslocamento casa-trabalho-casa, considerando apenas os deslocamentos acima de 30 minutos. Esse mesmo estudo também apresentou o resultado do tempo de deslocamento médio em 37 regiões metropolitanas brasileiras, sendo que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro obteve o maior período registrado, no qual 2,8 milhões de trabalhadores levaram, em média, 141 minutos nos deslocamentos de viagens casa-trabalho-casa (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2015; Tanscheit, 2016).

Uma das principais causas para o tempo comprometido com deslocamentos é o fato de a maioria das organizações adotar uma jornada de trabalho com horários coincidentes de início e término, causando a concentração de viagens em um curto período. Segundo Petzhold e Lindau (2015), outro agravante é a baixa ocupação dos automóveis em circulação. Nesse sentido, os referidos autores defendem como estratég-

gia a introdução de políticas de Gestão de Demanda de Viagens (GDV) na cultura das organizações. Esse conceito visa racionalizar o uso do automóvel nos deslocamentos ao trabalho e, assim, beneficiar funcionários, a cidade e as próprias organizações (Petzhold; Lindau, 2015).

O objetivo deste capítulo é discutir, partindo da literatura, a conveniência e utilidade do uso de princípios da economia comportamental no enfrentamento dos desafios da mobilidade sustentável no âmbito das organizações. O tema, ainda incipiente no Brasil, foi analisado a partir de estudos selecionados sobre economia comportamental, mapeando as principais falhas de julgamento e possibilidades de intervenção. Por meio do exame da literatura, foi possível, também, identificar experiências de organizações na aplicação de ferramentas relacionadas à GDV.

Este trabalho contém mais três seções. A segunda seção apresenta a economia comportamental e discute vieses cognitivos que afetam as escolhas individuais sobre alternativas de deslocamento. A terceira seção, em seguida, apresenta intervenções organizacionais específicas que podem ser empregadas para o caso da mobilidade sustentável. Por fim, as considerações finais fecham o texto resumindo os principais aprendizados e indicando possibilidades.

Economia comportamental

A pesquisa no campo da economia comportamental ressalta que a conduta humana é influenciada não apenas por leis, políticas, contratos e instituições, mas também pela percepção que os agentes têm em termos de ganhos e perdas relativos, hábitos estabelecidos, problemas de autocontrole, poder da inércia e microincentivos. No mundo real, as decisões das pessoas não ocorrem de maneira isolada; antes, são moldadas pelo contexto social, inclusive pelas informações que recebem sobre as decisões alheias, quanto pelas

comparações frequentes que fazem sobre sua posição em relação aos seus pares (Sunstein; Thaler, 2009).

Essa abordagem destaca os fatores e aspectos latentes ou não detectáveis que influenciam diversas escolhas, seja no âmbito individual, seja no coletivo. Conforme argumenta Thaler (2000), hábitos, experiências pessoais, interesses, necessidades, desejos e emoções compõem o mosaico do processo decisório. Portanto, as escolhas humanas nunca são completamente livres; sempre há alguma influência, nem sempre conectada a um bem maior. Pelo contrário, algumas decisões respondem a padrões de comportamento indesejáveis, inclusive no contexto coletivo (Thaler, 2019). Por esse motivo, mesmo de posse de informação relevante e capacidade de processamento, os seres humanos estão sujeitos a equívocos, escolhas que acabam se mostrando em contradição com as próprias crenças, valores, interesses ou preferências (Sustein, 2014).

Isso ocorre porque, na maioria das vezes, os indivíduos não realizam – ou pelo menos, não conseguem realizar – cálculos complexos sobre as probabilidades e resultados dos cursos de ação alternativos ao tomar uma decisão. O que ocorre com frequência é que se recorra a heurísticas, regras simplificadoras e de rápido processamento que representem soluções satisfatórias.

Embora essas regras sejam frequentemente eficazes e convenientes para a maioria das situações conhecidas ou do cotidiano, podem resultar em escolhas inadequadas em contextos mais desafiadores. Primeiramente, porque as heurísticas operam geralmente de forma automática e abaixo da linha da consciência.

Em segundo lugar, as heurísticas podem negligenciar a complexidade de um conjunto de circunstâncias menos óbvios. Assim, enquanto proporcionam soluções rápidas e que demandam pouca energia e engajamento do sistema nervoso, podem gerar vieses no raciocínio, na decisão resultante e no comportamento associado (Kahneman, 2012).

Vieses comportamentais

Após três décadas de pesquisa acumulada, muitas heurísticas e vieses foram estudados e catalogados no campo da economia comportamental. Com base nesse repertório, é possível identificar os mais frequentemente envolvidos no processo decisório relacionado à mobilidade urbana, tais como o viés de disponibilidade, o viés de ancoragem, o viés de enquadramento, o viés de confirmação e o viés de pressão dos pares. A seguir, abordaremos cada um deles com mais detalhes.

Viés da disponibilidade

Uma heurística fundamental para o julgamento e a tomada de decisão é a disponibilidade (*availability*). Essa regra ou atalho mental parte da premissa de que as inferências probabilísticas e as decisões são influenciadas pela facilidade com que nos lembramos das coisas. No contexto da escolha de utilizar veículos automotores, ou seja, o transporte individual motorizado, políticas públicas que protegem a indústria automobilística e incentivam a compra de carros influenciam a percepção dos agentes sobre os benefícios e custos adicionais de se deslocar com veículo próprio (Maciel *et al.*, 2015).

Seguindo o referido autor, as informações prontamente disponíveis sobre as economias de tempo proporcionadas pela condução do próprio carro tendem a enviesar a escolha dos indivíduos. Além disso, a heurística da disponibilidade pode afetar as escolhas de transporte privado feitas por indivíduos com pouco conhecimento sobre as opções de transporte coletivo ou suas vantagens em relação ao uso do automóvel. Por fim, as pessoas enfrentam dificuldades para estimar de forma precisa atributos como a duração do transporte público em comparação com o privado e os custos envolvidos. Uma forma de mitigar o problema gerado pela heurística da disponibilidade é aumentar a transparência e o acesso à informação sobre o transporte coletivo, destacando vantagens como tarifas, horários e rotas diversas.

Viés de ancoragem

O viés da ancoragem ressalta que as conclusões e decisões dos agentes podem ser influenciadas pelo acesso a produtos ou serviços gratuitos. Em um experimento de campo conduzido no Japão, foram oferecidas passagens gratuitas de ônibus aos participantes da pesquisa durante um mês. O objetivo era tentar alterar a âncora ou regra padrão que favorecia a preferência pelo deslocamento com o carro. Os resultados demonstraram que muitas pessoas estavam dispostas a deixar o automóvel em casa, e várias delas continuaram a utilizar o transporte coletivo mesmo após a conclusão do projeto (Fujii; Kitamura, 2003).

Viés de enquadramento

Num contexto decisório, a maneira como uma situação é apresentada aos indivíduos altera a percepção e as estimativas em termos de ganhos e perdas relativas, influenciando as escolhas de deslocamento e ocupação de determinados espaços para residência ou negócios. Essa é a essência do que é conhecido como efeito de moldura ou enquadramento na literatura comportamental (Sunstein; Thaler, 2009). Em um experimento sobre decisões de rotas, foi possível detectar uma assimetria entre ganhos e perdas em um dado contexto (Senbil; Kitamura, 2004). Segundo a perspectiva comportamental, a percepção de perda decorre da referência anterior, ligada à ideia de que o deslocamento com veículo motorizado individual proporcionava mais autonomia e liberdade. Consultas públicas e canais de informação transparentes podem ajudar a mudar a percepção dos agentes sobre as vantagens das “alternativas verdes” integradas ao transporte público eficiente.

Os autores citados anteriormente argumentam ainda que as decisões de ocupação de espaço também são sensíveis à percepção de ganhos e perdas. O estigma de viver longe do centro em uma cidade-dormitório pode gerar a percepção de perda em vez de ganho associado à ocupação de uma área residencial mais afastada, porém com infraestrutura urbana adequada e fácil mobilidade para os locais

de trabalho e lazer. Nesse caso, é compreensível que existam indivíduos que prefiram viver em espaços menores, com menos segurança, nas áreas centrais.

Viés de confirmação

O comportamento de escolha de transporte é fortemente influenciado pelas crenças e convicções que os indivíduos formam sobre si mesmos, sobre os outros e sobre diversos aspectos e fenômenos presentes no ambiente. Muitos condutores tendem a superestimar suas habilidades, considerando-as acima da média (Solof, 2010). Essa confiança injustificada é parcialmente responsável pelo fato de muitas pessoas dirigirem seus automóveis enquanto realizam chamadas telefônicas ou enviam mensagens de texto.

Solof (2010) acrescenta que, provavelmente, a ilusão de controle distorce a percepção dos riscos para aqueles que optam por dirigir sob o efeito do álcool, mesmo violando as leis de trânsito. Além disso, as decisões em favor do uso do carro geralmente são justificadas por ganhos de tempo, conforto, segurança e facilidade na busca por rotas alternativas, apesar de tais justificativas poderem ser contestadas pela realidade empírica. O viés de confirmação também permeia as escolhas locacionais. É esperado que a maioria das pessoas se perceba como mais competente e informada do que a média na hora de decidir qual é a melhor área para ocupar, levando em consideração suas restrições financeiras, a acessibilidade e outros fatores.

Pressão dos pares

Influências sociais desempenham um papel crucial em escolhas que vão desde a compra de um automóvel até a opção de deslocamento para o trabalho utilizando, por exemplo, a bicicleta. Gaker, Zheng e Walker (2010) conduziram experimentos para explorar a aplicação de achados das pesquisas em economia comportamental na compreensão e previsão dos comportamentos de escolha de modalidades de deslocamento.

Os autores realizaram três experimentos computadorizados com alunos da Universidade da Califórnia-Berkeley. O primeiro investigou o impacto de informações personalizadas na decisão de rota e modalidade de deslocamento, o segundo analisou as influências sociais na decisão de possuir um automóvel, e o terceiro combinou informações acessíveis aos indivíduos com influências sociais e preocupações com a segurança dos pedestres.

Os resultados indicaram que confirmaram a utilidade da economia comportamental na compreensão do comportamento de transporte. Foi possível verificar, por exemplo, que informações específicas sobre as consequências das escolhas de viagem para as emissões de gases de efeito estufa favoreceram as formas de deslocamento mais sustentáveis nas decisões dos alunos (Gaker; Zheng; Walker, 2010).

Os autores observaram também que informações sobre o cumprimento das leis de trânsito pelos pares exerciam mais influência sobre as escolhas de transporte do que o acesso a informações sobre leis de trânsito e estatísticas de acidentes. Por fim, o experimento revelou que as influências sociais tiveram um impacto positivo na decisão de adquirir um carro híbrido e até mesmo na disposição de renunciar ao automóvel para deslocamentos relacionados ao trabalho e ao lazer.

Pesquisas sobre escolha de deslocamento realizadas nos Países Baixos demonstraram que as decisões dos indivíduos são influenciadas pelas escolhas feitas pelos vizinhos e por aqueles que são considerados membros do mesmo grupo socioeconômico (Walker *et al.*, 2011). Isso é consistente com as observações de Bamberg, Hunecke e Blöbaum (2007) de que as interações com nossos pares e a observação de seus comportamentos fornecem *insights* sobre o que é socialmente aceitável e inaceitável, influenciando nossas escolhas de modalidades de deslocamento.

Possibilidades de intervenção

De acordo com Congiu e Moscati (2021), o conceito original de *nudge*, ou seja, “empurrão”, numa tradução livre, descreve qualquer elemento da arquitetura de escolha que previsivelmente influencia o comportamento das pessoas, sem proibir opções ou promover mudanças significativas em seus incentivos econômicos. Uma intervenção desse tipo deve ser fácil e barata de evitar. Assim, pode-se concluir que a caracterização de um *nudge* parte dos seguintes pressupostos: (i) os *nudges* resguardam uma margem considerável de liberdade de escolha; (ii) envolvem baixo investimento; (iii) são ferramentas transparentes (Sunstein; Thaler, 2009).

Considerando o exposto e fundamentado na análise da literatura e dos conceitos de heurísticas e *nudges*, propõe-se, a seguir, uma série de intervenções que podem ser desenvolvidas de acordo com os princípios da economia comportamental para promover a mobilidade sustentável:

- promoção do transporte compartilhado: organizações podem incentivar seus funcionários a adotarem o transporte compartilhado, por meio de grupos de caronas e disponibilização/promoção de aplicativos de compartilhamento. Tal iniciativa reduz o número de veículos nas ruas e, consequentemente, diminui o congestionamento, contribuindo para uma utilização mais eficiente dos recursos. As organizações podem implementar programas de incentivo ou estabelecer parcerias com organizações especializadas que facilitem essa prática;
- incentivo ao uso de transporte público: as organizações podem desempenhar um papel ativo na promoção do uso do transporte público entre seus funcionários. A localização estratégica em instalações próximas a estações de metrô, de trem e/ou de paradas de ônibus, assim como a disponibilização prévia de informações sobre horários (ainda que estimados), trechos de baldeação e/ou conexão, podem ser úteis;

- estímulo à mobilidade ativa: mediante a implementação e manutenção da infraestrutura adequada, organizações podem promover a mobilidade ativa, incluindo caminhada e bicicletas, entre outros meios. Nesse caso, é essencial prover bicicletários, vestiários equipados e promover incentivos como programas de bem-estar que promovam a atividade física no trajeto para o trabalho, como a concessão de folga a cada período de deslocamento para o trabalho realizado a pé ou de bicicleta. Essas ações não apenas contribuem para a mobilidade sustentável, mas também têm benefícios para a saúde e bem-estar dos funcionários;
- colaboração com as partes interessadas: as organizações podem colaborar com outras partes interessadas, como governos locais e organizações não governamentais, para promover soluções de mobilidade sustentável em nível comunitário. Isso pode envolver o compartilhamento de dados, a participação em iniciativas de planejamento urbano, a colaboração em projetos de infraestrutura ou o envolvimento em campanhas educativas. Por meio dessas parcerias, as organizações podem desempenhar um papel ativo na transformação da mobilidade nos territórios em que estão inseridas;
- educação e conscientização: as políticas de mobilidade sustentável devem ser acompanhadas por campanhas educativas e programas de conscientização. É importante informar a população sobre os benefícios da mobilidade sustentável, fornecer orientações sobre opções de transporte alternativas e promover a mudança de comportamento em relação ao uso do carro particular. A conscientização pública desempenha um papel fundamental na aceitação e na adoção das políticas de mobilidade sustentável;
- incentivo à transição energética: uma das maneiras mais impactantes pelas quais as organizações podem contribuir para a mobilidade sustentável é através da promoção da transição energética, investindo, entre outras iniciativas, na disponibilização de carregadores de bateria para automóveis elétricos em suas instalações.

Conclusão

Este trabalho revela que a economia comportamental não apenas se presta à análise de políticas públicas e institutos jurídicos, mas também pode aprimorar a eficiência de certos comportamentos, sempre respeitando a liberdade de escolha dos indivíduos.

A discussão apresentada destaca que, em todo processo decisório, há influências de fatores externos e internos, muitas vezes não conscientes, que moldam as escolhas das pessoas. Dessa forma, é possível interferir no contexto decisório para orientar os indivíduos em direção a escolhas mais sustentáveis no âmbito da mobilidade.

Diante desses pressupostos, torna-se evidente a necessidade de uma cláusula de escape facilmente acessível para os envolvidos no processo. Além disso, é importante ressaltar que os *nudges*, por sua caracterização, não recorrem a incentivos ou desincentivos materiais, como multas, bonificações, impostos ou subsídios. Uma estratégia neutra na sua aplicação, que preserve a liberdade de escolha, é adequada, uma vez que a arquitetura da escolha transforma atos automáticos em um processo de reflexão.

Nesse sentido, sugere-se a realização de pesquisas futuras que possam avaliar quantitativamente a durabilidade dos efeitos positivos dos *nudges* no contexto da mobilidade. Compreender por quanto tempo os efeitos benéficos persistem após a sua implementação é crucial para uma análise abrangente dos efeitos no longo prazo. Além disso, estudos quantitativos podem fornecer dados objetivos sobre a magnitude dos impactos na mobilidade, embasando decisões de políticas públicas e estratégias de intervenção com evidências concretas sobre sua efetividade.

Referências

- BAMBERG, S.; HUNECKE, M.; BLÖBAUM, A. Social Context, Personal Norms And The Use Of Public Transportation:Two Field Studies. *Journal of Environmental Psychology*, London, v. 24, n. 3, p. 190-203, 2007. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494407000357>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- BANISTER, D. The Sustainable Mobility Paradigm. *Transport Policy*, The Hague, v. 15, n. 2, p. 73-80, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967070X07000820>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- CONGIU, L.; MOSCATI, I. A Review of Nudges: Definitions, Justifications, Effectiveness. *Journal of Economic Surveys*, Oxford, v. 36, n. 1, p. 188-213, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/joes.12453>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *O custo dos deslocamentos nas principais áreas urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015.
- FUJII, S.; KITAMURA, R. What does a one-month free bus ticket do to habitual drivers? An experimental analysis of habitand attitude choice. *Transportation*, Amsterdam, v. 30, n. 1, p. 81-95, 2003. Disponível em: <https://trid.trb.org/view/663669>. Acesso em: 3 maio 2023.
- GAKER, D.; ZHENG, Y.; WALKER, J. Experimental Economics in Transportation: Focus on Social Influences and Provision of Information. *Transportation Research Record*, Washington, D.C., n. 2156, p. 47-55, 2010. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdl/uctcwp/qt7vg9m3r1.html>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- HICKMAN, R.; HALL, P.; BANISTER, D. Planning More For Sustainable Mobility. *Journal of Transport Geography*, London, v. 33, p. 210-219, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jtrangeo.2013.07.004>. Acesso em: 3 maio 2023.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 2022: impacts, adaptation, and vulnerability. Contribution of Working Group II to the*

Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-2022-impacts-adaptation-and-vulnerability/161F238F406D530891AAAE1FC76651BD>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KAHNEMAN, D. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MACIEL, V. et al. Qualidade de vida e mobilidade na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo exploratório para o estabelecimento de indicadores de eficiência de políticas públicas. São Paulo: Mackpesquisa, 2015. Relatório de Pesquisa.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Draft zero: documento preparatório das Nações Unidas para a Rio+20*. Nova York: ONU, 2012.

PETZHOLD, G.; LINDAU, L. A. Planos de mobilidade corporativa: análise e proposta de método para sua elaboração. *Transportes*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.revistatransportes.org.br/anpet/article/view/1102>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SENBIL, M.; KITAMURA, R. Reference Points In Commuters' Departure Time Choice: a prospect theoretic test of alternative decision frames. *Journal of Intelligent Transportation Systems*, New York, v. 8, p. 19-31, 2004. Disponível em: https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10064497/1/Cheng_Commuter%20Arrival%20Time%20Value%20Function%20in%20Urban%20Rail%20Transit_AAM.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOLOF, M. Travelers' Behaving Badly: behavioral economics offers insights and strategies for improving transportation. *Transition Magazine*, Bloomington, 2010.

SUNSTEIN, C. R. Nudges.Gov: Behavioral Economics and Regulation. *Search eLibrary*: SSRN, [s. l.], p. 1-16, 2013. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2220022. Acesso em: 20 nov. 2021.

SUNSTEIN, C. R. Nudging: a very short guide. *Zeitschrift für Verbraucherpolitik*, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 583-588, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268872290_Nudging_A_Very_Short_Guide. Acesso em: 29 jan. 2022.

SUNSTEIN, C. R.; THALER, R. H. Libertarian Paternalism is not an oxymoron. *The University of Chicago Law Review*, Chicago, v. 70, n. 185, p. 1159-1202, 2003.

Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1600573>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SUNSTEIN, C. R.; THALER, R. H. *Nudge: Improving decisions about Health, Wealth and Happiness*. USA: Penguin Books, 2009.

TANSHCEIT, P. Os desafios de uma região metropolitana que não se conecta. *WRI Brasil*, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/os-desafios-de-uma-regiao-metropolitana-que-nao-se-conecta#:~:text=Entre%20as%2037%20áreas%20metropolitanas,%2C9%25%20do%20PIB%20metropolitano>. Acesso em: 12 jun. 2024.

THALER, R. H. Doing Economics without Homo Economicus. *Economicus Journal of Economic Perspectives*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 131-144, 2000. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.14.1.133>. Acesso em: 3 maio 2023.

THALER, R. H. *Misbehaving*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

WALKER, J. L. et al. Correcting for Endogeneity in Behavioral Choice Models with Social Influence Variables. *Transportation Research Part A*, Oxford, v. 45, n. 4, p. 362-374, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0965856411000115>. Acesso em: 20 nov. 2021.

WRI BRASIL. Estudo mostra como organizações podem mudar políticas de transporte de funcionários. *Wri Brasil*, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://EstrategiasdeMobilidadeUrbanaOrganizacoes.pdf> (wribrasil.org.br) . Acesso em: 5 dez. 2017.



Capítulo 3

Cidades criativas como espaços de reinvenção e reflexão econômica

Roberto Cirico Maciel

Floriano Barboza Silva

Tânia Moura Benevides

Introdução

As diferentes dimensões do conceito de desenvolvimento e seu inter-relacionamento com as transformações econômicas que romperam o século XX se expressaram não só em bens de consumo, matéria-prima e modelo de serviços. O uso de novas tecnologias, a gestão e difusão de conhecimentos e a criação de novos modelos de negócios afetam a economia e tornam as cidades cada vez mais inteligentes. Nessa direção, pode-se então afirmar que a cultura, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e a criatividade têm feito a diferença no desenvolvimento dos territórios.

Assim, é preciso pensar a relação entre criatividade, técnica e inovação. Esses elementos, associados, trazem horizontes sobre as novas condições de desenvolvimento, proporcionando um ecossistema complexo de análise. A combinação dessas variáveis tem transformado a economia, os lugares e as redes de negócios e de pessoas,

pensando os procedimentos imateriais e intangíveis, com alta proposta de valor agregado, que se materializa em produtos e serviços à disposição de todos.

As concepções sobre a temática abordada nesta pesquisa são desenvolvidas cientificamente há décadas, e a categoria das cidades criativas tem se tornado objeto de análise de pesquisadores, governos, organizações tecnológicas, empreendedores e organizações da sociedade civil, o que tem levado ao fortalecimento do desenvolvimento cultural, político, econômico e social da sociedade.

A economia criativa tem ganhado cada vez mais destaque como um novo paradigma econômico impulsionado pela criatividade, inovação e talento. Ela abrange uma ampla gama de setores, desde as indústrias tradicionais, como artes visuais, música, teatro e cinema, até segmentos emergentes, como *design*, moda, jogos eletrônicos e a nova tecnologia da informação.

A geração de produtos e serviços torna-se um elemento crucial da economia criativa. Ao combinar habilidades, conhecimento técnico e uma mentalidade empreendedora, os profissionais dessa área desenvolvem elementos diferenciados, que agregam valor tanto para os consumidores quanto para a economia como um todo.

Os produtos e serviços gerados pela economia criativa transcendem a mera funcionalidade, oferecendo experiências enriquecedoras e emocionais aos consumidores. Eles são projetados para despertar sensações, contar histórias e engajar o público de maneiras inovadoras. Além disso, essas produções muitas vezes refletem identidades culturais em uma sociedade, promovendo a diversidade e a expressão criativa dos indivíduos.

Um aspecto fundamental da geração de produtos na economia criativa é a colaboração entre diferentes áreas e profissionais, tais como: *designers*, artistas, engenheiros, programadores e especialistas em *marketing*. Estes se unem para criar produtos interdisciplinares e multidimensionais, tratando-se de uma abordagem colaborativa que

estimula a troca de ideias e conhecimentos, impulsionando a criação de soluções inovadoras e disruptivas.

Trata-se de uma nova ótica, até então não experienciada, na qual o serviço e o produto experimentam novas conexões e linguagens e se alimentam do conhecimento e da inovação para promover função, experiência e valor. Além disso, a economia criativa com a geração de bens e serviços tem um impacto significativo no desenvolvimento econômico de uma região. Ao incentivar a criação de empresas e do empreendedorismo, essas atividades podem contribuir para a geração de empregos, o crescimento da renda e a promoção da sustentabilidade.

Por esse caminho, o problema de pesquisa deste trabalho assim se configura: como a economia criativa nas cidades estudadas pode se constituir em potencial para a reinvenção de fatores, setores e ambientes economicamente sustentáveis? Nessa direção, o objetivo geral da pesquisa é avaliar as contribuições do campo de economia criativa para o desenvolvimento de cidades criativas. Os objetivos específicos se circunscrevem da seguinte maneira: investigar o impacto da economia criativa no desenvolvimento econômico local; avaliar os efeitos da economia criativa na transformação urbana das cidades estudadas; e, por fim, explorar as interações entre a economia criativa e a cultura das cidades.

Assim, este estudo colabora com a reflexão em torno da economia criativa e com a geração de produtos e apresenta uma abordagem dinâmica e inspiradora, voltada ao estímulo ao crescimento econômico. Ao longo da pesquisa, parte-se do pressuposto de que é com base na criatividade e na inovação que os negócios apresentam o potencial de transformar a maneira como vivemos, trabalhamos e nos conectamos, impulsionando a cultura, o desenvolvimento social e a prosperidade econômica de uma determinada região.

Este texto está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção destina-se à apresentação do referencial teórico, e a terceira, à metodologia. Na quarta seção, são apresentados os

resultados obtidos e, na quinta, as considerações finais, que resumem os principais resultados da pesquisa e destacam suas contribuições para o campo da economia criativa e dos estudos urbanos.

Cidades criativas e economia: fundamentação teórica

O termo “economia criativa” surgiu em 2001, na obra de John Howkins, e refere-se à relação entre criatividade e economia. Para ele, “[...] a criatividade não é uma coisa nova e nem a economia o é, mas o que é nova é a natureza e a extensão da relação entre elas e a forma como combinam para criar extraordinário valor e riqueza [...]” (Howkins, 2002, p. 22). Howkins (2022) emprega o termo “economia criativa” de forma ampla, abrangendo 15 indústrias criativas que vão desde as artes até os maiores campos da ciência e da tecnologia. Segundo suas estimativas, no ano 2000, a economia criativa valia US\$ 2,2 trilhões no mundo inteiro, crescendo 5% ao ano. Para ele, existem dois tipos de criatividade: o tipo que diz respeito à realização das pessoas enquanto indivíduos; e o tipo que gera um produto:

o primeiro é uma característica universal da humanidade e é encontrado em todas as sociedades e culturas. O segundo é mais intenso em sociedades industriais, que atribuem um valor maior à novidade, à ciência e à inovação tecnológica e aos direitos de propriedade intelectual (Oliveira; Araujo; Silva, 2013, p. 20).

Florida (2005), por sua vez, considera que há necessidade de se distinguir inteligência, como atributo usado para compreender dados e processar informações e criatividade, que teria o intuito de criar coisas novas e úteis por meio de sua capacidade de sintetizar informações, percepções e elementos materiais. Assim, a criatividade estaria conceitualmente já atrelada a essa ideia de “geração de um produto”.

Um marco mundial na aceitação dessa nova forma de produção econômica, que compreende a criatividade como gerador de produtos, e que trouxe a primeira reunião do que havia de pensamento e prática sobre indústrias criativas foi a XI Conferência Ministerial da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), em 2004. A partir das recomendações feitas no “Painel de Alto Nível sobre Indústrias Criativas e Desenvolvimento”, a referida instituição adotou o conceito “indústrias criativas” na agenda econômica e de desenvolvimento internacional. Dessa forma, ficou instituído o que se convencionou a ser chamado de “economia criativa”.

A Unctad define assim o conceito de economia criativa: “[...] ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico” (United Nations Conference on Trade and Development, 2010, p. 10). Para a Unctad, a economia criativa gera emprego e renda, promovendo a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Na sua execução, é possível gerar interação entre os aspectos econômicos, culturais e sociais com os objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo. As atividades econômicas desenvolvidas nesse âmbito baseiam-se em conhecimento, com foco no desenvolvimento. As indústrias criativas localizam-se no centro da economia criativa.

Antes, porém, de chegar ao campo institucional das Nações Unidas, o conceito de economia criativa – derivado da ideia de indústrias culturais (Howkins, 2002), que, por sua vez, deu-se por ampliação da noção de indústrias culturais – nasceu no âmbito das políticas governamentais australiana e inglesa, como assinalam Vieira e Silva (2017). Só depois o referido conceito migra para a academia, na qual – como visto – passa por um processo constante de (re)conceituação e reformulação. Dessa forma, ao chamar atenção para a ausência de dados sobre a questão dos agentes públicos e para a governança para o fomento de territórios culturais, parece estar diante de uma informação paradoxal, uma vez que é ali que ele, de certa forma, nasce.

A economia criativa, em suma, se refere a uma série de atividades motivadas pela criação, produção e distribuição de bens e serviços criativos. Essas atividades geralmente envolvem a exploração da criatividade e habilidades artísticas, como a música, a arte, o cinema, o *design*, a moda, a gastronomia, entre outras. Entretanto, como é um campo em constante evolução, não se pode traçar uma lista definitiva dos autores basilares da área, até mesmo pelo gradativo aumento de pesquisas publicadas regularmente sobre o assunto.

Por fim, trata-se de um segmento em crescimento em todo o mundo, e está se tornando cada vez mais importante como um motor econômico em muitas sociedades. Ela inclui tanto profissionais e empresas do setor criativo, quanto também empreendedores e empresas de outras áreas que incorporam aspectos criativos em seus produtos e serviços (Silva, 2018). É nesse contexto que surge um novo conceito, o de cidades criativas. Nesse caso, trata-se de cidades que têm características que promovem impactos significativos para a sociedade contemporânea. Elas proporcionam um ambiente propício à inovação e ao empreendedorismo, e são centros de criatividade e inovação, onde ideias e talentos se encontram. Elas oferecem um ambiente propício para o surgimento e o crescimento de empreendimentos criativos e indústrias inovadoras. Isso impulsiona a geração de empregos, a diversificação econômica e o surgimento de soluções para desafios contemporâneos.

Nessa lógica, valorizam e promovem a expressão cultural e artística em suas múltiplas formas, requalifica espaços e territórios, promovem inclusão produtiva e atendem a uma cadeia de serviços cada vez mais diversa e conectada com diferentes linguagens e conhecimentos. Geralmente abrigam uma variedade de instituições culturais, como museus, teatros, galerias de arte, festivais e eventos culturais. Isso não apenas enriquece a vida cultural dos habitantes, mas também atrai visitantes e turistas, gerando receitas e fortalecendo a identidade cultural da cidade.

A cidade criativa é um conceito que se refere a um espaço que valoriza e promove a criatividade, a cultura, as indústrias criativas e o capital humano. Elas incentivam a colaboração entre diferentes setores, profissionais e comunidades e proporcionam a criação de espaços colaborativos, como incubadoras, *startups*, *hubs* criativos e espaços de *coworking*, onde pessoas de diferentes áreas podem se conectar, trocar conhecimentos e colaborar em projetos conjuntos. Essa interação multidisciplinar estimula a inovação, a cocriação e a resolução de problemas complexos.

Essas cidades geralmente possuem uma concentração de talentos e recursos nas áreas de arte, *design*, música, cinema, literatura, arquitetura, tecnologia, engenharia e outras formas de expressão criativa e intelectual, isso porque “a criatividade e o conhecimento abrangem macro e microuniversos, não apenas as coisas relacionadas ao ser humano, mas ao universo de todas as coisas em sua dimensão infinita” (Magnavita, 2015, p. 14), determinando o poder da construção criativa de ecossistêmicos. Nesse sentido, o autor adverte que a criatividade se relaciona com o poder que decodifica os estratos, constituindo um território, enquanto sentido de propriedade, mas que pressupõe processos de desterritorialização.

Dessa forma, pensar as cidades criativas é voltar-se ao estímulo à economia criativa, na qual se busca promover o desenvolvimento de setores como artes, *design*, mídia, tecnologia e entretenimento, atraindo talentos e investimentos. Além disso, eles podem fornecer oportunidades para empreendedores de pequenas empresas, promovendo a inclusão produtiva, a inovação e o crescimento econômico.

Segundo Fernandes (2009), a promoção da diversidade cultural é potencializadora nas cidades criativas. Estas geralmente abrigam uma variedade de expressões culturais, abraçando a diversidade étnica, religiosa, linguística e artística. Isso cria um ambiente propício para a troca de ideias, o intercâmbio cultural e o diálogo intercultural. Elas têm, nesse contexto, o potencial de serem inclusivas e acolhedoras para diversos

grupos sociais. Uma cidade criativa acolhe as diferenças e o diverso e se utiliza desses recursos para gerar inovação e novas experiências.

Por esse caminho, o autor destaca seu poder de renovação urbana e revitalização de espaços, onde as cidades criativas muitas vezes promovem melhorias e refuncionalizam áreas urbanas degradadas ou abandonadas, ao torná-las espaços criativos, como distritos de arte, bairros culturais ou incubadoras de *startups*. Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos moradores, mas também atrai turistas, aumenta o valor imobiliário da região e impulsiona o turismo cultural (Fernandes, 2009).

A inovação e as soluções criativas para desafios sociais são parte da discussão sobre as cidades criativas, uma vez que estas são locais onde esses aspectos – a inovação e a criatividade – são valorizados. Elas pensam a diversidade e promovem a igualdade de oportunidades, criando espaços nos quais pessoas de diferentes origens, etnias, gêneros e orientações sexuais podem se expressar e contribuir para a vida cultural e econômica da cidade. Isso fortalece a coesão social, reduz desigualdades e promove a justiça social (Fernandes, 2009).

Nesse âmbito, Fernandes (2009) defende que essas sociedades podem se tornar laboratórios urbanos, nos quais soluções criativas são desenvolvidas para enfrentar desafios sociais, como mobilidade urbana, sustentabilidade, inclusão social e qualidade de vida. Por meio de abordagens colaborativas e participativas, as cidades criativas podem encontrar novas maneiras de resolver problemas complexos.

Nesse sentido, portanto, a participação cidadã e o empoderamento são aspectos presentes nas cidades criativas, que os incentivam na medida em que estimulam o engajamento ativo da comunidade local. Possuem a capacidade de revitalizar e regenerar áreas urbanas degradadas ou subutilizadas (Bandeira, 2015). Ao atrair investimentos e atividades criativas, essas áreas podem ser transformadas em espaços vibrantes, revitalizando a economia local, criando empregos e melhorando a qualidade de vida dos moradores.

Pode-se confirmar que são grandes espaços dialéticos, com trocas experienciais e envolvimento populacional, onde o empoderamento dos cidadãos impera. Há, assim, o fortalecimento do senso de pertencimento e permite-se que a população contribua para moldar o futuro da cidade (Bandeira, 2015).

O objeto desta investigação científica se dá pela prática dos profissionais de gestão, os quais, em algum momento, mobilizam esforços orientados ao processo de direção, controle e planejamento de atividades econômicas por meio da criatividade e, de maneira atuante, envolvendo a originalidade. Tal tema guarda profunda relação com os debates sobre a contemporaneidade; influí e conflui em direção a modelos de negócios na atualidade, na realidade da sociedade de consumo e nos diferentes modelos econômicos baseados no uso de técnicas e modelos de mediação potencial de tecnologias, interações, cultura e parcerias colaborativas entre agentes diversos do setor público e privado (Aguiar; Lima, 2019).

Com isso, a já citada participação cidadã é estimulada, bem como o engajamento ativo da comunidade. As cidades criativas atraem turistas interessados em experiências culturais e criativas (Aguiar; Lima, 2019), pois a oferta de eventos, festivais, exposições, *shows* e outras atividades criativas aumenta o fluxo de visitantes, impulsionando o setor de turismo. Isso gera receitas, cria empregos e estimula a preservação do patrimônio cultural da cidade.

A promoção da diversidade cultural – e a subsequente diminuição da intolerância – acaba por gerar espaços de diálogo nos quais a população se torna elemento ativo na tomada de decisões sobre aspectos que envolvem sua cidade, na posição de cidadãos. Ao impulsionar a economia, fomentar a cultura, estimular a inovação e promover a inclusão, essas cidades desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades.

Assim, as cidades criativas são movimentos constitutivos da economia criativa (Silva, 2018). Por esse caminhar, de modo concorrente, Aguiar e Lima (2019) sugerem que o que aflora nessa discussão

é o fato de que o referido segmento econômico merece um olhar mais apurado, diante de suas especificidades e do seu grau de relativa novidade, bem como da influência que as políticas públicas imprimem na sua estrutura e na sua dinâmica.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa se movimenta a partir da definição dos seus objetivos gerais e específicos, a saber: analisar o impacto da economia criativa nas cidades; avaliar os seus feitos; e explorar as interações culturais, sociais e econômicas no âmbito de um determinado território.

A investigação aqui realizada consistiu em uma pesquisa de natureza teórico-empírica, com revisão de literatura existente sobre economia criativa e seu papel nas cidades. Foi construído um quadro teórico-conceitual que forneceu as bases conceituais para a pesquisa, fundamentou a argumentação aprofundada do tema e possibilitou a consecução dos objetivos estabelecidos (Lakatos; Marconi, 2001). Desse modo, identificaram-se os principais conceitos e teorias relacionados à economia criativa e seu impacto nas cidades, constituindo-se um estudo de natureza exploratória.

No que concerne à abordagem, trata-se de abordagem qualitativa, voltada à constituição de uma visão abrangente dos aspectos econômicos, sociais e culturais relacionados à economia criativa nas cidades e à análise de experiências e fatos que estão nas entrelinhas do que se pretendeu avaliar (André; Ludke, 1986). A seleção da amostra foi feita por meio da identificação de duas cidades que se tornaram objeto deste estudo.

Os principais critérios para a seleção das cidades de Recife e da República Tcheca foram os seguintes: ambas possuem experiências exitosas na estruturação de ações que se configuraram como ações vinculadas à economia criativa. Em Recife, a experiência do Porto Digital tem

sido reconhecida nacional e internacionalmente¹, acumulando nos últimos 24 anos inúmeras premiações; 5,4 bilhões de reais em faturamento; e 18 mil colaboradores em 400 empresas embarcadas, sendo o espaço mais relevante de inovação na América Latina (Porto Digital, 2024). Buscando uma referência internacional, a cidade de Brno (República Tcheca) foi identificada como exemplo, já que reúne muitas características que a qualificam como cidade criativa – arte, cultura, história, tecnologia, entretenimento, entre outras. Destaca-se ainda nessa cidade a existência do *campus* universitário mais moderno da Europa, o Univerzitní Kampus. A cidade está inscrita como Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e foi considerada pela *Cities of Tomorrow*, em 2011, num universo de dez casos de estudo, como a cidade com maior atração de recursos humanos qualificados na Europa, sendo uma das quatro experiências mais relevantes da Europa, juntamente com outras três cidades centradas no domínio da competitividade, a saber: Florença (Itália), Gliwice (Polónia) e Plaine Commune (França) (Abalo *et al.*, 2012).

Economia e territórios criativos em casos de sucesso

Um dos estudiosos referenciais no tema, Florida (2002), enfatiza o aspecto propriamente humano do processo econômico-criativo, que envolve classes de trabalhadores no desenvolvimento de novas tecnologias e conteúdos criativos. Assim, ele conceitua o que chamou de “classe criativa”, cuja presença gera dinamismo econômico, social e cultural, especialmente em áreas urbanas. Essa classe estaria, segundo ele, subdividida em dois subgrupos: 1) composto por cientistas, engenheiros, professores, escritores, profissionais dos setores de entretenimento, *designers* e editores – que formariam seu núcleo

¹ O Porto Digital foi apontado pela *Wired*, publicação referência na área de inovação, como o *hub* de tecnologia “que deu certo” (Porto Digital, [2024]).

criativo; 2) composto por legisladores, profissionais da área da saúde, gerentes, agentes de negócios, advogados e policiais.

No campo das atividades profissionais, a denominada economia criativa envolve uma grande variedade de ocupações, e delimitar suas fronteiras torna-se um desafio. Existe um grande esforço analítico votado para a classificação dos seus segmentos produtivos. Antes de Florida, a primeira classificação foi elaborada pelo governo britânico e inclui as seguintes atividades: publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, *design*, *design* de moda, cinema, *software*, *softwares* interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias, além das atividades relacionadas às tradições culturais. A partir desse primeiro esquema classificatório, derivaram tantas outras atividades que compõem a economia criativa.

A criatividade dos agentes que coabitam um determinado contexto espacial pode ser determinante para o desenvolvimento dos territórios e para o desenvolvimento urbano. Desde que haja uma ação catalizadora que alimente esse ecossistema e estimule a presença de trabalhadores e instituições do conhecimento, é possível motivar a organização dos territórios, quer no sentido do estabelecimento de redes sociais e de conhecimento, quer na constituição de um clima de atração de talentos dispostos à “experimentação” acadêmica, cultura urbana, social, entre outras. Essa atmosfera impulsiona os fluxos criativos, tendo a cidade como principal espaço de produção e disseminação, surgindo assim uma nova forma de abordar os “lugares” criativos.

O relatório *Análise da Situação e Avaliação do Programa de Empreendedorismo Social e Criativo*, financiado pelo Newton Fund (Fleming, 2018), encomendado pelo Conselho Britânico, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), como parte do Programa de Engajamento e Desenvolvimento Profissional do Newton Fund no Brasil, mapeou a presença de iniciativas de formação de ecossistemas criativos em alguns estados brasileiros, exemplificando casos em desenvolvimento no Brasil e em outros

países, dos quais destacamos o Porto Digital em Recife, Pernambuco, e a Brno Criativa, na República Tcheca.

O estado de Pernambuco não tem um plano específico para o desenvolvimento da Economia Criativa, mas o Plano Estadual de Cultura é bem estruturado e menciona a importância de desenvolvê-lo. O estímulo à cultura é basicamente feito com recursos públicos do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), que cobrem diversos projetos para promovê-la. Esse fundo é o principal financiador das atividades culturais, como o carnaval, a literatura e as manifestações da cultura popular, e ainda de treinamento e construção de capacidades. Entre as linhas de incentivo, a de maior expressão é a do setor de audiovisual, que distribui recursos às várias áreas da cadeia de produção cinematográfica. Esse setor é bem organizado no estado e conta com o apoio técnico e estratégico do PortoMídia, um braço do Porto Digital. Além do setor de audiovisual, há uma linha específica para música, e um incentivo público-privado à cultura, mediante renúncia fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Localizado no Recife (capital do estado), o Porto Digital é considerado um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil, além de ser parte essencial da nova economia digital pernambucana. Com uma territorialidade singular, o Porto Digital é um parque urbano instalado no centro histórico do Recife, no bairro de Santo Amaro, ocupando uma área de 149 hectares. Trata-se de uma iniciativa do setor privado, credenciada pelo governo do estado e pela Prefeitura de Recife para implementar políticas de desenvolvimento econômico.

As empresas ali sediadas são desenvolvedoras de *softwares* e de serviços do setor de Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), com especial ênfase na economia criativa digital, como *games*, cine-vídeo-animação, música, fotografia e *design* – setores contemplados pelo projeto PortoMídia. Desde 2015, o Porto Digital também passou a atuar no setor de tecnologias urbanas como prioridade estratégica.

O Porto Digital é resultado de uma ação coordenada entre governo, universidade e o setor privado, em um modelo conhecido como “Hélice Tripla”. De acordo com o Porto Digital ([2024]) o projeto abriga 400 empresas, organizações de fomento e órgãos governamentais, tendo, em 2022, um crescimento de 29,08% no faturamento, com resultado de R\$ 4,75 bilhões, e de 16% a mais no número de colaboradores, somando 18 mil profissionais, sendo a expectativa para 2025 de inclusão de 20 mil profissionais.

Desde a fundação, o Porto Digital mantém uma estreita relação de trabalho com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mas também possui uma instituição de ensino superior, o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar School) e uma escola pública estadual. Ao longo dos anos, a política pública foi demarcando uma trajetória de sucesso. Em 2015, o Porto Digital foi eleito pela terceira vez – 2007, 2011 e 2015 –, pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), como o melhor parque tecnológico de inovação do Brasil; em 2017, recebeu o Prêmio Excelência em Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural; em 2021, em função da trajetória dessa política pública, Recife, segundo a publicação *Rest of World*, entrou na lista das seis cidades que constroem o futuro da indústria global de tecnologia; e, em 2023 o Porto Digital foi apontado como uma das dez soluções mais inspiradoras do mundo (Porto Digital, [2024]).

A experiência de Brno Criativa na República Tcheca localiza-se na segunda maior cidade da República Tcheca, no coração da região da Morávia do Sul. Trata-se de um centro acadêmico composto por 14 universidades e cerca de 90 mil alunos. É uma cidade rica em história e patrimônio cultural, incluindo a Casa Tugendhat, declarado patrimônio mundial pela Unesco (Abalo *et al.*, 2012; Creative Berno, [2024]).

A Brno Criativa começou como uma plataforma para pessoas criativas divulgarem seus eventos e atividades. É o típico modelo de rede visto em muitas cidades da Europa. Entretanto, com o mapeamento estratégico e a posterior mudança de política a favor das indús-

rias criativas, a Brno Criativa se posicionou como uma plataforma de desenvolvimento essencial para a economia criativa da cidade e região. Ela adotou uma abordagem de longo prazo ao desenvolvimento cultural e começou a identificar oportunidades para o desenvolvimento e crescimento da economia criativa, o que foi catalisado pelo projeto de pesquisa patrocinado pelo governo tcheco intitulado “Mapeamento das indústrias culturais e criativas da República Tcheca (2011-2015)”. Sob a liderança do Instituto de Artes e Teatro (ATI), essa pesquisa proporcionou uma base sobre o perfil e dinâmica das indústrias criativas da República Tcheca e identificou polos, *clusters*, pontos fortes e fracos específicos do setor (Abalo *et al.*, 2012).

A prefeitura ajudou a identificar um local para o desenvolvimento de um polo da Brno Criativa e o escolhido foi a antiga prisão. Sua localização central, seu legado arquitetônico e o misto de espaços fazem dela o local ideal para uma economia reinventada, impulsionada pela prática criativa. A iniciativa está sendo desenvolvida em parceria com o Centro de Inovação da Morávia do Sul, a fim de permitir intercâmbios com os setores mais amplos de tecnologia e uso intensivo de conhecimento, e apoia amplamente a criação de redes de contatos entre empresas das indústrias criativas e de inovação e de outros setores. Além de oferecer espaço de trabalho, salas de ensaio, espaço comunitário e espaço para eventos, a prisão reformada serve como campo de testes para uma variedade de linhas de política e investimento para a economia criativa da cidade. Isso inclui os “créditos criativos”, que incentivam projetos comerciais entre o setor criativo e demais setores a fim de catalisar inovação (em que setores “não criativos” compram serviços criativos para melhorar a inovação) (Creative Berno, [2024]).

A economia criativa coloca-se como estruturante na transformação das duas cidades/experiências estudadas, envolvendo elementos como criatividade e inovação para a promoção dos aspectos sociais, culturais e econômicos com vias de promoção do desenvolvimento do território. Também se observa nas duas experiências a

interlocução do Estado, da iniciativa privada e das universidades para a promoção da inovação.

Conclusão

A economia criativa e as cidades têm uma relação simbiótica, na qual ambas se beneficiam mutuamente. As cidades se tornam espaços de reinvenção e reflexão econômica, enquanto a economia criativa encontra nas cidades o terreno fértil necessário para prosperar. Ao longo deste estudo, pode-se observar como a economia criativa desempenha um papel crucial na transformação das cidades contemporâneas, gerando impactos significativos em diversos aspectos sociais, culturais e econômicos.

O fenômeno impulsiona a inovação, estimulando a criação de novas ideias, produtos e serviços. Ela promove o empreendedorismo e a diversificação econômica, criando oportunidades de emprego e contribuindo para o crescimento econômico das cidades. Além disso, a economia criativa valoriza a expressão cultural e artística, enriquecendo a vida cultural dos habitantes e fortalecendo a identidade cultural da cidade.

As cidades criativas se tornam espaços colaborativos e interdisciplinares, onde profissionais de diferentes áreas podem se conectar, colaborar e (co)criar soluções inovadoras. Essa interação multidisciplinar impulsiona a criatividade e a resolução de problemas complexos. Além disso, as cidades criativas promovem a inclusão social e a diversidade, criando ambientes acolhedores para pessoas de diferentes origens e experiências, fortalecendo a coesão e a justiça social.

Outro aspecto relevante é a capacidade das cidades criativas de regenerar áreas urbanas degradadas. Por meio do estímulo da economia criativa, essas áreas podem ser revitalizadas, transformando-se em espaços vibrantes, atraindo investimentos, criando empregos e melhorando a qualidade de vida dos moradores. Ademais, as cidades criativas se tornam destinos turísticos de excelência, prospectando visitantes

interessados em experiências culturais e criativas. Os eventos, festivais e atividades promovidas pela economia criativa impulsionam o setor do turismo, gerando receitas e valorizando o patrimônio cultural da cidade.

Destarte, a economia criativa e as cidades se entrelaçam em uma relação dinâmica e frutífera; são espaços de reinvenção e reflexão econômica, impulsionadas pela criatividade, inovação e talento humano. Elas são motores de transformação social, cultural e econômica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades e para a construção de um futuro próspero e criativo. Nesse sentido, compreender e promover a economia criativa nas cidades é fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas, dinâmicas e resilientes.

Referências

- ABALO, J. M. A. et al. *Retos de la acción de gobierno para las ciudades del siglo XXI Desafios da governação*. [Porto]: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2012. Disponível em: <https://www.eixoadlantico.com/es/listado-publicaciones/258-retos-de-la-accion-de-gobierno-para-las-ciudades-del-siglo-xxi-desafios-da-governacao-das-cidades-do-seculo-xxi>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- AGUIAR, R. B.; LIMA, L. L. Políticas Públicas de Economia Criativa: proposta de framework analítico a partir de uma perspectiva de desenvolvimento. *Revista Eletrônica Geographia Meridionalis*, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 117-133, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/13747>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- ANDRÉ, M.; LUDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- BANDEIRA, M. G. Políticas criativas para um novo ecossistema cultural. In: BANDEIRA, M. G.; COSTA, L. F. (org.). *Dimensões criativas da economia da cultura: primeiras observações*. Salvador: Edufba, 2015. p. 185-200.
- BARBALHO, A.; ALVES, E. P. M; VIEIRA, M. P. (org.). *Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento*. Salvador: Edufba, 2017.

CREATIVE BERNO. [S. l.], [2024]. Disponível em: <https://kreativnibrno.cz/en/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. *Estratégias para o desenvolvimento dos Clusters do Ceará: Cluster Produtivo do Cariri*. Fortaleza: FIEC, 2021. Disponível em: <https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FLEMING, T. *A economia criativa brasileira: análise da situação e avaliação do Programa de Empreendedorismo Social e Criativo financiado pelo Newton Fund*. [S. l.: s. n.], 2018, Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/brasil_economia_criativa_online2-fg.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

FLORIDA, R. *Cities and the Creative Class*. New York: Routledge, 2005.

HOWKINS, J. *Creative Economy: how people make money from ideas*. London: Allen Lane, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAGNAVITA, P. R. Resistência criativa à Economia Criativa: processos midiáticos e a construção da subjetividade – novo paradigma ético. In: BANDEIRA, M. G.; COSTA, L. F. (org.). *Dimensões criativas da economia da cultura: primeiras observações*. Salvador: Edufba, 2015. p. 11-15.

OLIVEIRA, J. M.; ARAUJO, B. C.; SILVA, L. V. *Panorama da economia criativa no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

PORTO DIGITAL. História. *Porto Digital*, Recife, [2024]. Disponível em: <https://portodigital.org/paginas-institucionais/o-porto-digital/historia?item=M%C3%A9ritos%20e%20reconhecimento#Mritosereconhecimento>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SILVA, F. B. *Economia Criativa: raízes históricas no pensamento e ação de Celso Furtado*. 2018. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Creative economy report 2010: a feasible development option*. Genebra: United Nations, 2010.

VIEIRA, M. P.; SILVA, F. B. Carreiras artístico-culturais e economia criativa: princípios, valores e tensões em processos de formação e profissionalização. In: BARBALHO, A.; ALVES, E. P. M.; VIEIRA, M. P. (org.). *Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento*. Salvador: Edufba, 2017. p. 175-200.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Parte II

Experiências nacionais de residência social



Capítulo 4

Residência social na Fábrica Cultural: algumas breves reflexões

Samara Santana Meira

Fábio Almeida Ferreira

Introdução

Este texto busca traçar algumas breves reflexões acerca da residência social empreendida por sua principal autora durante o curso no Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, do Programa de Desenvolvimento em Gestão Social (PDGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A residência social é uma atividade obrigatória do referido mestrado e, segundo Boullosa e Barreto (2010, p. 185), esta

[...] é uma metodologia de ensino, desenvolvida por Fisher (2001) no âmbito do Programa em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA, com financiamento do Fundo Verde-Amarelo da FINEP (2001), que objetiva proporcionar ao aluno um espaço para a aprendizagem prático-reflexiva, onde ele possa potencialmente integrar e aprimorar os conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso, assim

como correlacioná-los ao seu background cultural, profissional e pessoal. Este espaço de aprendizagem se concretizaria em uma experiência de imersão continuada em contextos prático-organizacionais diferentes dos seus contextos habituais de ação, que podem ser organizações, instituições, empresas ou mesmo projetos ou programas interorganizacionais, desde quando interessadas em acolher experiências de compartilhamento de saberes.

A mestrand¹ realizou sua residência social na Fábrica Cultural, que fica sediada em espaço cedido pelo governo do estado da Bahia, localizada no bairro da Ribeira, na Península de Itapagipe, cidade de Salvador. Conforme entrevistas concedidas, a Fábrica Cultural é uma organização social que existe há 19 anos e foi criada pela cantora e, atualmente ministra da Cultura, Margareth Menezes. Seu trabalho se funda nos eixos estratégicos da educação, criatividade, cultura e desenvolvimento social.

A organização tem como um de seus principais objetivos promover a integração entre educação e cultura, incentivando a criação e o desenvolvimento de produtos, serviços e negócios relacionados à economia criativa. A ideia é que essas iniciativas funcionem como impulsionadores de territórios, contribuindo para um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

Para refletir sobre a experiência da residência social na Fábrica Cultural, buscou-se ir além da mera descrição factual dos eventos, alçando vozes às emoções, perspectivas e reflexões singulares que permearam essa experiência única. Nesse contexto, o corrente texto não busca documentar os momentos da residência em

1 Ao longo deste texto, o termo “mestrand^a” será usado para se referir à sua principal autora, mas é importante indicar que, no momento da escrita deste capítulo, sua dissertação de mestrado já havia sido defendida e aprovada. Optou-se pelo uso de “mestrand^a” porque as reflexões empreendidas referem-se ao período em que ela realizou sua residência social e encontrava-se ainda na condição de estudante de mestrado.

detalhes (algo feito em capítulo específico na dissertação), mas sim entrelaçar uma narrativa que revele as complexidades das relações, as transformações pessoais e as interações inerentes a esse período significativo, ressaltando-se que nesta escrita privilegiaram-se os aspectos relativos à transformação pessoal e aos impactos no trabalho final apresentado no mestrado.

Ressalta-se que as reflexões empreendidas se basearam principalmente nas impressões da mestrandona, mas foram complementadas pelo olhar do seu orientador à época. Além disso, as breves descrições feitas sobre a Fábrica Cultural fundamentaram-se nas observações, conversas e entrevistas feitas durante a residência social.

Algumas breves reflexões

No percurso da jornada acadêmica, a escolha por realizar a residência social na Fábrica Cultural revelou-se uma decisão estratégica e enriquecedora. Além de ter se alinhado aos interesses de pesquisa da mestrandona, a Fábrica Cultural representou um ambiente propício para compreender, de maneira prática e profunda, os desafios e oportunidades enfrentados pelos empreendedores locais.

A opção pela Fábrica Cultural como local da Residência Social se alinhava com o foco inicial da pesquisa de mestrado, que se concentrava de maneira mais ampla no mapeamento dos empreendimentos criativos na Ribeira, mas que depois evoluiu para algo mais específico, o mapeamento estratégico do Museu do Sorvete, utilizando a metodologia do Strategic Canvas, desenvolvida por Caggy e Benevides (2018).

Dessa forma, a residência na Fábrica Cultural proporcionou uma visão detalhada sobre como as iniciativas criativas podem tornar-se motores de crescimento econômico local. Por meio de programas de capacitação, apoio financeiro e mentorias, a organização capacita

empreendedores, fomentando a inovação e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Essas práticas não apenas elevam a competitividade dos negócios locais, mas também geram empregos e promovem a circulação de recursos financeiros na comunidade.

Além do desenvolvimento econômico, a Fábrica Cultural destaca-se por sua missão de impulsionar os negócios e enriquecer a cultura na Península de Itapagipe. A organização atinge esse objetivo ao incentivar o empreendedorismo e revitalizar a rica identidade cultural da Bahia. O projeto Mercado Iaô, por exemplo, que é conduzido pela Fábrica, oferece apoio valioso aos empreendedores criativos locais, consolidando-se como um pilar vital na promoção do crescimento econômico sustentável e na preservação da herança cultural da região.

Ao integrar-se nas atividades diárias da Fábrica Cultural, a mestrandona pôde testemunhar em primeira mão o impacto positivo que a organização teve na vida dos empreendedores locais. O planejamento estratégico, aliado ao apoio contínuo oferecido pela Fábrica Cultural, não apenas eleva a qualidade dos negócios, mas também promove uma sensação de comunidade e pertencimento entre os empreendedores.

Como resultado da residência social, em 19 de julho de 2022, a mestrandona publicou um artigo no jornal *A Tarde*, intitulado “Organizações Sociais: um espaço de transformação social” (2022), conforme ilustra a Figura 1, com foco especial na Fábrica Cultural. Nesse texto, explorou-se a importância fundamental dessas organizações como agentes de mudança social, destacando o papel inspirador desempenhado pela Fábrica Cultural.

Figura 1 – Artigo no jornal *A Tarde* sobre a importância das Organizações Sociais

Organizações Sociais: um espaço de transformação social

Samara Santana Meira

Advogada, mestrandna em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA

Segundo a Lei Federal nº 9.637/1998, as Organizações Sociais (OS) é uma qualificação que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público e assim possa atingir seus objetivos, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade. Mas, muito além do que a lei preconiza, as OS são espaços de transformação social.

A Bahia se destaca por sua vanguarda quando se trata da prestação de serviços para a sociedade pelo viés cultural. A Fábrica Cultural, sediada no espaço cedido pelo Governo do Estado, localizada no bairro da Ribeira, é uma Organização Social que existe há 18 anos e foi criada pela cantora e ativista Margaret Menezes. Seu trabalho se funda nos eixos estra-

tégicos da Educação, Criatividade, Cultura e Desenvolvimento Social.

Dentre seus objetivos, a organização estimula a educação atrelada à cultura, a criação e o desenvolvimento de produtos, de serviços e de negócios derivados da economia criativa como dinamizadores de territórios, para auxiliar no desenvolvimento econômico (inclusivo) e sustentável.

Por trás de tão nobres objetivos, a organização itapagipana consegue, através do incentivo ao empreendedorismo, o resgate identitário da cultura da Bahia. Destaque para o Acelera Iaó, um Programa de Afroempreendedorismo que fomenta o desenvolvimento de 1.500 empreendedores negros baianos, por meio de apoio, qualificação e aceleração de seu negócios criativos, o que promove a autonomia e geração de renda para a população negra da Bahia.

As ações não param por aí, o Mercado Iaó, um Centro de Arte, de Educação, de Cultura e de Negócios Criativos contribui para o fomento da Economia Criativa,

criando vitrines e oportunidades de comercialização para os segmentos do artesanato, ideias criativas, gastronomia e artístico.

Esses programas auxiliam no desenvolvimento social e econômico da cidade de Salvador e, consequentemente, de seus moradores. A Bahia é uma referência mundial nas experiências sociais na área da Economia Criativa. Também incentivaram a produção local e a organização de grupos em torno da Economia Criativa, através dos espaços de exposição e comercialização dos produtos. Todo esse movimento promove relações entre consumo de produtos, bens culturais e a inclusão social e produtiva de pessoas. É nesse o espaço de cooperativismo e de experiência produtivas nas áreas de artesanato, artes plásticas, moda, decoração, gastronomia, música e literatura.

A Fábrica Cultural é uma prova que organizações sociais são essenciais no fortalecimento de políticas públicas, haja vista que viabilizam a ação pública com mais agilidade e maior alcance.

A TARDE

Fundado em 15/10/1912

Presidente de Honra (*in memoriam*): RENATO SIMÕES
Presidente: JOÃO DE MELLO LEITÃO

CONTROLLER:
Lucas Lago
RELACIONES INSTITUCIONAIS:
Luciano Neves
COMERCIAL: Marluce Barbosa
MARKETING: Eduardo Dute

A TARDE E MASSAS: Iuri Lasserre
CONTÉUDOS E PROJETOS:
ESPECIAIS: Mariana Carneiro
PORTAL A TARDE: Caroline Gois
RÁDIO A TARDE FM: Jefferson
Beltrão



ANJ



A4

SALVADOR TERÇA-FEIRA 19/7/2022

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@grupotarde.com.br

EXPLOSÃO
de combust

www.atarde.com

Fonte: Meira (2022).

Na esteira de sua proposta inovadora, que destaca a aprendizagem situada e significativa, a residência social teve um papel catalisador ao longo do desenrolar do projeto de pesquisa empreendido no mestrado. Sua influência não se limitou apenas ao escopo acadêmico, mas reverberou na formação da mestrandna de forma ampla.

A residência social na Fábrica Cultural foi fundamental para a mudança de foco do projeto de dissertação de mestrado. A organização não apenas ofereceu *insights* valiosos para o estudo sobre o Museu do Sorvete, mas também proporcionou uma compreensão aprofundada sobre as dinâmicas de desenvolvimento local.

Ao fortalecer a interseção entre teoria e prática, a residência social não apenas contribuiu para o desenvolvimento das questões abordadas na pesquisa de mestrado, mas foi um instrumento importante para a ampliação da visão da mestrandona em torno de questões ligadas à gestão social e criativa.

Nesse viés, avalia-se que a experiência da residência social na Fábrica Cultural impactou a mestrandona a partir da tripla natureza do conceito de residência social, que de acordo com Schommer e França-Filho (2010), envolve: a natureza técnico-profissional (que engloba a resolução de problemas práticos de gestão); a acadêmica (ligada à pesquisa); e a existencial (que implica a mudança de visão de mundo após a imersão).

No que diz respeito à natureza técnico-profissional, ainda que a experiência da residência social tenha focado mais na observação do que na resolução de um problema concreto, foi essa experiência que despertou na mestrandona a importância da solução de problemas específicos, o que levou à posterior elaboração do Strategic Canvas do Museu do Sorvete durante o trabalho final do curso. Do ponto de vista do viés acadêmico, além do já mencionado foco na resolução de um problema concreto, a experiência da residência social despertou na mestrandona a noção de que a autorreflexão na pesquisa é algo fundamental. Já em relação à questão existencial, talvez tenha sido essa a dimensão em que ocorreram ganhos mais significativos, pois a mestrandona ampliou sua visão de mundo e a forma como o encara, particularmente no que tange à gestão de organizações.

Schommer e França Filho (2010) falam, também, sobre a natureza da residência social como uma metodologia para a formação de gestores, que articula: diferentes saberes (científicos e não científicos, entre diferentes atores sociais e seus saberes, e entre diferentes áreas do conhecimento); diferentes níveis de abordagem da realidade (com destaque aqui para a junção clara entre prática/ação e reflexão); e atividade de pesquisa, ensino e extensão (destacando-se nesse ponto o fato da realização da residência social ocorrer em um território e não

estar confinado à sala de aula, da noção de que todos são sujeitos relevantes e da conjunção entre ação e reflexão).

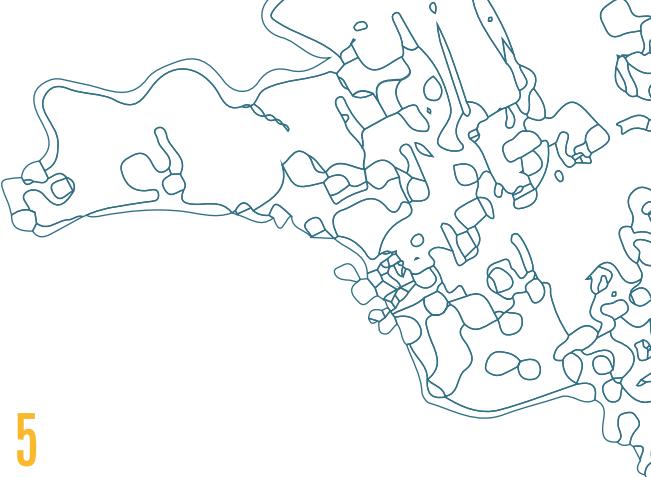
Refletindo sobre a confluência de diferentes saberes, ficou claro para a mestrandona que o seu saber, na condição de observadora, não era necessariamente superior ao dos outros atores, mas se complementava e aprofundava a partir das trocas e interações que estabelecia com eles. Evidenciou-se para ela, também, que para vivenciar com plenitude sua residência social, a constante reflexão e autorreflexão conciliando prática e teorias – vistas ao longo do curso e em outras formações da aluna – eram um exercício essencial para tornar a experiência mais rica. Por fim, ter estado em uma organização no território e conhecido seu entorno foi fundamental para que a mestrandona compreendesse a conexão entre organizações, suas dimensões territoriais e a multitude de atores envolvidos na sua constituição.

A experiência da residência social na Fábrica Cultural foi um verdadeiro catalisador para o crescimento acadêmico e pessoal da mestrandona. Além de ter fornecido uma base sólida para a pesquisa sobre o mapeamento estratégico do Museu do Sorvete, a residência enriqueceu sua compreensão sobre o papel vital que as organizações sociais desempenham no desenvolvimento econômico e sustentável dos empreendimentos criativos.

Dessa forma, essa experiência reforçou, para ela, a convicção de que o desenvolvimento inclusivo e sustentável só é possível quando as comunidades são capacitadas e os recursos são geridos de maneira responsável. A residência na Fábrica Cultural não foi apenas um capítulo na jornada acadêmica da mestrandona, foi uma lição de vida sobre como a pesquisa e o compromisso prático podem transformar comunidades e impulsionar o desenvolvimento de territórios de forma verdadeiramente significativa.

Referências

- BOULLOSA, R. de F.; BARRETO, M. L. da S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 181-202, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31088>. Acesso em: 21 jan. 2024.
- CAGGY, R.; BENEVIDES, T. *Strategic Canvas: conduza a estratégia do seu negócio por caminhos dinâmicos e criativos de forma inovadora*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- MEIRA, S. S. Organizações Sociais: um espaço de transformação social. *A Tarde*, Salvador, p. A4, 19 jul. 2022.
- MEIRA, S. S. *Museu do Sorvete: a memória adoçando um território*. 2023. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39136>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31087>. Acesso em: 21 jan. 2024.



Capítulo 5

Turismo religioso católico e o desenvolvimento territorial: relato sobre a residência social na cidade de Castro Alves (BA)¹

*Hilda Almeida dos Santos
Claudiani Waiandt*

Introdução

O Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui o mestrado profissional e interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social, que oferece uma série de atividades pedagógicas inovadoras como a residência social e a residência docente. A residência social é uma atividade do mestrado

1 Agradecemos a todos que de algum modo contribuíram para a realização da minha residência social e para a finalização com êxito da pesquisa de campo. A Secretaria de Cultura e Turismo, Maria Nilza, por facilitar e colocar sua equipe à disposição para me acompanhar nas providências necessárias, para facilitar minha pesquisa. À Igreja Católica, na pessoa do padre Ângelo, por me inserir na comunidade paroquial. À minha querida família do coração, Márcio Gonçalves, Sandrinha e sua filha Gabi, por me hospedar, pelo cuidado, disponibilidade, refeição, traslado, visitas e apresentação a todos os entrevistados, para que pudesse realizar com sucesso a residência social. Aos Castroalvenses, povo acolhedor, hospitalero, alegre, solidário e de muita fé. À UFBA, representada por todos os colegas e professores da Turma 8.

que busca inserir a pesquisadora-residente num contexto – organização, projeto, ação etc. –, que fomenta as condições necessárias para o desenvolvimento de competências inerentes à função de gestor social, a partir da articulação de três dimensões de ação prático-reflexiva: socialização de diferentes saberes; compreensão complexa da realidade; e conexões entre ensino, pesquisa e extensão.

A residência social pode ser realizada pelos estudantes em diferentes localidades do país e no exterior; todavia, tem maior plenitude no mestrado, pois a experiência explora o potencial de reestruturação cognitiva, de integração de velhos saberes e produção de novos, além da formação de redes profissionais e pessoais.

A discente-residente autora deste capítulo realizou uma pesquisa com o objetivo de articular as atividades turísticas da Igreja Matriz Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II, no Território de Alagados no Uruguai, e teve a oportunidade de realizar a sua experiência de residência social na cidade de Castro Alves (BA). O objetivo da residência foi examinar a participação dos atores sociais no desenvolvimento do turismo religioso católico na cidade, verificando a importância das atividades turísticas religiosas católicas no desenvolvimento do turismo do território e a participação das lideranças no planejamento e desenvolvimento do turismo religioso.

A articulação dos atores sociais é fundamental para o desenvolvimento do turismo religioso. Para Buarque (1999), o desenvolvimento local implica articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, seja as organizações não governamentais, as instituições privadas e públicas e o próprio governo. Cada um dos participantes tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local. Assim, foi realizada uma observação participativa, especialmente, junto à Secretaria de Cultura e Turismo (SECT) da prefeitura municipal e à Igreja Católica do município de Castro Alves, assim como uma visita *in loco* ao lado de representantes das instituições. Além disso, foram coletados documentos e realizadas entrevistas para investigar o objetivo.

A construção de conhecimentos teóricos e práticos para compreender a participação dos atores no processo de desenvolvimento do turismo religioso, em outro contexto diferente do território da atuação da residente, colaborou com as premissas da sua investigação. Após esta introdução o relato trata sobre a observação participativa e os resultados da atividade.

Metodologia

A residência social foi realizada por meio da observação participativa (Gil, 2014). A fase preparatória foi elaborada a partir de um Plano de Trabalho com atividades planejadas, reuniões e entrevistas elaboradas conforme os seus objetivos específicos. Além disso, compartilhou-se o projeto de residência com os atores sociais relacionados à sua pesquisa empírica para a dissertação – membros da comunidade católica, membros de organizações sociais de Alagados e párocos da igreja de Alagados – e discutiu-se as relações em comum sobre a perspectiva do desenvolvimento do turismo religioso entre o Memorial e Capela Santa Dulce dos Pobres, na região de Castro Alves, e a Igreja Matriz Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II no Território de Alagados no Uruguai. A experiência da residência social extrapolou as atividades planejadas, que foram enriquecidas por meio de participação em *workshop* turístico, eventos religiosos, reuniões, visitas aos espaços culturais e ambientais, a infraestrutura da cidade, e trocas acerca de experiências dos processos participativos. A análise documental realizada após a residência possibilitou a construção de um arquivo com documentos e fotos. As Figuras 1 e 2 ilustram dois diferentes momentos da atividade de residência social realizada no município de Castro Alves.

Figura 1 – Fotografia do workshop de sustentabilidade – Sebrae



Fonte: Reserva Guariru – 17/10/2022².

Figura 2 – Membros da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Castro Alves (BA)³



Fonte: acervo das autoras.

2 Ver em: <https://www.facebook.com/share/p/iPvVhaXuCtGK67pn/>.

3 Secretária Maria Nilza, o diretor, Davi Aragão, e o assistente administrativo Fabiano Silva.

A residência social fomenta as condições para o desenvolvimento de competências inerentes à função de gestor social, a partir da articulação de três dimensões de ação prático-reflexiva: socialização de saberes; compreensão da realidade; e conexões entre ensino, pesquisa e extensão.

Refletindo sobre essas dimensões, percebe-se que a socialização dos saberes se deu durante as primeiras reuniões realizadas com a Secretaria de Turismo e sua equipe e com membros da comunidade católica. Nessas reuniões, foram apresentadas a pesquisa da residente sobre a articulação do turismo religioso em Alagados e os objetivos da própria residência social. Foi um primeiro momento de compartilhamento de conhecimento e interações entre os dois territórios, mas que não se esgotou nas reuniões perpassando por outros momentos de atividades, pois as dimensões não possuem delimitações rígidas, elas se sobrepõem em uma contínua sobreposição.

A segunda dimensão de ação relacionada à compreensão da realidade se deu desde a chegada à rodoviária de Castro Alves até as atividades planejadas e não planejadas relativas à imersão, como, por exemplo: a visita a locais de atrativos turísticos e culturais da cidade (Mercado Municipal, feira livre e caminhada na trilha da Reserva Guariru); a participação em eventos religiosos e missas na Igreja Matriz e no Memorial e Capela Santa Dulce dos Pobres; a participação em *workshop* dos Destinos Turísticos Inteligentes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); a visita a famílias da comunidade; e presença na celebração de 50 anos de matrimônio de membros da igreja. Essa vivência prático-intensiva possibilitou experienciar os costumes da comunidade, bem como compreender o significado do turismo religioso para os seus moradores, sentir a sua fé e o seu interesse no desenvolvimento do turismo religioso, além de perceber as dificuldades que eles enfrentam para atingir esse objetivo e as implicações das ações de turismo na vida dessas pessoas. Dessa forma, a vivência possibilitou confrontar essa realidade com a própria realidade

do território da pesquisa da residente da dissertação no território de Alagados, contribuindo para uma análise crítica da realidade sobre o desenvolvimento do turismo e a questão dos conflitos de interesse.

A terceira dimensão está contemplada pelas entrevistas, que buscaram examinar a participação dos atores sociais no desenvolvimento do turismo religioso, e foram realizadas com a Secretaria de Cultura e Turismo de Castro Alves, com seu diretor e assistente administrativo, com o pároco da igreja e com os membros da paróquia católica de Castro Alves. Esses momentos também foram oportunidades de contribuição da residente com o processo de desenvolvimento do turismo religioso da cidade, quando trouxe sugestões de alternativa de ação para a organização do turismo religioso no território. A residente possui uma longa experiência com o turismo religioso católico no território de Alagados, desenvolvendo, além de atividade profissionais, a representação de várias organizações sociais e religiosas durante os últimos 20 anos. Dessa forma, a residente aprende, mas também contribui para a reflexão, a aprendizagem e o desenvolvimento das práticas no local onde realiza a residência, numa relação de reciprocidade que extrapolou o período da realização da residência social em si, pois estabeleceu-se uma relação entre a residente e as pessoas ligadas à experiência visitada, gerando oportunidades de contato e realizações conjuntas após a atividade.

A experiência, que foi realizada na segunda quinzena de outubro de 2021, também teve dificuldades, como, por exemplo, a interação limitada com os gestores da SECT. O período que antecedia a eleição municipal dificultou o acesso aos documentos, pois somente funcionava no período da manhã. Além disso, o Casarão do Poeta estava em obras, dificultando o acesso aos documentos da história da cidade. Todavia, as dificuldades não inviabilizaram a realização dos objetivos da residência social, pois após a realização da vivência foi possível pesquisar documentos que estão disponíveis na internet, nas páginas oficiais das instituições.

Resultados e discussão

A cidade de Castro Alves está localizada a 191 km de Salvador, no município de Castro Alves, e possui uma população estimada de 26.369 habitantes, uma área territorial de 713,789 km² (IBGE, 2021).

A cidade recebeu o nome de Castro Alves “O Poeta dos Escravos” no ano de 1900, em homenagem a um dos mais ilustres filhos nascidos na antiga Vila do Curralinho no ano de 1847. Possui belas paisagens, suas montanhas alcançam elevações entre 400 e 500 metros de altitude, excelente para a prática de esportes como ciclismo, trilhas e voo livre.

Castro Alves é um misto de passado e contemporâneo, belas praças, clubes recreativos, igrejas imponentes, uma feira popular com diversos produtos que abastece a cidade, religiosa, memória ancestral e afetiva. Os principais atrativos turísticos são: a Igreja Matriz; o Rio Jaguaripe; a Reserva Guariru; a feira livre; a primeira estação de trem, inaugurada em 1883; a Filarmônica Bonfim, de 1878; a Filarmônica Lira Popular; a estátua de Castro Alves, esculpida pelo italiano Umberto Cossio; o Palacete de Dr. Raphael Jambeiro; e a Casa do Poeta.

A feira livre da cidade movimenta a economia do município com diversos produtos produzidos por moradores da zona rural. É uma cidade hospitalar, com equipamentos culturais e religiosos significativos, como a Igreja Matriz, cuja torre foi inaugurada em 1920 e a nave em 1950, localizada no centro da praça principal, visível em qualquer lugar da cidade. A igreja acaba sendo o ponto de referência para turistas e visitantes da cidade. Além disso, as Capelas do Monte São Roque e Santo Antônio, a Capela de São José do Jenipapo, com seus mais de 300 anos de existência e a Capela Memorial de Santa Dulce dos Pobres são pontos de destaque no turismo católico, essa última se destaca pela relação com a pesquisa empírica desenvolvida no território de Alagados.

No ano de 2019, a cidade recebeu das Obras Sociais Irmã Dulce, uma Capela e Memorial Santa Dulce dos Pobres, que tem sido impulsora para o desenvolvimento e implantação do turismo religioso católico na cidade. Segundo relatos de entrevistados, a visita de peregrinos e turistas à procura pelos atrativos turísticos religiosos da cidade vem aumentando consideravelmente. A Figura 3 mostra a capela e memorial.

Figura 3 – Fotografias da Capela e Memorial de Santa Dulce dos Pobres



Fonte: acervo das autoras.

As atividades turísticas religiosas católicas têm contribuído para o desenvolvimento do turismo do território com a participação das lideranças no planejamento e no desenvolvimento do turismo religioso da região. A gestão do turismo católico da cidade de Castro Alves é realizada de forma colaborativa com a participação principal da Igreja Católica e da SECT da prefeitura municipal de Castro Alves, que são os principais atores sociais para articulação do turismo religioso católico na cidade. A pesquisa permitiu compreender as principais ações de articulação do turismo religioso católico desenvolvido na cidade.

A SECT da prefeitura municipal de Castro Alves estimula a economia da cultura e do turismo, a partir de iniciativas de natureza artística, cultural e turística; implementando a requalificação de espaços religiosos, como o acesso ao Memorial de Santa Dulce, a Capela de São José do Curralinho e a Capela de São Roque e Santo Antônio. A SECT também realiza ações para zelar pelo patrimônio artístico, pela história e pela memória cultural, além da promoção de políticas sociais voltadas para as questões relacionadas à igualdade, à diversidade e às políticas das mulheres, conforme sua área de competência. A Igreja Católica também organiza eventos, como festas religiosas, procissões, missas festivas, confraternizações, entre outras que mobilizam turistas e peregrinos no território. A Figura 4 apresenta foto da visita de grupo peregrino de Alagados à Capela São José do Jenipapo e São Roque.

Figura 4 – Fotografia de visita de grupo peregrino dos Alagados, na Capela São José do Jenipapo e São Roque



Fonte: acervo das autoras.

Considerações finais

A residência social possibilitou a socialização de saberes, a compreensão da realidade e a vivência da conexão entre ensino, pesquisa e extensão no PDGS. Vivenciar o contexto de diversidade sociocultural na cidade de Castro Alves proporcionou flexibilidade para compreender a realidade, com possibilidade de reajuste do tema de pesquisa da dissertação.

A residência social foi um experimento metodológico que ajudou a construir uma nova relação entre o ensino e aprendizagem, a partir da valorização de alguns aspectos de desenvolvimento profissional, como integração de saberes e experiências anteriores a partir do diálogo entre conhecimento prático e conhecimento teórico (Boullosa; Barreto, 2010). De fato, foi possível fazer uma observação participante e explorar a realidade do território e do conjunto dos atores sociais escolhidos, que permitiram refletir criticamente sobre o desenvolvimento territorial a partir do turismo religioso, compreender os interesses no planejamento das ações de turismo e pensar sobre outras metodologias inovadoras.

A reestruturação da estrutura ou matriz cognitiva do residente social parece ser o grande triunfo – é um resultado significativo da experiência de formação, pois, a partir da imersão do residente em novos grupos e em novas comunidades de prática, este passa a compartilhar, mesmo que temporariamente, uma mesma história e valores, que favorecem o aprendizado e a capacitação (Wenger, 2003 *apud* Schommer; França-Filho, 2010).

A pesquisa participativa na cidade de Castro Alves foi essencial para nortear o desenvolvimento da Tecnologia de Gestão Social de Desenvolvimento Territorial (TGSDT) da dissertação: o roteiro turístico religioso católico e comunitário em Alagados. Essa TGSDT teve como resultado uma experiência de integração fundamentada na vivência de fé e no encontro que promove mudança, desenvolvimento e sustentabilidade social.

Referências

- BOULLOSA, R. de F.; BARRETO, M. L. S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 181-202, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31088>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento econômico local e municipal sustentável*. Projeto de Cooperação técnica Incra/IIICA. Brasília, DF: Incra, 1999. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/07212021030353-metodologia.de.planejamento.do.desenvolvimento.local.e.municipal.sustentavel.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- IBGE. *Bahia/Brasil/Castro Alves*. Versão 4.6. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/castro-alves/panorama>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (ed.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências*. Brasília, DF: Embrapa, 2002. p. 21-37.
- SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31087>. Acesso em: 24 jul. 2022



Capítulo 6

Competências empreendedoras: protagonismo juvenil na Cidade de Salvador (BA)¹

Edvânia Soraia Silva Lima

Claudiani Waiandt

Introdução

A residência social é uma tecnologia educacional desenvolvida no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) e do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (Ciags), desde 2001, e que se estabeleceu numa perspectiva interdisciplinar, articulando conhecimento teórico e prático, análise e/ou intervenção organizacional (Schommer; França Filho, 2010) para a formação de gestores sociais e para a geração de dados para pesquisas em gestão social e desenvolvimento territorial (Universidade Federal da Bahia, 2014).

O relato de experiência apresentado é resultado da realização de uma residência social na Junior Achievement (JA) e se insere no contexto educacional com o objetivo de analisar as ações da JA para

1 Agradecemos a Junior Achievement (JA) pela disponibilidade e receptividade da residência social; ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pela oportunidade e apoio para que esta residência se tornasse possível.

o desenvolvimento de competências empreendedoras realizadas nas escolas na cidade de Salvador (BA), buscando conhecer a estrutura da organização, descrever os programas de Educação Empreendedora (EE) da JA na Bahia, com recorte para o município de Salvador e verificar a metodologia das ações e os conhecimentos, habilidades e atitudes empreendedores desenvolvidos.

A EE tem sido reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como um dos importantes pilares da educação (Lima *et al.*, 2015). No Brasil, há a Lei nº 2.944 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi aprovada em 2021 pelo plenário, sendo remetida a câmara dos deputados para inclusão dos temas de empreendedorismo e inovação nos currículos da Educação Básica gerando impacto no movimento de criação de conhecimento acadêmico, mas ainda se percebe poucas pesquisas críticas sobre o desenvolvimento de competências empreendedoras em jovens que residem em periferias ou participam de projetos sociais.

A cidade de Salvador possui um potencial econômico turístico que vem crescendo quanto a novos negócios nos últimos anos. Entretanto, há ainda índices de violência urbana e exclusão social, então, examinar alternativas para o desenvolvimento de competências empreendedoras em projetos sociais é de importância singular para contribuir para a inclusão socioeconômica da juventude nas comunidades de periferia.

Metodologia

A residência social foi realizada a partir de observação não participante que se desenvolveu pela escuta ativa quando a residente visitou a organização para conhecer os programas de EE. A residência social foi dividida em três etapas: (1) visita *on-line* à instituição; (2) levantamento de dados; e (3) verificação de práticas de competências empreendedoras nas escolas, com análise documental e escuta ativa, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas da residência social

ETAPAS	AÇÕES	METODOLOGIA
<i>Etapas 1</i>	Visita à instituição com um momento de interação com a gerência e os gestores para apresentação dos programas de EE existentes na organização.	Escuta ativa e análise documental.
<i>Etapas 2</i>	Levantamento de dados sobre o impacto (em números) dos programas e ações.	Análise documental para coleta de dados quantitativos e qualitativos.
<i>Etapas 3</i>	Verificar junto aos gestores e facilitadores como estão sendo realizadas as ações para desenvolvimento de competências empreendedoras com os alunos nas escolas.	Escuta ativa e análise documental.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

Resultados e discussão

A JA é uma Organização Não Governamental (ONG) internacional de EE para jovens, localizada em 120 países e tem mais de 50 programas educativos sendo uma das maiores instituições de referência em EE no mundo. Fundada em 1919 nos Estados Unidos, a JA é uma das maiores organizações sociais incentivadoras de jovens do planeta e prepara-os para o mercado de trabalho por meio do método “aprender-fazendo”.

Dessa forma, a JA impulsiona caminhos para que os jovens estejam preparados para os desafios e carreiras da economia globalizada. No Brasil, há 36 anos, a instituição leva conteúdo para todos os estados do país e já capacitou mais de 5 milhões de alunos com o apoio de mais de 150 mil voluntários. A JA trabalha para preparar os jovens para o futuro do trabalho por meio de programas de empreendedorismo, educação financeira e preparação para o mercado de trabalho. Além disso, foram desenvolvidos projetos na Bahia em 72 instituições incluindo escolas, associações e centros educacionais, como ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 – Resultados das atividades da JA

ANO	CIDADES IMPACTADAS	JOVENS BENEFICIADOS	INSTITUIÇÕES IMPACTADAS	PROGRAMAS REALIZADOS
2019-2022	65	54.602	72	36

Fonte: *Relatório de gestão de 2019 a 2022* (2022).

A organização possui nove programas voltados para a temática de desenvolvimento de competências empreendedoras: Conectado com o Amanhã; Gestão de Projetos (Habilidade para a Vida); Liderança Comunitária; Economia Pessoal; Atitude pelo Planeta; Habilidades para o Sucesso; Minienpresa; Empreendedores Climáticos; e Nossa Nação. Esses programas estão relacionados às respectivas competências empreendedoras que integram a EntreComp (2016), que define empreender como a atuação segundo oportunidades e ideias,

transformando-as em valores que podem ser financeiros, culturais ou sociais. Dessa forma, a geração de valor pode acontecer em diversos contextos entre eles o pessoal, público ou privado (Sebrae, 2021). O Quadro 3 apresenta os programas e as competências empreendedoras pretendidas.

Quadro 3 – Programas da JA/BA (2022)

PROGRAMAS	DESCRÍÇÃO	COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS
<i>Conectado com o amanhã</i>	Possibilita aos alunos um momento de reflexão sobre o seu futuro, competências e comportamentos esperados para o mercado de trabalho.	(1) Identificar oportunidades; (2) visão; (3) autoconsciência e autoeficácia; (4) planejar e gerir.
<i>Gestão de projetos (Habilidade para a vida)</i>	Auxilia estudantes a compreender, planejar, realizar, monitorar e avaliar um projeto próprio, por meio de uma introdução às habilidades de gestão de projetos.	(1) Planejar e gerir; (2) identificar oportunidades; (3) autoconsciência e autoeficácia; (4) visão; (5) tomar a iniciativa; (6) mobilizar recursos; (7) lidar com a incerteza, ambiguidade e riscos.
<i>Liderança comunitária</i>	O programa proporciona aos estudantes a experiência da criação e operação de uma organização comunitária. Estes analisam a situação da comunidade local, detectam um aspecto a ser melhorado, constituem uma organização comunitária, elaboram um projeto de serviço comunitário e praticam atitudes de liderança.	(1) Identificar oportunidades; (2) visão; (3) planejar e gerir; (4) pensamento ético e sustentável; (5) mobilizar terceiros; (6) trabalhar com outros; (7) tomar a iniciativa; e (8) aprender com a experiência.

PROGRAMAS	DESCRÍÇÃO	COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS
<i>Economia pessoal</i>	Ajuda os alunos a entenderem seus interesses e suas habilidades pessoais, a explorar opções de carreira e descobrirem o valor da educação.	(1) Literacia financeira e econômica; (2) planejar e gerir; (3) identificar oportunidades; (4) visão; (5) autoconsciência e autoeficácia.
<i>Atitude pelo planeta</i>	Apresenta e desenvolve conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade. Fazendo-os refletir criticamente sobre os problemas socioambientais contemporâneos.	(1) Pensamento ético e sustentável; (2) visão; (3) autoconsciência e autoeficácia; e (4) tomar a iniciativa.
<i>Habilidades para o sucesso</i>	Proporciona aulas práticas de preparação para o mercado de trabalho e perspectivas de carreiras.	(1) Visão; (2) autoconsciência e autoeficácia; (3) tomar a iniciativa; (4) identificar oportunidades; (5) planejar e gerir; (6) aprender com a experiência.
<i>Miniempresa</i>	Proporciona aos estudantes a experiência prática em economia e negócios por meio da organização e operação de uma empresa. Na prática, os alunos constituem uma miniempresa.	(1) Tomar a iniciativa; (2) identificar oportunidades; (3) planejar e gerir; (4) visão; (5) mobilizar terceiros; (6) trabalhar com outros; (7) mobilizar recursos; (8) lidar com a incerteza, ambiguidade e riscos; (9) aprender com a experiência.

(Continuação)

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS
<i>Empreendedores climáticos</i>	Desenvolve nos alunos o entendimento sobre as mudanças climáticas. O objetivo é inspirar responsabilidade e cooperação, ambas necessárias para impulsionar hábitos de desenvolvimento sustentável.	(1) Pensamento ético e sustentável; (2) trabalhar com outros; (3) visão e (4) tomar a iniciativa.
<i>Nossa nação</i>	Visa preparar o aluno para o mercado global, apresentando as mudanças tecnológicas introduzindo conceitos relacionados ao empreendedorismo e discutindo as necessidades de recursos e habilidades para os negócios e para o indivíduo. Durante o programa, é apresentada a relação da globalização e do empreendedorismo com as áreas de ciência e tecnologia.	(1) Pensamento ético e sustentável; (2) visão; (3) tomar a iniciativa; (4) identificar oportunidades; e (5) autoconsciência e autoeficácia.

Fonte: *Relatório de gestão de 2019 a 2022* (2022).

(Conclusão)

Conclusões

O objetivo principal deste relato foi analisar as ações da JA para o desenvolvimento de competências empreendedoras realizadas nas escolas na cidade de Salvador (BA). Constatou-se que a JA possui diversos programas que têm como metodologia o “aprender-fazendo”, o que torna o processo de desenvolvimento de competências empreendedoras mais dinâmico e mais experencial em contraponto ao ensino tradicional.

Quanto aos jovens da periferia da cidade de Salvador, como, por exemplo, na Península de Itapagipe, ações de desenvolvimento de competências empreendedoras deveriam contextualizar a realidade social desse território e vislumbrar soluções para os problemas enfrentados por esses jovens na sua realidade, permitindo a estes cultivar o seu desenvolvimento pessoal e suas aspirações para além de criação de empreendimentos econômicos. Além disso, é importante inserir temáticas que integram questões ambientais e climáticas e liderança comunitária, como verificadas nos programas da JA, podendo o último atuar com o Turismo de Base Comunitária (TBC) na península itapagipana, em Salvador (BA).

A experiência da residência social proporcionou a ampliação da visão com relação às possibilidades de inovação quanto às metodologias ativas usadas durante a pandemia, as quais podem ser integradas ao ensino presencial, criando um ambiente híbrido para o desenvolvimento de competências empreendedoras. Dessa forma, esse modelo alcança um público que por diversos motivos não seria alcançado apenas pelo ensino presencial.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.944, de 30 de setembro de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

EUROPEAN COMISSION. *Final report of the expert group best procedure Project on Education and training for Entrepreneurship*. Bruxelas: European Comission, 2002.

- EUROPEAN UNION. *EntreComp: the entrepreneurship competence framework.* [S. I.]: Joint Research Centre da Comissão Europeia, 2016.
- JUNIOR ACHIEVEMENT. *Relatório de Gestão de 2019 a 2022.* [S. l.: s. n.], 2022.
- JUNIOR ACHIEVEMENT. Sobre nós. JA Brasil, [s. l.], [201-]. Disponível em: <https://www.jabrasil.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- LIMA, E. et al. Opportunities to improve entrepreneurship education: contributions considering Brazilian Challenges. *Journal of Small Business Management*, Morgantown, v. 53, n. 4, p. 1033-1051, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jsbm.12110>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31087>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- SEBRAE. *Competências Empreendedoras: quais são e como trabalhá-las* (CER). [S. l.]: Sebrae, 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Administração. Programa de Desenvolvimento e Gestão Social. *Regulamento da Atividade de Residência Social*. Salvador: PDGS, 2014.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *Future of jobs 2020.* [S. l.]: World Economic Forum, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2020/>. Acesso em: 1 ago. 2021.



Capítulo 7

Formação profissional e valorização dos saberes do mar no território da Península de Itapagipe em Salvador (BA)

*Anelize Barbosa dos Santos
Renata Alvarez Rossi*

Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar a experiência da residência social, realizada no Instituto Redemar, como parte do trabalho de pesquisa que culminou na dissertação de mestrado intitulada *Formação profissional e valorização dos saberes do mar no território da Península de Itapagipe – Salvador (BA)*.

A residência social é um componente curricular que integra o Projeto Pedagógico do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PGDS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Segundo Boullosa e Barreto (2010), a residência social objetiva proporcionar um espaço para a aprendizagem prático-reflexiva, visando à integração e ao aprimoramento dos conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso, assim como correlacioná-los à bagagem

cultural, profissional e pessoal do estudante. A residência social tem grande semelhança com as comunidades de prática. De acordo com Schommer e França Filho (2006), as comunidades de prática podem ser definidas como grupos de praticantes que compartilham objetivos e desafios, interagem regularmente, aprendem pelos outros e com os outros, e desenvolvem habilidades para lidar com tais desafios e atingir seus objetivos.

As experiências que envolvem residência social permitem sugerir que tal metodologia seja analisada como iniciativa que promove a aprendizagem por meio da interação entre pessoas em diferentes organizações, em torno de práticas compartilhadas em algum grau. Esse envolvimento de caráter socioprático gera oportunidades de intercâmbio, de combinação e de geração de novos conhecimentos que são compartilhados entre indivíduos e entre comunidades de prática já existentes, além de fomentar o surgimento de novas comunidades de prática. Nessas interações, há oportunidades de aprendizagem para todos os envolvidos nos processos (Schommer; França Filho, 2006).

Corroborando com a definição de comunidades de prática, o processo de residência social vivenciado e aqui descrito proporcionou momentos de aprendizado e troca de informações e conhecimentos, gerando efeitos positivos tanto para a organização acolhedora e a comunidade por ela articulada – especialmente os pescadores artesanais – e para a universidade.

O Instituto Redemar tem como visão ser referência na luta pela saúde dos oceanos no Brasil e nos espaços marinhos onde atua. A missão, por sua vez, é despertar na sociedade o pertencimento e conhecimento do oceano, ao desenvolver senso crítico para a importância de sua preservação para as vidas, entendendo o oceano como uma matriz alimentar, energética, de transportes e mecanismo regulador climático, que terá cada dia mais importância para o desenvolvimento Ecológico (Redemar Brasil, 2024).

A imersão no contexto diário dessa organização possibilitou, além da aproximação com os temas relacionados ao cuidado do mar, a

vivência prática da gestão social, do diálogo, da gestão participativa e democrática, especialmente em função das atividades de interlocução com a comunidade pesqueira realizada pela organização.

Nesta experiência, foi possível identificar as potencialidades e desafios de uma organização da sociedade civil na execução de projetos sociais, o diálogo interno e com parceiros, sejam instituições públicas ou também organizações sociais. A convivência participativa e a busca por parcerias é algo rotineiro dentro da organização social, fato esse que proporcionou uma experiência única no aprendizado acadêmico, profissional e pessoal.

Além desse aprendizado relacionado ao funcionamento de uma organização da sociedade civil, a experiência da residência social também se constituiu como oportunidade para a realização da pesquisa de campo e para a produção e validação dos instrumentos de pesquisa.

Residência social: espaço de desenvolvimento de aspectos metodológicos da pesquisa

A residência social na instituição Redemar teve como objetivo principal compreender as ações de preservação do meio ambiente, o cuidado com o oceano e com as vidas marinhas, correlacionado com a atividade laboral dos pescadores artesanais, sujeitos da pesquisa na elaboração da dissertação de mestrado. Além disso, foi intuito da pesquisa experimentar a participação nos diálogos, entrevistas e também viabilizar a realização de um grupo focal envolvendo trabalhadores da pesca articulados em torno da Pastoral da Pesca, quando foi possível identificar que grande parte dos pescadores e pescadoras se preocupa com a preservação e com o cuidado com o mar. Já como objetivos específicos da residência social, buscou-se:

- I. trocar informações e experiências entre o projeto de pesquisa e as atividades desenvolvidas pela instituição;

- II. analisar documentos produzidos pela instituição formadora, voltados à pesca artesanal;
- III. correlacionar assuntos e abordagens formativas voltadas para o cuidado com o oceano.

Todas as atividades foram registradas e detalhadas no Plano de Trabalho, documento que compõe o conjunto de documentação necessária para a formalização da residência social. O documento foi elaborado pela estudante residente, pela professora orientadora e também pela instituição acolhedora, no qual especificou-se as atividades a serem realizadas, como:

- a) apresentação da instituição e do projeto da mestranda;
- b) identificação das atividades desenvolvidas pela instituição que dialoguem com o projeto de pesquisa;
- c) visitas e reuniões com parceiros e sistematização destas;
- d) estruturação do trabalho realizado e entrega de material produzido a instituição.

No decorrer da construção da dissertação, optou-se pela pesquisa qualitativa com a realização de técnicas de observação, participação, entrevistas, coleta de documentos, entre outros. Durante o processo de residência, o método de observação participante foi predominante nas primeiras atividades. Já no primeiro dia de trabalho, foi desenhada e alinhada uma dinâmica de trabalho na qual a instituição executava suas atividades e reuniões e a estudante residente observava e registrava as informações. Com o passar dos dias e com o aprofundamento da convivência, a residente passou a contribuir com a confecção de documentos administrativos e de controle.

Na medida em que a instituição adotou a postura de possibilitar mais autonomia à estudante residente, o processo de residência consolidou a vivência e troca de experiências. A Redemar passou a designar a realização de atividades, concedendo assim à residente a liberdade necessária para que esta executasse as atividades da forma criativa, tornando o período da residência um momento de aprendizado leve, rico e proveitoso para ambos os lados.

A instituição em seu cotidiano dialoga com inúmeros pescadores, principalmente quando desenvolve ações públicas, a exemplo da campanha “O mar não está para plástico”, que, na edição realizada durante a residência social, foi executada em parceira com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Governo da Bahia, compondo o rol de atividades programadas para os festejos dos 100 anos da festa de Yemanjá. Essa iniciativa teve como propósito traduzir a luta pela saúde dos oceanos e a batalha travada pelo grande vilão da poluição no mar, os plásticos deixados na praia, esses resíduos acabam habitando os lugares mais esmos do oceano (Redemar Brasil, 2024). Segundo o site da Redemar Brasil (2024), a produção de plástico vem aumentando e isso contribui para a morte e infecção dos animais. O Brasil ocupa o quarto lugar na produção de plástico com 11,3 milhões de toneladas produzidas ao ano.

Foi possível observar nessa ação a aproximação de certos pescadores curiosos com a quantidade de lixo em geral e plásticos retirados do mar e alguns desses pescadores se justificavam informando que, quando vão para o mar, levam sacos para todo o lixo que produzem durante a pescaria e retornam com eles. Já outros diziam que vez ou outra trazem consigo alguns materiais plásticos, mas não dão conta de trazer tudo e que, apesar de apoarem a ação, especificamente neste dia, nenhum se juntou aos catadores para ajudar na limpeza da praia.

O processo de residência social também possibilitou o aprendizado prático no que se refere à gestão social, especialmente, por meio do diálogo e experiência de gestão participativa. Segundo Araújo (2012), gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. A experiência vivenciada na residência social corroborou com a definição do autor quando possibilitou identificar na organização a necessidade de adaptação em suas relações com os diferentes parceiros, sejam eles órgãos públicos, organizações sociais, instituições internacionais e a comunidade local, sendo que as relações

nas diferentes esferas tinham o mesmo objetivo final: a transformação social, a proteção ao meio ambiente e, acima de tudo, o bem comum.

O diálogo, a convivência participativa, a limitação financeira, a busca por parcerias estão presentes cotidianamente dentro de uma organização social da sociedade civil, fato que proporcionou uma experiência única no sentido acadêmico, profissional e pessoal no processo de residência social. Considerando a elaboração da Tecnologia de Gestão Social (TGS) proposta como resultado do trabalho de pesquisa, a saber, a produção de propostas de conteúdos para cursos de formação de profissionais que atuam no mar, a residência social possibilitou um olhar diferenciado para temas voltados ao meio ambiente, à cultura oceânica, ao respeito com os seres marinhos, ao uso discriminado de resíduos sólidos a base de plástico, à sustentabilidade, ao desenvolvimento local, ao uso de mecanismos e equipamentos tecnológicos para aprimorar a pesca artesanal e, o fundamental, à gestão participativa.

Conclusão

A residência social foi uma etapa surpreendente em todo o curso do mestrado e possibilitou um valioso momento de aprendizagem prática, troca de conhecimentos, vivências, olhar diferenciado. Para a estudante residente, a realização da residência social representou a oportunidade de observar a sociedade com o “olhar” de uma organização social, vivenciando de perto suas lutas e vitórias, além do grande conhecimento produzido, que agregado às pesquisas e conhecimentos produzidos pela academia, pode gerar grandes benefícios para sociedade como um todo.

A Redemar, como instituição acolhedora, colaborou de maneira grandiosa em todo o processo, sendo bastante receptiva com a estudante residente, compartilhando conhecimento por meio da convivência diária ao relatar suas experiências ou por meio das suas pesquisas e documentos produzidos. É fundamental relatar que a residente foi

envolvida em grande parte das atividades desenvolvidas, participou de reuniões para planejamento, tornou-se responsável por determinadas atividades, foi ouvida quando sugeriu ou criticou certos procedimentos.

No que se refere ao aprendizado e correlação com a dissertação e o objeto de pesquisa, a vivência com a instituição confirmou a necessidade real de se investir na qualificação das pessoas que têm ligação direta com o mar e os oceanos. É importante registrar que a instituição possui uma visão bastante ampla quando se fala da população ligada ao mar, pois de uma forma ou de outra todos os seres humanos lidam e/ou interferem no oceano, e é com essa perspectiva de conscientização global que a instituição trabalha. Já o objeto de pesquisa, para uma melhor investigação, limitou-se ao público-alvo. Dessa forma, a proposta da dissertação teve como produto a elaboração de um programa de formação composto por ementas e conteúdos de qualificação profissional, voltados para pescadores artesanais.

A proposta de ementas e conteúdos construída pela aluna residente visou privilegiar e absorver as vivências e o conhecimento tácito dos pescadores ao incorporar novas qualificações e técnicas trabalhadas na atualidade. A partir do que foi observado pela experiência da residência, foi considerada a necessidade de se trabalhar também com a preservação do meio ambiente, a cultura oceânica, o respeito com os seres marinhos, a importância da gestão adequada dos resíduos sólidos a base de plástico e seu processo de reciclagem.

Com esse novo olhar sobre o cuidado com os oceanos, com a preservação e valorização das vivências e experiências dos próprios pescadores e também com a incorporação de novas tecnologias para lidar e trabalhar com o mar, é que a proposta de ementas e conteúdos foi produzida com o objetivo de inovar na capacitação desses profissionais do mar.

O processo de residência social proporcionou um olhar diferenciado para a necessidade de se abordar o cuidado e a preservação do mar, não só em uma perspectiva de retorno imediato ao prover aos profissionais ligados ao mar o seu sustento diário, mas também em uma perspectiva futura, para sobrevivência de novas gerações, as quais, se não

começarmos a cuidar de agora, não existirão no futuro, e restará apenas colher os efeitos negativos e prejudiciais das más escolhas feitas hoje.

Referências

- ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARAÚJO, E. T. de. *(In)consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.
- BOULLOSA, R. F.; BARRETO, M. L. S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 181-202, jun./nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31088>. Acesso em: 31 out. 2022.
- CANÇADO, A. C. Gestão social. In: BOULLOSA, R. de F.(org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.
- REDEMAR BRASIL. Redemar Brasil divulga relatório do impacto ambiental da poluição nas praias de Itapuã e Rio Vermelho [...]. *Redemar*, Salvador, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://redemar.org.br/redemar>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidades de prática. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (org.). *Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino*. Salvador: Edufba, 2006. p. 63-82.



Capítulo 8

A contribuição da FIEB para a gestão ambiental da Bahia: achados a partir da residência social

Patrícia Gavazza Garcia

Luiza Reis Teixeira

Introdução

O licenciamento ambiental é uma ferramenta essencial para garantir que o desenvolvimento econômico ocorra de forma responsável e sustentável, protegendo o meio ambiente e assegurando um futuro melhor para as gerações atuais e futuras. A gestão ambiental é uma abordagem integrada que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação e proteção do meio ambiente, visando garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

Com uma abordagem integrada que requer a participação e colaboração de diversas partes interessadas, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) possui um papel histórico e relevante ao longo das últimas décadas para a gestão ambiental da Bahia. É importante frisar que a cooperação entre esses atores sociais é essencial para garantir que as políticas e práticas ambientais sejam eficazes e promovam um desenvolvimento sustentável.

Uma das autoras deste capítulo realizou a residência social, componente curricular obrigatório do curso de mestrado profissional do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na FIEB. Assim, foi possível obter informações relevantes sobre o histórico da gestão ambiental na Bahia. Neste texto, apresentamos uma linha do tempo a partir da década de 1970 e traçamos um panorama da gestão ambiental na Bahia.

De forma alinhada à pesquisa do mestrado, foi realizada uma análise mais detalhada do *Manual de licenciamento ambiental* da FIEB, que contribuiu de forma essencial para a construção da dissertação de mestrado. Este capítulo apresenta um resumo das informações coletadas durante a atividade de residência social e como elas contribuíram para a construção da dissertação de mestrado, defendida em janeiro de 2024.

Gestão ambiental na Bahia

A gestão ambiental na Bahia passou por diversas fases de evolução, refletindo mudanças na legislação, nas políticas públicas, na conscientização da sociedade e nos avanços tecnológicos. O estado enfrentou desafios significativos, mas também foram tomadas medidas para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Quadro 1 – Linha do tempo da gestão ambiental na Bahia

PERÍODO	DESCRIÇÃO
Anos 1970 e 1980	Durante esse período, houve uma preocupação crescente com questões ambientais em todo o mundo, incluindo no Brasil. A criação de órgãos ambientais em nível federal, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989, reflete esse momento de conscientização. Na Bahia, questões como desmatamento, poluição industrial e eliminação dos ecossistemas recebem mais atenção.

(Continuação)

PERÍODO	DESCRIÇÃO
Anos 1990	A década de 1990 foi marcada por avanços inovadores na legislação ambiental brasileira, com a promulgação da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, e a Constituição Federal de 1988, que distribuíram o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental. Na Bahia, houve uma maior regulamentação das atividades industriais e um aumento na conscientização sobre a importância da conservação ambiental.
Anos 2000	Neste período, houve um fortalecimento das políticas ambientais no Brasil, com a implementação de instrumentos como o licenciamento ambiental e a criação de unidades de conservação. Na Bahia, surgiram iniciativas para proteger áreas sensíveis, como a região da Chapada Diamantina e o litoral, além de um aumento na fiscalização de atividades industriais e agropecuárias.
Anos 2010	A década de 2010 foi marcada por um maior reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável e da economia verde. Na Bahia, houve investimentos em energias renováveis, como a eólica e a solar, e uma maior conscientização sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais para o turismo ecológico e outras atividades econômicas.
Anos 2020	A gestão ambiental na Bahia continua a evoluir, enfrentando desafios como o desmatamento ilegal, a poluição hídrica e a pressão sobre ecossistemas costeiros. Ações de conscientização, educação ambiental e parcerias entre governo, setor privado e sociedade civil têm sido promovidas para lidar com esses desafios.

Fonte: elaborado pelas autoras, com base em *O terceiro estágio* (2010) (Conclusão) e *O quarto Estágio* (2017).

Ao longo desse período, a gestão ambiental na Bahia passou por avanços significativos, mas também enfrentou desafios contínuos, incluindo a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico

com a proteção do meio ambiente e a inclusão das comunidades locais nas decisões relacionadas ao uso dos recursos naturais. É importante reconhecer que a gestão ambiental é um processo contínuo e sonoro, sujeito a mudanças e adaptações de acordo com as necessidades e desafios ambientais emergentes (O terceiro [...], 2010).

O histórico da gestão ambiental na Bahia abrange diversas fases e marcos importantes ao longo do tempo. Alguns fatores históricos contribuem e influenciam o atual contexto da gestão ambiental no estado da Bahia. Entre eles, podemos citar o fato de o Brasil ter desenvolvido, desde a década de 1970, uma legislação ambiental pioneira. Em 1981, foi promulgada a Lei nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa legislação foi fundamental para orientar a gestão ambiental em todos os estados, inclusive na Bahia (O terceiro [...], 2010).

Em 2002, na Bahia, houve a criação da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo de coordenar e executar a política ambiental na Bahia. A atuação da SEMA se tornou central para a gestão ambiental, abrangendo licenciamento, fiscalização, monitoramento e elaboração de políticas ambientais. Alguns órgãos ambientais vinculados à SEMA assumiram a responsabilidade pela fiscalização e execução das políticas ambientais no estado, como o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), que se tornou fundamental para o licenciamento ambiental (O terceiro [...], 2010).

Ao longo dos anos, a Bahia expandiu sua rede de unidades de conservação, protegendo áreas de importância ambiental, como parques, reservas e áreas de proteção ambiental. Essas áreas desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade e na preservação dos ecossistemas. Também foram desenvolvidos programas de monitoramento ambiental para observar a qualidade do ar, da água e do estado dos ecossistemas, auxiliando na identificação de problemas ambientais e na tomada de decisões.

É importante destacar que a gestão ambiental na Bahia envolve a participação ativa da sociedade civil e do setor privado. Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas privadas e instituições acadêmicas desempenham papéis importantes na promoção da consciê-

tização ambiental, na implementação de práticas sustentáveis e na realização de projetos de conservação. A tecnologia também desempenha um papel cada vez mais importante na gestão ambiental, fornecendo ferramentas para o monitoramento ambiental, prevenção de desastres naturais, gestão de resíduos, entre outras. A conscientização e a educação ambiental são promovidas por meio de campanhas, projetos educativos e programas de capacitação para diversos públicos, incluindo estudantes, comunidades locais e empresários.

Esses são alguns dos principais aspectos do histórico da gestão ambiental na Bahia, assim como um panorama dos seus principais atores, eventos e ações. A eficácia da gestão ambiental na Bahia depende da colaboração entre diferentes atores, incluindo governo, setor privado, sociedade civil e comunidades locais. O governo estadual, por meio de órgãos como a SEMA, desempenha um papel fundamental na definição e implementação de políticas ambientais, fiscalização e monitoramento ambiental em todo o estado. No entanto, a colaboração entre todas as partes interessadas é essencial para promover um desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente na Bahia (O terceiro [...], 2010).

A Bahia é um estado que enfrenta uma série de desafios ambientais, incluindo desmatamento, poluição hídrica e do ar, perda de biodiversidade, entre outros. Esses desafios impedem a implementação de políticas e programas mais eficazes de gestão ambiental.

A FIEB

A entidade que representa os interesses das indústrias no estado da Bahia desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e industrial da região, além de promover iniciativas e políticas que visam fortalecer a competitividade e o crescimento sustentável das indústrias baianas (O quadro [...], 2017).

A FIEB vem ao longo dos anos realizando diversas iniciativas relacionadas à gestão ambiental, promovendo ações e iniciativas

voltadas para a sustentabilidade e para a preservação dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva de responsabilidade e colaboração do setor privado, a FIEB desempenha um papel importante nesse contexto da gestão ambiental, promovendo práticas sustentáveis nas indústrias do estado, que buscam a conformidade com regulamentações ambientais e colaboram com outras partes interessadas para encontrar soluções para desafios ambientais (O quadro [...], 2017).

Programas de sustentabilidade da FIEB

A FIEB desenvolveu programas e iniciativas voltados para a sustentabilidade ambiental, incentivando as indústrias a adotarem práticas mais responsáveis em relação ao meio ambiente. Isso inclui ações como redução de resíduos, uso eficiente de recursos naturais e adoção de tecnologias limpas, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Programas e ações de sustentabilidade da FIEB

PROGRAMA	Descrição
<i>Capacitação e treinamento</i>	A FIEB oferece capacitação e treinamento para profissionais e empresas interessadas em implementar práticas de gestão ambiental. Isso pode incluir cursos, workshops e palestras sobre temas como legislação ambiental, gestão de resíduos e conservação da biodiversidade.
<i>Parcerias com órgãos ambientais</i>	A FIEB colabora com órgãos ambientais do estado da Bahia para promover ações conjuntas em prol da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Essas parcerias podem envolver a realização de campanhas de conscientização, a elaboração de projetos ambientais e o monitoramento da qualidade ambiental.

(Continuação)

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
<i>Monitoramento e avaliação</i>	A FIEB pode realizar monitoramento e avaliação do desempenho ambiental das indústrias associadas, ajudando a identificar áreas de melhoria e implementar medidas corretivas quando necessário. Isso pode incluir a realização de auditorias ambientais, análise de indicadores de desempenho e acompanhamento do cumprimento da legislação ambiental.
<i>Divulgação de boas práticas</i>	A FIEB pode promover a divulgação de boas práticas ambientais regulamentares pelas indústrias associadas, destacando casos de sucesso e incentivando outras empresas a seguirem o exemplo. Isso pode ser feito por meio de publicações, eventos e campanhas de comunicação.
<i>Influência em legislação ambiental</i>	A Bahia possui uma legislação ambiental robusta que regula as atividades industriais, com leis específicas que abordam questões como licenciamento ambiental, gestão de resíduos, proteção de áreas naturais, entre outros aspectos. A FIEB, juntamente com outras entidades empresariais, frequentemente se envolve em discussões e negociações relacionadas à legislação ambiental para garantir que os interesses da indústria sejam considerados sem comprometer a sustentabilidade ambiental.
<i>Apoio ao licenciamento ambiental</i>	O licenciamento ambiental é um processo fundamental para as indústrias na Bahia. A FIEB oferece suporte e orientação às empresas associadas durante o processo de obtenção de licenças ambientais, garantindo que estejam em conformidade com os requisitos legais e ambientais.

(Continuação)

PROGRAMA	Descrição
<i>Engajamento com a comunidade</i>	A FIEB pode promover o engajamento das indústrias com a comunidade local, incentivando a realização de ações de responsabilidade social e ambiental. Isso pode incluir projetos de educação ambiental, apoio a iniciativas comunitárias e participação em programas de voluntariado.
<i>Sustentabilidade e eficiência energética</i>	A FIEB promove iniciativas inovadoras para a sustentabilidade e eficiência energética entre suas empresas associadas. Isso pode incluir programas de conscientização, implementação de tecnologias mais limpas e eficientes, bem como o desenvolvimento de práticas de gestão ambiental responsável.
<i>Parcerias e projetos</i>	A FIEB pode estabelecer parcerias com instituições governamentais, ONGs e outras entidades para desenvolver projetos e iniciativas relacionadas à gestão ambiental, envolvendo a promoção do desenvolvimento sustentável e a mitigação dos impactos ambientais das atividades industriais.
<i>Advocacia e representação</i>	A FIEB atua como porta-voz das indústrias da Bahia em questões ambientais, defendendo seus interesses junto ao governo e outras partes interessadas. Isso pode envolver a participação em fóruns de discussão, contribuições para a elaboração de políticas ambientais e a defesa de regulamentações equilibradas e eficazes.

Fonte: elaborado pela autora, com base em *O terceiro estágio* (2010) e *O quarto estágio* (2017).

(Conclusão)

A gestão ambiental no estado da Bahia tem sido uma preocupação crescente ao longo dos anos, com diversas iniciativas sendo inovadoras para promover o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais. A FIEB vem desempenhando um papel importante no apoio e promoção de práticas de gestão ambiental sustentá-

vel entre as indústrias no estado da Bahia, como é possível verificar nas diversas publicações sobre o tema, destinada aos associados, a exemplo de:

- *Obrigações legais ambientais;*
- *Manual de licenciamento ambiental;*
- *Guia das organizações que atuam na coleta;*
- *Tratamento e reciclagem de resíduos;*
- Manual de outorga;
- *Cartilha ESG;*
- *Prêmio FIEB Indústria Baiana Sustentável;*
- *Manual PGRS;*
- *Como implantar o sistema de logística reversa;*
- *Orientações para associações/cooperativas de catadores – logística reversa;*
- *Manual de licenciamento sanitário;*
- *Manual de gestão de resíduos sólidos, entre outros.*

Tendo como objeto de pesquisa as condicionantes socioambientais no estado da Bahia, durante o período da residência social, observou-se mais precisamente as publicações do *Manual de licenciamento ambiental* da FIEB, cujas considerações serão apresentadas na próxima seção.

O Manual de licenciamento ambiental da FIEB

O manual foi elaborado pela FIEB, no âmbito do Projeto Indústria Baiana Sustentável – Apoio ao Licenciamento Ambiental, prioritariamente às micro, pequenas e médias empresas, em parceria com o Inema e com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2015).

O desenvolvimento desse manual representa um importante passo na modernização da gestão ambiental na Bahia. Lançado em

2015, ele desempenha um papel crucial ao fornecer orientação clara e objetiva para o setor empresarial em relação aos processos de licenciamento ambiental (Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2015).

A iniciativa da FIEB e do Inema visa preencher uma lacuna significativa ao oferecer às empresas uma fonte confiável de informações sobre os requisitos e procedimentos necessários para obtenção de licenças ambientais no estado da Bahia. Isso é fundamental para garantir que as atividades industriais sejam conduzidas de forma responsável e em conformidade com as leis e regulamentos ambientais (Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2015).

Ao fornecer orientações específicas e linguagem acessível, o manual torna o processo de licenciamento ambiental mais transparente e compreensível para as empresas, facilitando sua conformidade com as normas ambientais e contribuindo para a prevenção de impactos negativos sobre o meio ambiente (Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2015).

Além disso, essa parceria entre o setor privado e o órgão ambiental demonstra um compromisso conjunto com a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento econômico sustentável na Bahia. Ao trabalhar em conjunto, a FIEB e o INEMA podem identificar oportunidades para simplificar e agilizar os processos de licenciamento, ao mesmo tempo em que garantem a proteção eficaz do meio ambiente (Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2015).

Na última edição do manual publicada em 2023, foi realizada a análise de mudanças significativas na legislação ambiental do país, com o objetivo de equilibrar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental. A extinção do Instituto do Meio Ambiente (IMA) e do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) e a criação do Inema, em 2011, demonstram um esforço em modernizar a gestão ambiental no estado da Bahia.

Conclusão

A atividade de residência social ofereceu a oportunidade de estágio na FIEB, proporcionando acesso a informações valiosas sobre a história da gestão ambiental na Bahia. A linha do tempo desde a década de 1970 permitiu uma compreensão mais profunda da evolução dessa gestão ao longo do tempo. O relatório destacou não apenas a trajetória da gestão ambiental, mas também o papel crucial da FIEB na garantia do cumprimento da legislação ambiental e na promoção da sustentabilidade na sociedade baiana. Essa análise pode fornecer *insights* importantes para políticas futuras e práticas de gestão ambiental na região.

Essa oportunidade oferecida pela residência social foi fundamental não só para a formação acadêmica, mas também para o desenvolvimento do entendimento da gestão ambiental e da promoção da sustentabilidade. O acesso a informações detalhadas sobre a história e as práticas atuais de gestão ambiental na Bahia, por meio do estágio na FIEB, certamente proporciona uma base sólida para a formulação de políticas mais eficazes e para a implementação de práticas sustentáveis na região. Essa análise histórica e institucional possibilita um guia valioso para futuras iniciativas e intervenções na área ambiental, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e responsável.

Referências

- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Legislação brasileira sobre o meio ambiente*. 2. ed. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação: Edições Câmara, 2010.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Manual de Licenciamento Ambiental*. Salvador: Sistema FIEB, 2015.

O QUARTO Estágio. Produção: Federação das Indústrias do Estado da Bahia.
Salvador: Fieb, 2017. 1 vídeo.

O TERCEIRO Estágio. [Direção]: Roberto Barreto. Salvador: Federação das
Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), 2010. 1 vídeo.



Parte III

Experiências internacionais de
residência social



Capítulo 9

Aproximações entre corpos-territórios afro-brasileiros e afro-colombianos: um relato de residência social

Ana Carolina Silva Santos

Ana Cristina Muniz Décia

Introdução

As experiências das pessoas negras na diáspora têm suas singularidades, mas também suas aproximações, isso porque os projetos coloniais nas Américas foram muito parecidos, sobretudo na América Latina, baseando-se na exploração escravocrata de pessoas negras e, após seu encerramento, no alijamento dessas pessoas da sociedade capitalista.

Neste capítulo, apresento o relato de residência social que realizei em Cali, cidade colombiana considerada a mais negra da América Latina depois de Salvador, cidade mais negra fora de África, aproximando a experiência desses corpos-territórios negros, no que se refere às violências raciais sofridas, bem como seus processos de resistências e enfrentamentos comunitários.

A residência social e a Associação Cultural *El Chontaduro*

A residência social é uma tecnologia de ensino, que singulariza o Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pois busca proporcionar aos estudantes um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão continuada em contextos práticos organizacionais diferentes dos seus contextos habituais de ação. Tal imersão buscara dar condições ao desenvolvimento de capacidades e competências inerentes à função de gestor, a partir da articulação de três dimensões de ação prático-reflexiva: “socialização de diferentes saberes, compreensão mais complexa da realidade; e conexões entre ensino, pesquisa e extensão” (Boullosa; Barreto, 2010, p. 184).

A residência social em tela fez parte do processo de construção da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado *Gestão compartilhada, avaliação e monitoramento na Península de Itapagipe: por uma crítica antirracista à política de segurança pública*, defendida em 2023. O objetivo geral da pesquisa foi desenvolver uma Tecnologia de Gestão Social (TGS) de avaliação e monitoramento da política de segurança pública no território da Península de Itapagipe, mais especificamente o bairro do Uruguai, tendo como foco o enfrentamento ao racismo, a partir dos atores sociais envolvidos, sobretudo a comunidade.

A residência social foi realizada em Cali entre os dias 6 e 23 de fevereiro de 2023, na instituição acolhedora Asociación Cultural El Chontaduro, que trabalha pelo fortalecimento e defesa dos direitos humanos da população do distrito de Aguablanca em Cali. A organização da cidade de Cali é composta por distritos, comunas e bairros. No caso, o bairro Marroquin III, onde está localizada a associação, pertence à Comuna 13 do distrito de Aguablanca, no oriente de Cali. O referido bairro concentra a maior parte de pessoas negras, bem como pessoas vindas do Pacífico, a partir do processo de deslocamento forçado por conta dos furacões e

do conflito armado colombiano. Assim, acaba sendo um lugar de muitas desigualdades, violência, conflitos e estigmatização.

A organização, por sua vez, atua dando primazia aos direitos étnico-racial, equidade de gênero e direitos civis e políticos de mulheres, crianças e jovens, buscando seu impacto nas dinâmicas sociais e nas políticas públicas locais. Promovendo a participação a partir de abordagens de não violência e cultura de paz, a associação tem implementado programas e projetos que permitem o desenvolvimento integral das comunidades, atuando em três frentes distintas: mulheres, meninos e meninas e juventude.

Já como objetivos da residência social, estabeleceu-se: a) conhecer a atuação da Casa Chontaduro no campo do enfrentamento ao racismo e atuação comunitária na cidade de Cali e eventuais dispositivos de TGS aderentes às políticas de segurança para o território da Península de Itapagipe; b) conhecer e observar o funcionamento da instituição, principalmente sua atuação comunitária com jovens e mulheres negras, por meio da cultura e da arte, entendendo a cultura como uma chave importante para pensar o enfrentamento ao racismo e à violência em comunidades negras; c) entender como se dá a realidade de enfrentamento ao racismo e à violência policial e se há instrumentos de avaliação e monitoramento, bem como estabelecer possíveis conexões com a realidade da Península de Itapagipe, em Salvador; e d) estabelecer intercâmbios culturais, profissionais e acadêmicos com a instituição.

Tendo como base esses objetivos, foram realizadas sete entrevistas com dirigentes, coordenadores e beneficiários das ações da Casa Chontaduro, considerados informantes-chave da pesquisa (Décia, 2013). A partir dessa escuta qualificada e da imersão proporcionada pela residência social, foi possível tecer uma série de reflexões sobre a forma como a violência racial incide naquele território e suas formas de enfrentamento pela comunidade, estabelecendo aproximações com a realidade do bairro do Uruguai, na Península de Itapagipe, em Salvador, como veremos a seguir.

A Península de Itapagipe e o bairro do Uruguai

Como já dito anteriormente, a Península de Itapagipe foi o território escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, mais especificamente, buscando a compreensão da política de segurança pública aplicada ao território. Composta por 14 bairros, a Península de Itapagipe caracteriza-se por regiões com melhores infraestruturas e condições de habitação, com uma população mais abastada e de pele mais clara (bairros como Monte Serrat, Bonfim, Boa Viagem, Ribeira, Dendezeiros, Roma e Mares); assim como por áreas de ocupação mais recente, antes ocupadas pelas palafitas, mostrando condições de habitação e estrutura urbana mais precárias, população que em sua maioria se autoidentifica como preta e parda, seguindo a classificação dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, à qual são atribuídos os indicadores socioeconômicos mais baixos (bairros como Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Vila Ruy Barbosa, Uruguai, Mangueira e Lobato) (Volpini, 2017).

Apesar de preferirmos trabalhar com a ideia de que, na verdade, são bairros violentados pela presença repressiva da segurança pública e ausência de políticas sociais, como nos diz o historiador Dudu Ribeiro, alguns bairros da Península de Itapagipe figuram no rol dos mais “violentos” de Salvador, como Lobato¹ e Uruguai; não à toa, existe uma

1 Em pesquisa produzida pela Iniciativa Negra chamada “Mesmo que me negue sou parte de você”, foram monitorados 3.040 eventos de violência, e segundo o estudo, os bairros onde se identifica maior registro nas mídias de casos relacionados à violência são territórios majoritariamente negros. Entre eles, destacam-se: São Cristóvão, Mata Escura, Sussuarana, Itapuã e Lobato. Ver em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/novembronegro/noticia/2021/11/19/estudo-da-iniciativa-negra-aponta-que-bairros-com-maiores-indices-de-violencia-em-salvador-tem-maioria-da-populacao-negra.ghtml>.

Base Comunitária de Segurança Pública instalada nesse último desde 2014 (G1, 2014). Por outro lado, o território se caracteriza por uma forte organização social, como se constata pela existência de diversas organizações de base, como a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (Camppi), a Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (Reprotai), a Associação de Moradores Santa Luzia, o Centro Cultural Alagados, o Observatório do Racismo Ambiental, todas localizadas no bairro do Uruguai, explicadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Organizações sociais na Península de Itapagipe, localizadas no bairro Uruguai

Nome da organização social	Descrição e atuação
<i>Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (Camppi)</i>	<p>É um espaço de mobilização e ação articulada das organizações comunitárias e empreendimentos econômicos solidários da Península de Itapagipe. Atualmente, compõem a rede 30 organizações, tais como: associações de moradores, grupos artísticos, religiosos, juventude, mulheres e culturais, creches, escolas públicas e comunitárias, grupos produtivos de artesãos, pescadores, gastronomia, reciclagem etc. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável da Península de Itapagipe, por meio de iniciativas próprias e parcerias, que priorizem os interesses dos segmentos populares, em torno da construção de estratégias de desenvolvimento sustentável para a região. Ver em: https://cama.org.br/rede-camppi/.</p>

(Continuação)

Nome da organização social	Descrição e atuação
<i>Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (Reprotai)</i>	<p>Rede de adolescentes e jovens fundada em agosto de 2004 por adolescentes e jovens da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, Associação Livre dos Moradores de Mangueira, Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) e Camppi. O objetivo da Reprotai é criar mecanismos e oportunidades para que adolescentes e jovens da Península de Itapagipe superem as disparidades de formação e outras desigualdades provocadas pela situação de pobreza e tenham uma vida melhor. Diante desse desafio, a rede realiza <i>advocacy</i> monitorando e incidindo em políticas públicas para a juventude; articula-se com parceiros para promover oficinas ludopedagógicas, programas de educação, encontros de formação profissional e inserção no mercado de trabalho e formações para o desenvolvimento de ações empreendedoras; potencializa atividades culturais da península mediante a realização de festivais culturais e do Projeto Terças Culturais; desenvolve processos educativos de esporte, arte, cultura e lazer com adolescentes e jovens.</p> <p>Ver em: https://reprotoai.wordpress.com/quem-somos/.</p>
<i>Associação de Moradores Santa Luzia</i>	<p>Surge junto com a primeira obra habitacional nos anos 1980 para os moradores da região do Uruguai, o Conjunto Habitacional Santa Luzia, como resposta à atuação precária do poder público, denunciando que construir casas de alvenaria não era o suficiente para garantir qualidade de vida aos moradores do Uruguai. É preciso investir em: estrutura organizacional; desenvolvimento comunitário e econômico; saúde comunitária e educacional; educação formal e informal com metodologia popular e protagonismo infantojuvenil. Ver em: https://www.santaluziauruguai.com.br/.</p>

(Continuação)

(Conclusão)

Nome da organização social	Descrição e atuação
<i>Centro Cultural Alagados</i>	Inaugurado em 1989, o espaço está localizado no fim de linha do Uruguai. Sua criação foi resultado da luta de artistas e agitadores culturais da localidade por um espaço que atendesse suas demandas de apresentações, ensaios e mobilização cultural. É o único equipamento cultural público de toda a Península de Itapagipe, que inclui, além de Alagados, mais nove bairros de Salvador, recebe eventos de diversas linguagens artísticas, atuando em parceria com grupos artístico-culturais locais. Ver em: https://espacoculturalalagados.wordpress.com/sobre/ .
<i>Observatório do Racismo Ambiental</i>	Criado pelo Centro de Arte e Meio Ambiente (CAMA) e pela Camppi em setembro de 2021, tem o objetivo de monitorar e produzir informações sobre a apropriação e expropriação do espaço urbano, no processo histórico de ordenamento público desigual na cidade de Salvador (BA).

Fonte: elaborado pelas autoras.

De acordo com os dados dos infográficos presentes no site do Observassa, o Observatório de Bairros de Salvador², em 2010, o bairro Uruguai contava com uma população total de 30.370 habitantes, a maior parte se autodeclarou parda (58,99%) e preta (27,66%), do sexo feminino (53,67%) e se encontrava na faixa etária de 20 a 49 anos (50,99%). No que diz respeito aos domicílios, 6,10% dos responsáveis não eram alfabetizados e, apesar de 45% estar na faixa de 0 a 1 salário mínimo, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$1.108,00. Já com relação à infraestrutura ofertada, 99,01% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 99,78% com abasteci-

2 Ver em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/uruguai>.

mento de água e 95,55% com esgotamento sanitário. Como se observa nesses dados, o Uruguai é um bairro negro, de baixa renda, composto majoritariamente por mulheres, com dificuldades de acesso a algumas políticas públicas.

Caracterizado o bairro, é válido salientar que foram realizadas, no âmbito da pesquisa na Península de Itapagipe, oito entrevistas com seus moradores, lideranças comunitárias pertencentes às organizações citadas acima, que trouxeram em suas falas as primeiras sementes de organização comunitária do bairro, a partir da luta por moradia³, seus processos de resistência, enfrentamento ao racismo e à violência racial, notadamente a violência policial. No próximo tópico, traçamos paralelos e aproximações entre os corpos-territórios negros, distantes em termos geográficos, mas aproximados pelas vivências raciais marcadas pelas violências, sobretudo a racial e policial.

Aproximações entre os bairros Marroquin III (Cali) e Uruguai (Salvador)

Partindo para o contexto comum aos territórios, nas andanças pelo bairro Marroquin III, foi possível observar similitudes com o bairro do Uruguai, como ruas e casas, becos e vielas, muito característicos dos territórios de periferia latino-americanos. Outro traço em comum é a violência.

De acordo com as pessoas da Casa Chontaduro, atualmente, os principais problemas do território são a violência policial e os con-

3 A partir dos anos 1940, começou a se desenvolver um aglomerado de casas de palafitas, ou seja, casas de madeira sustentadas por tocos de madeira sobre a água do mar, na localidade da Enseada dos Tainheiros, em bairros como Alagados e Uruguai na Península de Itapagipe. Assim, a história do bairro do Uruguai é marcada pela luta pela moradia a partir dos assentamentos urbanos e das palafitas.

tos existentes por conta do deslocamento forçado⁴, sem que o poder público desenvolva maneiras de alocar essas pessoas deslocadas de forma digna e planejada. Por exemplo, uma das poucas áreas de lazer para a juventude do bairro, a “zona verde”, que era utilizada para jogar futebol, deu lugar a um condomínio de prédios para abrigar essa população. Assim, essa realidade de superpopulação, de pessoas de diferentes lugares e culturas tendo que conviver em um território periférico, com poucas políticas públicas e investimento social, sobretudo a juventude, tem gerado muitos conflitos, disputas entre grupos rivais, intensificadas pelo microtráfico de drogas, o que as pessoas da Casa Chontaduro têm chamado de “fronteiras invisíveis”. A associação está numa dessas zonas de conflito.

As semelhanças com o Brasil são perceptíveis, pois, embora não tenhamos um conflito armado declarado, o número de pessoas que morrem todos os dias em nome do combate ao crime organizado e a guerra às drogas se equipara aos de países em guerra. O bairro do Uruguai, por sua vez, também é um lugar de diversas tensões e conflitos, tanto pelos altos índices de violência, quanto pela presença da Base Comunitária de Segurança do Uruguai, que ocasionou uma série de discussões na comunidade quando foi implantada e segue sendo um lugar que representa opressão, de acordo com as lideranças entrevistadas.

4 De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), os principais motivos para esses deslocamentos são: a expansão de grupos armados não estatais que ameaçam e expulsam da população local dos seus territórios; a redução do orçamento para lidar com contingências; a ausência ou insuficiência de assistência às vítimas; e a realização de retornos imediatos sem análise de risco e garantias de retorno seguro. Em acréscimo, observa-se que segundo a Defensoria do Povo da Colômbia, os coletivos majoritariamente afetados pelo fenômeno são os que enfrentam uma situação de vulnerabilidade histórica e estrutural, tais como as comunidades étnicas indígenas e afrodescendentes (em 59% dos casos) e a população campesina. Ver em: <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/258.asp>.

Destacamos ainda que o cenário preocupante anteriormente apresentado tem se refletido nas ações da Casa Chontaduro para incidir nessa realidade, levando, por exemplo, à construção de um movimento afrojuvenil, que incide na transformação da opressão e violências no território do oriente de Cali, e ao agenciamento de estratégias de articulação com a comunidade que contribuam para reduzir a problemática das “fronteiras invisíveis”. Do mesmo modo, verificamos as diversas estratégias que as organizações do bairro do Uruguai também têm desenvolvido para o enfrentamento da violência letal no território, muito a partir da articulação em rede, fóruns de discussão com a comunidade e incidência em políticas públicas.

Ainda sobre o papel que a Casa Chontaduro desempenha dentro do território, as diretoras da organização entrevistadas comentaram que as crianças e os jovens da comunidade têm livre acesso à associação, tratando-a como uma extensão de suas próprias casas, também sendo um espaço de acolhimento das crianças que ficam sem as mães ao longo do dia. Inclusive, o nome da casa cultural faz referência ao fruto do Pacífico chamado *chontaduro*, no Brasil, conhecido como pupunha, que é vendido pelas mulheres do território como forma de sustento, sendo muitas delas “cabeças da família”. Dar esse nome à associação foi justamente uma forma de criar um laço com a comunidade, algo que fizesse sentido para a realidade local.

Nesse quesito, verificamos similitudes entre o trabalho realizado pela Casa Chontaduro (Cali) e a Associação de Moradores Santa Luzia, a Escola Comunitária Luiza Mahin e o Espaço Cultural Alagados no Uruguai (Salvador), em que os trabalhadores e trabalhadoras vivem no bairro ou têm uma relação muito próxima com o território, bem como desenvolvem diversas atividades para a comunidade, por meio da arte-educação e da cultura, sobretudo para crianças e jovens, pensando estas três chaves – arte, cultura e educação – como formas de enfrentar a violência policial e racial vivenciadas nesses territórios.

Ainda sobre as aproximações entre os dois territórios, é válido trazer a experiência narrada por um dos entrevistados do bairro do

Uruguai, que nos contou sobre um intercâmbio vivenciado pelos jovens da Reprotai em Cartagena das Índias, outra cidade colombiana que também guarda diversas experiências afrodiáspóricas de resistência e no campo da cultura. De acordo com ele, foi uma vivência cultural e artística no bairro chamado Tino, que vivencia processos muito parecidos com os do Uruguai, através da luta por moradia e do aterramento de áreas alagadiças. Ele contou ainda que os cartagenses também vieram até o bairro do Uruguai, em Salvador, e perceberam que “tem tudo isso em comum”. Nos dizeres dele:

Foi aí que a gente percebeu a potência de um intercâmbio, de uma troca, né? E eu disse pra eles, todo o encontro que a gente fez, todo o intercâmbio cultural e tal, [...] isso aqui é reconexão, a gente está se reconectando.

O que dizem os corpos-territórios negros afrodiáspóricos: traçando estratégias de enfrentamento à violência racial

Apresentados em grandes linhas os dois territórios e a partir das entrevistas realizadas com os atores sociais da Casa Chontaduro e do bairro do Uruguai, foi possível acessar uma memória coletiva relacionada a suas experiências raciais e territoriais, principalmente em relação às violências sofridas e aos processos comunitários desenvolvidos como estratégias de luta e resistência. Para Pierre Nora (1993 *apud* Reis, 2019, p. 18), “lugares de memória”

[...] são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais, porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; e são lugares simbólicos nos quais essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

Ou seja, os atores sociais entrevistados têm construído “lugares de memória” do território, a partir de uma memória que é coletiva, mas que também se ancora nas experiências dessas pessoas, dialogando com a perspectiva de “corpo-território”, no qual a simbiose entre esses dois elementos são fundamentais para demonstrar a experiência afro-diaspórica das pessoas negras, tanto no passado quanto no presente. Vejamos o que diz Miranda (2014, p. 69-70) sobre o corpo-território:

[...] propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. [...] Essa visão possibilita que grupos subalternizados consigam se dá [sic] conta de que os padrões engendrados pelo sistema dominante coordenam as suas ações corporais. Determina a sua forma de agir, de se relacionar com o outro, posto que o corpo assimila regras e normas condizentes com o que é instaurado de cima para baixo [...].

Diante disso, se perceber “corpo-território” é reafirmar a sua construção socio-histórica e, no caso das pessoas negras afro-diaspóricas, se perceber à margem das políticas sociais, dos direitos humanos e alvo de processos de criminalização e morte. Por outro lado, significa também se autoafirmar a partir de processos de resistência e luta diante dessa realidade, já que os marcadores sociais que estão atrelados ao corpo-território precisam ser problematizados, inseridos ou não no processo de autoafirmação, fortalecidos, para ocupar os espaços, resistir e promover a libertação dos outros sujeitos que, por diversas situações, são ceifados dos seus direitos humanos (Miranda, 2020).

Sobre isso, é importante também trazer as ideias de Beatriz Nascimento (1982 *apud* Reis, 2019), a qual faz uma reflexão em sua obra sobre a ligação da memória com o território a partir da experiência do corpo-território negro, que vai desde a escravização ao atual racismo estrutural. Reis (2019, p. 18, grifo nosso), refletindo sobre a obra de Nascimento, aponta que para ela:

[...] faz sentido pensar a produção de memória coletiva ancrada no próprio corpo e é nisso que Beatriz e sua produção intelectual inovam, podendo, portanto, contribuir para ampliar a ideia de lugares de memória, pois, como ela mesma propõe, *se não há mais o território, uma África que já não existe e uma terra que te mata, o que nos resta é o corpo e, portanto, o corpo é território, o corpo é quilombo. Ou seja, o corpo negro para Beatriz Nascimento é o próprio lugar de memória.*

Assim, a partir desta experiência de corpo-território negro como relatado por Reis (2019), representado neste texto pelos bairros Marroquin III e Uruguai, passaremos a destacar as principais estratégias relatadas pelos atores dos territórios em discussão. Vale ressaltar que esses atores têm se articulado em rede, tecendo teias de resistência e de enfrentamento ao racismo em seus territórios, principalmente no que se refere à violência racial e policial.

Nas entrevistas realizadas, foi muito presente nas falas como a juventude negra vem sendo assassinada todos os dias nos territórios e como isso faz com que a comunidade desenvolva processos de resistência a partir da dor, buscando transformar essa realidade de morte e construir outros horizontes, outras formas de mundo, outras formas de ver a vida, outras referências nos territórios.

Sobre as estratégias para o enfrentamento da violência nos territórios, foi salientado pelas pessoas entrevistadas que uma das possibilidades passa por estabelecer vínculos fortes com as famílias, construir junto com as pessoas que estão no território, já que as organizações comunitárias por si só não têm condições de enfrentar a problemática sem o auxílio da comunidade, e que isso passa pela comunidade reconhecer os processos que estão no território. Ou seja, os problemas do território precisam envolver todos os atores sociais que o compõem, bem como o poder público responsável. Nos dizeres de um dos entrevistados da Casa Chontaduro:

[...] são nos espaços coletivos que se pensa a realidade e onde é possível ter práticas e apostas políticas com uma abordagem territorial e interseccional, que tire a morte do centro [...].

A relação com as instituições promotoras de políticas públicas foi outro ponto bastante abordado pelas pessoas entrevistadas, muito do lugar de questionar a insuficiência do Estado para resolver os problemas sociais, inclusive entendendo que este atua como promotor de morte e se baseia em práticas racistas. Assim, entendem como importante pensar numa lógica que transcenda o Estado, que transcenda a lógica da cooperação internacional, afirmando que é necessário pensar na solidariedade.

Também foi ressaltada a atuação das organizações comunitárias para a construção da cidade, a partir de espaços estratégicos, como a cultura e as artes, utilizando essas ferramentas para propor e colocar as necessidades do território na agenda pública. Ainda sobre o papel da cultura, ela foi considerada pelas pessoas entrevistadas como uma estratégia de resistência, que permite convocar a comunidade, com poder de transformação social, como proposta política que permite narrar, contar, exigir, e tornar visíveis também as realidades que são vividas nos territórios, sem perder de vista que cultura é também uma forma de lazer e diversão.

Sobre as estratégias para construir uma cultura de paz, um dos entrevistados da Casa Chontaduro falou sobre construir a partir da cimarronaje – processos de resistência e libertação do povo negro; aqui no Brasil seria como aquilombamento –, da memória coletiva, memória histórica, reconhecer o que aconteceu historicamente com os povos, coletivamente, pois esse processo permite pensar os processos atuais de cura e construção comunitária. Aqui, retomamos a perspectiva de lugares de memória de Beatriz Nascimento, trabalhada anteriormente (Reis, 2019).

Por fim, outro elemento fundamental destacado nas entrevistas é o reconhecimento de que os espaços de organização comunitária por si só já são formas de pensar e construir uma cultura de paz, de enfrentamento à violência racial, tendo em vista que estão constantemente olhando para ver como – mesmo em meio à violência estrutural, ao conflito armado e à violência policial – é possível construir propostas de cidade, de paz, que se relacionem com as realidades do território.

Considerações finais

Como visto, a partir da experiência da residência social, foi possível conhecer melhor as especificidades da cidade de Cali, bem como aproximá-la do território da Península de Itapagipe, no que concerne à experiência de corpos-territórios negros afrodiáspóricos, marcados pela desigualdade social, pelo tratamento diferenciado pelo poder público, por uma presença truculenta e controladora dos agentes de segurança pública, enquanto as políticas sociais são inexistentes, incipientes, ou inadequadas às realidades do território.

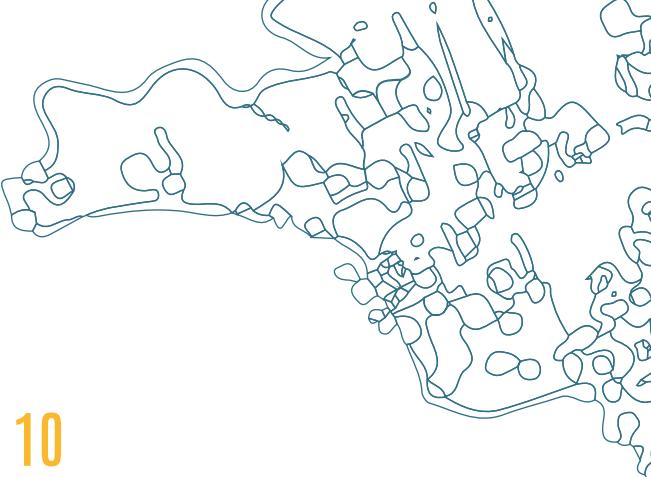
Por outro lado, foi possível observar a forma como a comunidade e seus atores sociais se organizam para o enfrentamento dessa realidade, por meio da articulação em redes, da incidência junto ao poder público e do desenvolvimento de estratégias próprias por meio da arte, cultura e educação. Ao mesmo tempo, refletimos sobre como a experiência afrodiáspórica cria lugares de memória e resistência para a comunidade negra, independentemente de onde ela esteja.

Para finalizar, vale ressaltar ainda o papel fundamental que a experiência da residência social cumpriu na construção da pesquisadora e pesquisa de mestrado, seja em relação às trocas educacionais, acadêmicas, culturais e afetivas vivenciadas, seja nas contribuições fornecidas pelos atores chave participantes da pesquisa para os resultados alcançados.

Referências

- BAIRRO do Uruguai, em Salvador, recebe a 14^a base de segurança da BA. *G1 Bahia*, Salvador, 23 jul. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/07/bairro-do-uruguai-em-salvador-recebe-14-base-desseguranca-da-ba.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

- BOULLOSA, R. de F.; BARRETO, M. L. da S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 181-202, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31088>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- DÉCIA, A. C. M. *Programa de Ações Afirmativas na UFBA à luz da visibilidade midiática no ambiente virtual: entre ações institucionais e percepções dos sujeitos (estudo de caso do curso de odontologia)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- MIRANDA, E. O. *Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência*. Salvador: Edufba, 2020.
- MIRANDA, E. O. *O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê*. 2014. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/97>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- REIS, R. F. dos. Ôrí e memória: o pensamento de beatriz nascimento. *Sankofa*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 9-24, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/169143>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- SANTOS, A. C. S. *Gestão Compartilhada, Avaliação e Monitoramento na Península de Itapagipe: por uma crítica antirracista à política de segurança pública*. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39524>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- VOLPINI, L. *A rede CAMMPI: cidadania e política do espaço na Península de Itapagipe. Uma etnografia do fazer cidade em Salvador*. Salvador: [s. n.], 2017.



Capítulo 10

A gestão social na práxis do desenvolvimento urbano: uma experiência na periferia de Lima, no Peru¹

Camila B. C. de Andrade

Luiza Reis Teixeira

Introdução

Neste capítulo, abordamos a experiência de residência social em uma organização da sociedade civil no Peru, em atendimento a uma atividade obrigatória do Mestrado Profissional em Desenvolvimento

1 A realização desta residência social não teria sido possível sem uma poderosa rede de sororidade que tem me acompanhado nesta jornada rica e árdua que é fazer um mestrado em uma universidade pública brasileira. Agradeço pelas muitas oportunidades de aprendizado, trocas acadêmicas e profissionais às seguintes mulheres poderosas: Lucía Nogales, diretora-geral da Ocupa Tu Calle (OTC), Ingrid Salazar (OTC), Elisabete Saba (OTC), Cynthia Shimabukuro (OTC), Mariana Alegre Escorza (Lima Cómo Vamos), Maria Stiglich Vargas (Reciclaje.pe), minha orientadora e coautora deste capítulo, a professora doutora Luiza Teixeira da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Lígia Jocobsen (UFBA), Beatriz Lima (Fundação Mário Leal Ferreira), Tânia Scofield (Fundação Mário Leal Ferreira), Cláudia Bleichner Lopez (Fundação Mário Leal Ferreira) e Ilana Lopes (Fundação Mário Leal Ferreira). Sem elas a experiência não teria sido possível.

e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analisamos a experiência da residência social utilizando, enquanto embasamento teórico, as distopias da participação e temas relacionados. A distopia é o inverso da utopia, ou seja, ela está relacionada com cenários desoladores e de não realização,

[...]ampliando e formalizando as tendências negativas operantes no presente que, se não forem obstruídas, podem conduzir, quase fatalmente, às sociedades perversas (a própria distopia) (Berriel, 2005, p. 2).

A atividade da residência social possui como propósito principal a realização de observação participante em alguma instituição, de preferência internacional, com aderência ao tema de pesquisa do discente, de forma a contribuir com o aperfeiçoamento do relatório de pesquisa e da Tecnologia de Gestão Social (TGS) proposta pelos alunos do mestrado. Nesse sentido, foi escolhida a organização Ocupa Tu Calle (OTC), em português, Ocupa Sua Rua, que é uma associação sem fins lucrativos, com atuação em Lima, no Peru, e em franca expansão pelas cidades do interior desse país. A escolha se deu em função da sua relação com a pesquisa da residente, que buscou contribuir para a melhoria de processos participativos no âmbito das políticas urbanas, tendo como foco a análise dos projetos e obras realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Península de Itapagipe, nos empreendimentos Alagados IV e V/2^a etapa, Residencial Margô e Dedé (Alagados VI) e Mirantes do Bonfim.

Lima possui aspectos socioeconômicos comuns a todo grande centro urbano latino-americano e, devido a isso, a escolha de um exemplo de sucesso na área de participação nessa cidade foi de suma importância para a compatibilização da experiência dessa residência social com a pesquisa. Além disso, a OTC constitui-se em uma iniciativa exitosa de urbanismo cidadão e reconhecida internacionalmente. Tal reconhecimento foi observado em entrevistas realizadas com membros da organização Lima Cómo Vamos, da Subprefeitura de Mira-

flores/Lima, com o público participante das oficinas e eventos participativos, e da Fundação Mott, que estava em campo na mesma época em missão para realização de aporte financeiro para a OTC.

A realização da residência social na OTC permitiu o acompanhamento *in loco* de uma experiência bem-sucedida de urbanismo cidadão em uma cidade latino-americana, com realidade próxima à das cidades brasileiras, tanto no que se refere a aspectos socioeconômicos, como no que diz respeito a alguns aspectos culturais. Vale frisar que o conceito de urbanismo cidadão tem sido promovido pela OTC enquanto base da sua atuação, visto que a organização tenta englobar o movimento de pessoas, projetos e iniciativas que reivindicam um modelo urbano alternativo, forjado a partir do conhecimento das dinâmicas sociais (Dejtiar, 2021). Assim, a OTC utiliza ferramentas de inovação, participação e colaboração para o desenho e planejamento de cidades mais justas e com inclusão da população em todos os níveis de tomada de decisão.

Durante a experiência de residência social, foram observadas a execução de inovações urbanas que incorporaram princípios da gestão social enquanto elemento basilar do urbanismo. Com essas inovações urbanas, a OTC imprime novas possibilidades de implementação de políticas urbanas e políticas públicas, de modo geral, a partir da aplicação de mecanismos de participação em processos efetivos. Relacionamos o conceito de efetividade à qualidade dos processos do ponto de vista da possibilidade de deliberação dos participantes e seus efeitos no coletivo, ou seja, a capacidade que os participantes possuem de gerar impacto nas políticas urbanas, a partir das discussões e deliberações oportunizadas pela aplicação dos mecanismos de participação deliberativos.

Durante a realização da residência social, observamos que a população exercia de fato a sua cidadania deliberativa, entendida como a autonomia proporcionada para a população nos espaços de discussão e decisão durante o processo de elaboração e implementa-

ção de políticas públicas (Allebrandt, 2011), por meio de incremento na dialogicidade nos processos participativos, com vistas a superar a ausência de eficácia deliberativa dos mecanismos de participação comumente empregados (Tatagiba, 2002). Nesse contexto, entendemos a participação com deliberação enquanto elemento essencial da gestão social no campo das políticas públicas, visto que a gestão social envolve tomada de decisão coletiva, inteligibilidade, dialogicidade, ausência de coerção e possui a transparência como pressuposto (Boullosa, 2013).

Além da introdução, este capítulo é composto por outras seções. Na metodologia, são apresentadas as etapas de trabalho e as técnicas de pesquisa utilizadas, e as três seções subsequentes são destinadas à análise, nas quais abordamos as principais dificuldades enfrentadas para a realização da residência social, fazemos uma breve caracterização territorial de Lima, de forma a trazer um entendimento acerca do território de realização da residência social e, por fim, analisamos a participação, temática principal da pesquisa de mestrado, no contexto da atuação da instituição acolhedora. Para concluir, trazemos as considerações finais com algumas reflexões acerca da importância da participação com dialogicidade no contexto da implementação de intervenções urbanas, tal como foi observado em Lima.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos da residência social podem ser divididos em três fases: a primeira foi a fase anterior à realização da residência social; a segunda, relacionada com a realização da residência social; e a terceira representou o pós-residência social. A primeira fase foi iniciada com as tratativas com a instituição acolhedora e preparação dos documentos administrativos relacionados aos trâmites da formalização da residência social. Após o aceite da OTC, foi realizada uma análise documental, acerca da legislação urbanística peruana

e limenha, bem como de legislação mais relacionada à participação social, por meio de busca nos *sites* governamentais peruanos. O objetivo dessa coleta documental inicial foi buscar subsídios para as análises a serem realizadas no contexto da residência social, bem como aferir informações urbanísticas e socioeconômicas de Lima, com foco nas áreas/bairros de atuação da acolhedora.

Como fruto da pesquisa documental, utilizamos a Lei Orgânica dos Municípios do Peru, Lei nº 26.300, de 2003, que versa sobre Direitos de Participação e Controle do Cidadão Peruano, a Lei dos Espaços Públicos, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Local, denominada Ordenanza, e o Plan Master – Plano Urbanístico –, elaborado pela Ocupa Tu Calle para as áreas de projeto El Mirador III e Pamplona Alta. Para complementação das informações e organização da residência social, foram realizadas algumas reuniões em formato virtual com a equipe da OTC. Além disso, durante essa fase buscamos aperfeiçoar escrita e fala no idioma espanhol, de forma a otimizar a elaboração dos documentos produzidos na língua do país da instituição acolhedora, bem como permitir uma boa comunicação com os moradores durante os trabalhos em Lima.

Já em Lima, na segunda fase, realizamos a observação participante, tanto no ambiente organizacional da OTC, como durante a realização de oficinas e reuniões da OTC junto à comunidade, as quais foram realizadas na Prefeitura de Miraflores – um dos 43 distritos que formam a província de Lima, capital do Peru, equivalente às subprefeituras em algumas cidades brasileiras – e na periferia de Lima. Também foram realizadas entrevistas não estruturadas ou abertas (Vergara, 2009) durante toda a estadia em Lima, para entendimento das questões relacionadas à atuação da OTC com a comunidade. Durante essa experiência, houve uma “participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo” (Lakatos, Marconi, 2003, p. 194), bem como uma incorporação ao grupo, visto que houve participação nas atividades realizadas normalmente (Lakatos; Marconi, 2003). Assim, foi realizada uma observação participante artificial, em que “o observa-

dor integra-se ao grupo com a finalidade de obter informações” (Lakatos, Marconi, 2003, p. 194). Durante a observação participante, o foco das observações era levantar informações sobre o funcionamento de mecanismos de participação junto às comunidades.

Na terceira e última fase, executada após a realização da residência social, realizamos a sistematização das fotografias, memórias de reunião e entrevistas realizadas durante a viagem, com vistas à elaboração de relatório a ser apresentado ao programa. Nessa fase, também trabalhamos nos documentos administrativos referentes ao encerramento da residência social e avaliação da discente por parte da equipe da OTC e da universidade. Por fim, levamos as reflexões e aprendizados auferidos durante a residência social para a dissertação e para a TGS, além da sistematização deste capítulo.

As principais dificuldades enfrentadas para a realização de residência social no exterior

Não obstante os anos de experiência profissional da residente, houve algumas dificuldades durante o percurso de realização da atividade. De início, tivemos dificuldade para encontrar as fontes mencionadas pela equipe da OTC durante as reuniões virtuais, durante a fase preparatória da residência, visto que as páginas virtuais governamentais do Peru possuem sistematização diferente das informações, em decorrência da estrutura de governo peruano, gerando uma necessidade de adaptação por parte da residente. A falta de receptividade por parte da Fundação Avina Peru, que não respondeu às perguntas enviadas, nem atendeu a um pedido de reunião virtual, constituiu-se em um elemento dificultador, impossibilitando que o projeto fosse conhecido sob o ponto de vista deles, que são um dos apoiadores da OTC.

Vale citar ainda que o trânsito caótico em Lima foi um elemento dificultador, que nos fazia perder muito tempo durante os deslocamen-

tos, em média 5h da zona hoteleira até à periferia de Lima, considerando percurso de ida e volta. Além disso, o fato de a residência social ter sido realizada durante a pandemia da covid-19 gerou algumas contingências em função da necessidade de isolamento e afastamento social, e observância a algumas regras imigratórias, que demandaram tempo, despesas e algumas tensões, isso em um contexto em que todos os custos foram arcados pela pesquisadora, visto que o programa de pós-graduação não possui recursos financeiros para investir na realização da residência social. Embora isso esteja bem claro no edital de seleção, ainda assim, o elemento financeiro constitui-se em um dificultador, ainda mais no caso da realização da residência social no exterior.

Algumas questões de cunho territorial em Lima

Faz-se necessário tecer aqui algumas considerações gerais, acerca de características relacionadas com a leitura territorial de Lima, de forma a apresentar brevemente o contexto das análises e observações realizadas durante a residência social.

Situada às margens do Oceano Pacífico, Lima é uma cidade extremamente desigual e sofreu processos de urbanização desordenada, os quais comprometeram o patrimônio histórico existente, tal como ocorre na área onde está situada a Huaca Pucllana², gerando passivos urbanísticos, ambientais, e socioculturais na cidade, contribuindo, assim, com a segregação socioespacial ao longo do tecido urbano. Na parte alta da cidade, no topo das falésias situadas à beira-mar, estão situados os bairros/distritos mais bem urbanizados: San Isidro, Miraflores e Barranco.

Em Lima, as grandes problemáticas urbanas identificadas estão relacionadas com a dotação de infraestruturas urbanas básicas, distri-

² A Huaca Pucllana é um sítio arqueológico datado do período situado entre 200-700 d.C. e localizado no distrito de Miraflores, em Lima, no Peru.

buição dos equipamentos, poluição do ar e mobilidade urbana. Lima conta com apenas uma linha de metrô, com 26 estações e 34,4 km de extensão, algumas linhas de *Bus Rapid Transit* (BRT) – denominado “metropolitano” pelos limenhos – ônibus e vans, táxi, aplicativos e mototáxi, que tem um formato muito diferente do nosso, conforme disposto na Figura 1. Observa-se que a maior parte dos modais mencionados não chegou à periferia da cidade, onde predomina o uso do automóvel individual e os mototáxis.

Figura 1 – Mototáxi em Lima, Peru



Fonte: acervo da pesquisadora Camila Andrade, abril de 2022.

De acordo com o documento publicado pela organização de Lima Cómo Vamos (2018), a maior parte dos deslocamentos realizados pelos limenhos para compromissos relacionados com trabalho e estudos, quase 40%, são feitos a partir de Kombi ou *cúster*, que são os ônibus mais comumente vistos pelas ruas de Lima. Vale destacar aqui que o

trânsito caótico de Lima – que possui enquanto um dos fatores complicadores a má-qualidade do transporte público ofertado, caracterizado pela existência de poucos modais, frequência ruim e lotação excessiva – constitui-se em um grande fator de deseconomia na cidade e, por isso, foi um fator de contingência no contexto da realização da residência social.

Ainda sobre o diagnóstico mencionado, no tocante aos temas abordados mais relacionados com a nossa residência social – gestão pública, gestão social e participação – vale destacar a análise dos indicadores relacionados com a capacidade de prestação de contas, transparência e participação, com destaque para a aplicação da Lei nº 27.806, que é utilizada no referido documento enquanto marco institucional balizador da mensuração dos mecanismos de participação utilizados pelo poder público em Lima. Nesse sentido, o referido diagnóstico identificou um incremento no número de eleitores nas últimas eleições à época, bem como na participação no orçamento participativo, realizado em grande parte por importantes segmentos da sociedade civil, o que denota um recrudescimento do interesse em participar dos processos de tomada de decisão.

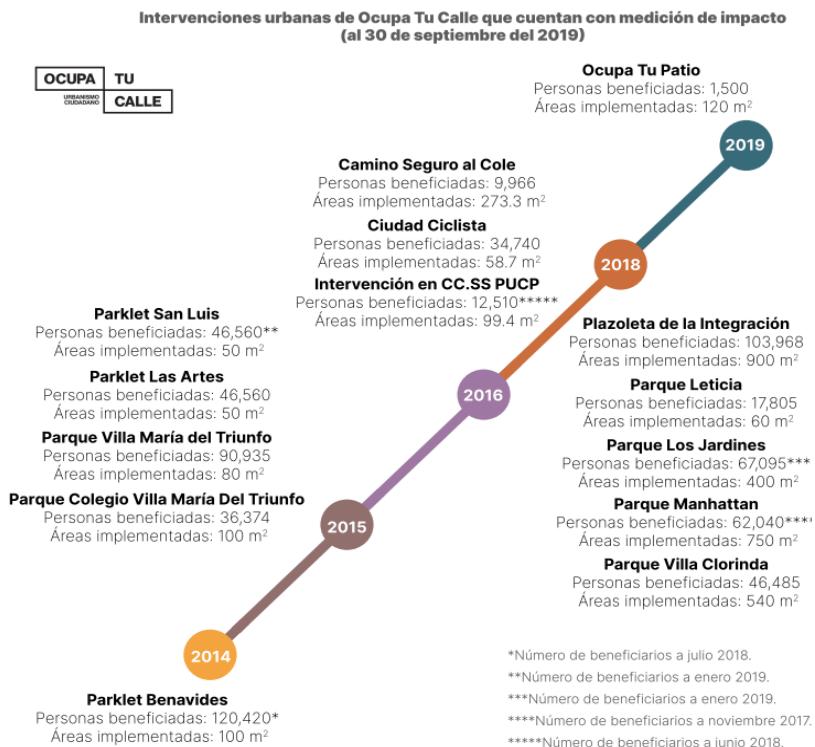
Embora não exista uma definição administrativa muito clara para a cidade – tendo sido essa uma das grandes dificuldades para a realização da pesquisa documental – Lima é considerada uma cidade (visto que no Peru não há separação entre cidade e município) composta pelos 30 centros de 43 distritos. A cidade de Lima, por assim dizer, é o núcleo da área metropolitana de Lima e com seus 9.318.683,00 habitantes (*Lima Cómo Vamos*, 2019) é a terceira maior cidade da América Latina, ficando atrás apenas de São Paulo (Brasil) e Cidade do México (México). Para Lefebvre (2004), a cidade produzida pelo capitalismo desocializa o social do urbano. O espaço de produção das relações moldadas pelo capitalismo, em sua gênese, apoia-se e alimenta-se da desigualdade e das injustiças (sociais), de modo geral. É nesse contexto desigual de produção de espaço urbano citado pelo autor, que Lima teve suas demandas crescentes por um incremento na gestão democrática

de cidade e, conforme mostrado pelo Lima Cómo Vamos, caracterizado pelo acréscimo das demandas por inclusão nos processos de tomada de decisão. Foi justamente nesse contexto, de demanda por mais cidadania deliberativa, que surgiu a OTC alguns anos antes do período abordado pelo referido relatório.

Analisando a participação no contexto da OTC

De antemão, vale trazer uma breve apresentação da instituição acolhedora desta residência social. Criada no final de 2014, a OTC é uma iniciativa cidadã promovida pelo Lima Cómo Vamos e apoiada pela Fundação Avina e pela Organização das Nações Unidas (ONU) Habitat. O grande foco de atuação da OTC é promover a melhoria da qualidade de vida urbana, por meio da recuperação de espaços públicos, bem como a melhoria destes e/ou a geração de novos, mediante o desenvolvimento de intervenções urbanas implementadas com a participação e a incidência dos cidadãos nas políticas públicas e também com as práticas privadas, quando possível.

A OTC atua na realização de incidência política junto ao poder público e entidades privadas com força de atuação no espaço urbano. Isto é, a OTC realiza um conjunto de ações, normalmente direcionadas a tomadores de decisão, que são destinadas a influenciar a formulação de políticas públicas, atitudes sociais ou processos políticos (Cidade Ativa, 2019). Além disso, a OTC trabalha com a capacitação da população para que esta também consiga realizar a incidência política por meio do fortalecimento de habilidades comunitárias para consolidação de alianças e reforço dos processos de organização dos cidadãos. Na Figura 2, apresentamos as intervenções urbanas realizadas pela OTC entre os anos de 2014 e 2019, com destaque para o número de pessoas beneficiadas (*personas beneficiadas*) e metragem de áreas implementadas.

Figura 2 – Intervenções urbanas da OTC

Fonte: Lima Cómo Vamos (2018).

Neste capítulo, utilizamos o termo “participação” trazido por Villaça (2005, p. 50) ao analisar a participação no âmbito da elaboração de planos diretores, principal peça de planejamento urbano no Brasil, em que o autor a classifica como a “participação da população em debates públicos oficiais, convocados tanto pelo Legislativo como pelo Executivo”. Entendido dessa forma, esse conceito abarca a realidade da participação no âmbito do desenvolvimento urbano, considerando os mecanismos de participação voltados diretamente à discussão com a sociedade civil.

A título de reflexão, vale também incorporar à presente análise a realidade institucional em termos de gestão urbana em Lima, pois é preciso entender até que ponto a implementação da participação na área de urbanismo é vinculada ao poder público, tal como ocorre atualmente, de forma majoritária no Brasil. É importante destacar que o desenvolvimento urbano no Brasil constitui-se em uma competência compartilhada entre os três entes federativos – União, Estados e Municípios – e as ações, nesse sentido, *grosso modo*, partem do poder público, especialmente o municipal, visto que a Constituição Federal de 1988 promoveu a descentralização das decisões, a delegação de funções e colocou o Município como ente federativo, imprimindo a ele um protagonismo em termos de desenvolvimento urbano, implementação e execução de ordenamento territorial e políticas urbanas. A partir desse contexto, pode-se observar que o grande implementador de participação social para discussão de políticas urbanas no Brasil é o poder público. Assim, a partir da compreensão da governança para participação em políticas urbanas, compreendermos o funcionamento da OTC.

A realidade institucional da gestão urbana em Lima é bastante diferente do Brasil, a começar pela divisão político-administrativa do município, que é descentralizada, uma vez que lá não existe uma prefeitura central, apenas subprefeituras. Além disso, a legislação com incidência no desenvolvimento urbano em nível municipal pode ser encontrada em peças de esfera federal ou em atos administrativos municipais. Já a participação, quando citada, o é de forma transversal, em leis que versam sobre temáticas de urbanismo. Em Lima, o municipal e metropolitano por vezes se misturam, não só em termos físico-territoriais, mas também no que se refere à prestação de serviços públicos, planejamento e gestão urbana.

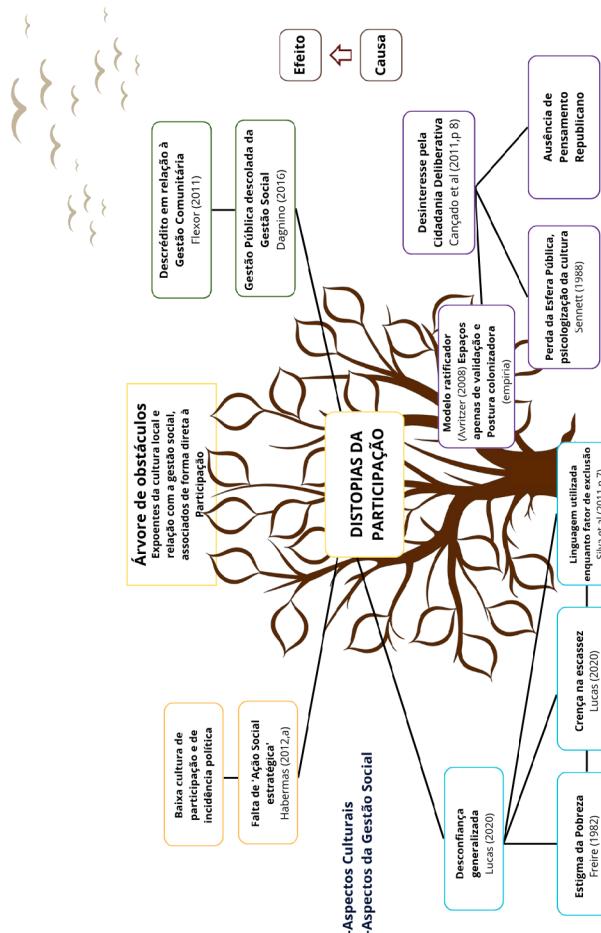
Vale observar também que os planos setoriais na área de urbanismo não são vinculantes, ou seja, não possuem força de lei. Além disso, não existem tantas normativas, atos administrativos e leis como no Brasil. Isso torna a atuação da OTC discricionária e esta, por assim dizer, liberdade de atuação potencializa as possibilidades de realiza-

ção de incidência política junto ao poder público, bem como a execução direta de obras nas áreas de projeto. Então, qual é o segredo da OTC? Por meio da observação participante realizada durante a residência social, verificamos que o sucesso do projeto envolve os quatro aspectos relatados a seguir.

O primeiro aspecto observado está relacionado ao fato de a OTC trabalhar junto à população questões culturais que se constituem no cerne do combate às distopias da participação. Na Figura 3, construímos uma árvore de conflitos³ buscando prover um melhor entendimento acerca das referidas distopias a partir do contexto brasileiro e realizar uma análise causal por meio da hierarquização dos problemas para retratar a realidade (Bolay, 1993). A árvore apresentada abrange problemas relacionados à participação social, os quais denominamos de distopias da participação. Essas distopias podem ser enquadradas na dimensão cultural como também na dimensão da gestão social. Consideraremos aqui quanto dimensão cultural as características relacionadas com o comportamento dos participantes durante a aplicação dos mecanismos de participação. Já a dimensão da gestão social está atrelada às falhas institucionais, causadas pela não incorporação da gestão social na execução e implementação de políticas públicas.

3 Instrumento desenvolvido pela Change the Game Academy, que trabalha as causas e efeitos em relação ao contexto analisado, baseia no Método Zielorientiert Projektplannung (ZOPP). Change the Game Academy, em português, Virando o Jogo, é um portal que possui como objetivo principal capacitar grupos de autoajuda, organizações de base comunitária e organizações não governamentais em todo o mundo, especialmente em países de baixa e média renda, para aprenderem a mobilizar recursos e a mobilizar outros tipos de apoios. Já o ZOPP “é uma técnica de planejamento de intervenção social, criada e desenvolvida pela Sociedade Alemanha de Cooperação Técnica na década de 1980 para atender à necessidade de ações mais efetivas ligadas aos fatores mais próximos às causas dos problemas, identificados por meio da escuta cuidadosa dos envolvidos e beneficiários” (Bolay, 1993, p. 1).

Figura 3 – Árvore de conflitos: distopias da participação



Fonte: elaborada pelas autoras a partir da metodologia ZOPP.

Dessa forma, observamos que a OTC, por meio da realização de oficinas de habilidades comunitárias, trabalha aspectos culturais que dificultam ou impedem a efetiva dialogicidade nos processos participativos. Identificamos a utilização de diferentes técnicas com esse propósito, como:

- Técnica da rede: utilizada para que os participantes se conheçam, utilizando um novelo de linha por meio do qual eles formam uma teia de aranha no final, promovendo uma reflexão sobre os objetivos e missão do encontro ao final da técnica;
- Técnica do rio da vida: utiliza o desenho do curso de um rio para que cada participante reflita – desenhando – sobre aspectos que paralisaram suas atividades relacionadas ao projeto, bem como os que fizeram com que estas fluíssem;
- Técnica do círculo de ouro: com base nos ensinamentos de Simon Sinek, a técnica é empregada para demonstrar o quanto os participantes precisam refletir, atuar e informar de dentro para fora acerca das ações e atividades do projeto em que estão participando. Assim, a técnica envolve como ferramenta um círculo de ouro, formado por três camadas – camada central: por quê?; camada intermediária: como?; camada externa: o quê?.

Também são trabalhadas com os participantes as competências relacionadas com as habilidades em questão. Com esse propósito, a profissional responsável pela condução das atividades nessas oficinas de habilidades comunitárias – a psicóloga com mestrado na área de gestão social, Maria Stiglich Vargas – afirmou que a *Pedagogia do Oprimido* (Paulo Freire, 1968) é utilizada como pano de fundo. Por isso, a dialogicidade tem aspecto central enquanto forma de autoconhecimento, fortalecimento comunitário e empoderamento. Essas oficinas de habilidades comunitárias abordam diretamente as seguintes questões alocadas na árvore de conflitos: baixa cultura de participação e de incidência política; desconfiança generalizada; estigma da pobreza; ausência de ação social estratégica, incorporando assim, elementos de cunho cultural e afetos à gestão social em seu escopo.

O segundo aspecto observado está relacionado com o empoderamento que as capacitações imprimem na vida do público-alvo da OTC. A OTC trabalha por meio das capacitações para promover instrução para a população com vistas à diminuição da assimetria de informações existentes no que se refere à discussão de intervenções urbanísticas. Eles também realizam capacitações com foco na execução de obras e intervenções de pequeno porte, de forma a viabilizar as obras, ampliar as habilidades da comunidade e assim gerar possibilidade de trabalho, emprego e/ou renda para aquelas pessoas a partir dessas novas habilidades, conforme retratado na Figura 4. Ainda sobre esse segundo aspecto, podemos observar, por fim, que o trabalho da OTC é realizado buscando reduzir o panorama das seguintes distopias da participação: linguagem rebuscada e tecnocracia exacerbada enquanto fator de exclusão (especialmente nas capacitações na área de urbanismo/educação urbanística, em que o predomínio da assimetria de informações é forte), o estigma da pobreza e ação social estratégica.

Figura 4 – Oficina Elaboração de Hortos Urbanos com recicladores da comunidade Pamplona Alta, Prefeitura de San Juan de Miraflores, Lima, Peru



Fonte: acervo da pesquisadora, abril de 2022.

O terceiro aspecto analisado aqui é a responsividade. A responsividade está relacionada com o compromisso de resposta e compartilhamento de informações e decisões. Nos processos participativos executados pela OTC, esse elemento é trabalhado a partir do compromisso que a *junta vecinal* (conselho de vizinhos) assume formalmente em compartilhar e difundir as informações referentes às pontuações ocorridas durante as oficinas participativas. Aqui são combatidos os seguintes itens da árvore de conflitos: descrédito em relação à gestão comunitária; modelo ratificador; desinteresse pela cidadania deliberativa; e ausência de pensamento republicano.

Por fim, analisamos o quarto e último aspecto, que é o elo existente entre os processos participativos promovidos pela OTC com resultados concretos. Lavalle (2011) identifica a causalidade remota – que ocorre quando a relação entre causa e efeito de um fenômeno são distantes uma da outra, a ponto de tornar difícil a comprovação da relação entre ambos –, como elemento dificultador para a vinculação de processos participativos a resultados de políticas públicas. Como no contexto do urbanismo, esses resultados são associados à execução de obras e, de forma mais ampla, na melhoria da qualidade de vida nos bairros, seguimos essa linha de raciocínio para realizar a análise desse último aspecto. Nesse sentido, observamos uma mobilização por meio da concretude, ou seja, a mobilização para a participação ocorre com a intervenção urbana/obra já programada e com recurso para a sua execução devidamente garantido pela OTC. Além disso, são incorporadas ações de ganho rápido, tais como mutirões de limpeza e pequenas requalificações de espaços públicos, as quais, somadas às obras, são responsáveis por criar uma relação de “ganha-ganha” entre as comunidades público-alvo e a OTC.

Uma observação importante a ser reiterada é que o formato do desenho institucional e o arcabouço jurídico vigente no Peru imprimem uma boa flexibilidade em relação às ações da OTC. Para além das práticas supramencionadas, isso permite uma atuação por parte da OTC

na captação de recursos para obtenção de fundo-semente e atuação direta nas áreas da cidade, sem infringir ou atropelar competências do poder público. No que se refere a esse quarto aspecto, creditamos a ele o maior fator de sucesso do Projeto OTC, porque concretiza a participação enquanto fator de transformação da vida urbana, visto que os processos participativos realizados ocorrem em função de obras com recurso/orçamento garantido. Por fim, identificamos que essa ligação une elementos da gestão pública/intervenções urbanas com a gestão social e fomenta a crença em relação ao poder da gestão comunitária e fortalece a esfera pública e o pensamento republicano.

Considerações finais

A residência social teve como objetivo a realização de observação participante acerca de mecanismos de participação e iniciativa de urbanismo cidadão bem-sucedida, por meio das seguintes atividades em campo: aferição de mecanismos de participação utilizados, bem como dos materiais e métodos utilizados para emprego de mecanismos de participação nas políticas urbanas; verificação dos indicadores de qualidade de vida utilizados pela Lima Cómo Vamos para medir a eficácia da OTC; contribuição para a pesquisa da residente, que teve enquanto propósito contribuir para a melhoria de processos participativos no âmbito das políticas urbanas.

Mediante a realização da residência social, foi possível observar o exercício da cidadania peruana e da participação social, em pleno momento de efervescência política⁴, isso em um contexto de trans-

4 Durante a realização da residência social, houve a tentativa malsucedida do Congresso Peruano em retirar do poder o presidente recém-eleito do país, bem como a realização de protestos exigindo a saída/renúncia do presidente, em que observamos também o papel que a mídia (tv e internet) exercia nesse contexto. Seria necessário um aprofundamento para entendimento do contexto sociopolítico peruano,

formação de espaços públicos e equipamentos, em áreas da cidade de Lima caracterizadas pela situação de carência de infraestruturas básicas e vulnerabilidade social, muitas vezes ignoradas pelo planejamento urbano local. Observamos a intermediação realizada por uma organização que não compõe as esferas de governo entre poder público e população, com apoio financeiro do terceiro setor e iniciativa privada, para a promoção de intervenções urbanísticas e arquitetônicas pró-equidade e garantia mínima do direito à cidade. Também verificamos a participação de uma população ciente de seus direitos e deveres, movida pela necessidade de inclusão de seus bairros no processo de produção do espaço na cidade de Lima.

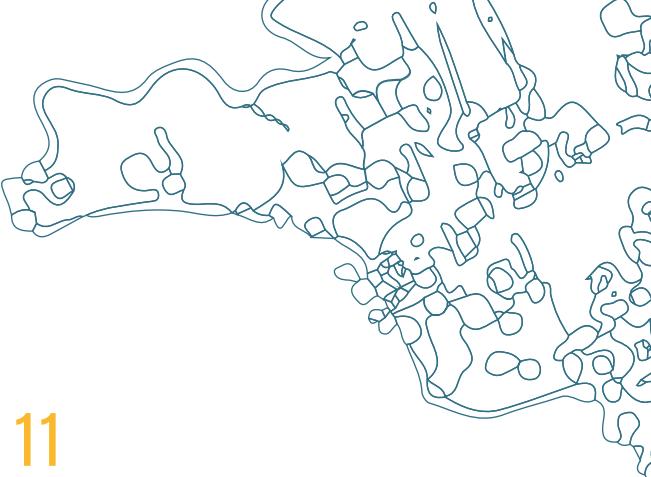
Para concluir, é importante frisar que os esforços – seja do poder público, da sociedade, ou do terceiro setor e iniciativa privada – se imprimem de forma efetiva no contexto de atuação da OTC, graças ao vínculo dos processos participativos com resultados, ou seja, por meio do foco nas possibilidades concretas de transformação da vida em sociedade. Em outras palavras, essa experiência demonstrou que o compromisso com a qualidade da vida deve incluir a participação das pessoas nos processos de tomadas de decisão, e que estes devem estar diretamente relacionados com resultados concretos na vida delas, no caso, com previsão concreta de obras e intervenções urbanas. Esse compromisso se mostrou mais efetivo do que a sofisticação dos consolidados e difundidos modelos teóricos e metodológicos brasileiros.

para tratar a situação enquanto movimento pendular da democracia (Avritzer, 2018), característico de países latino-americanos. Por ora, importante frisar apenas que a situação observada causava polarizações e acirramentos, os quais imprimiram rebatimentos diversos nos processos participativo, conforme observado.

Referências

- ALLEBRANDT, S. L. et al. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. *Cadernos Ebape.BR*, [s. l.], v. 9, p. 914-945, 2011.
- AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, p. 273-289, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/?format=pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.
- BERRIEL, C. E. O. Utopia, distopia e história. *Editorial da MORUS – Utopia e Renascimento*, [s. l.], v. 2, p. 4-10, 2005.
- BOLAY F.W. *Guia para Aplicação*: planejamento de projeto orientado por objetivos – Método ZOPP. Recife: GTZ, 1993.
- BOULLOSA, R. (coord.). *Dicionário da Formação em Gestão Social*. Salvador: Rede de Pesquisadores em Gestão Social, Observatório da Formação em Gestão Social, 2013. Disponível em: <https://observatoriofgs.ufba.br/ObservatorioUfba>. Acesso em: 20 maio 2013.
- CIDADE ATIVA. Incidência Política: o que significa defender a mobilidade a pé na política?. *Cidade Ativa*, [s. l.], 18 dez. 2019. Disponível em: <https://cidadeativa.org/2019/12/18/4503/>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- DEJTIAR, F. “Urbanismo cidadão é um conceito que estamos promovendo a partir da América Latina”: Lucía Nogales da *Ocupa tu Calle*. *ArchDaily Brasil*, [s. l.], 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/973276/urbanismo-cidadao-e-um-conceito-que-estamos-promovendo-a-partir-da-america-latina-lucia-nogales-da-ocupa-tu-calle>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

- LAVALLE, A. G. Participação: Valor, Utilidade, Efeitos e Causa. In: PIRES, R.; ROCHA C. (org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de Avaliação*. Brasília, DF: IPEA, 2011. v. 7, cap. 1, p. 33-42.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Ed., 2004.
- OCUPA TU CALLE. *Reinicia Tu Barrio: Pamplona Alta. Diagnóstico*. Lima: AFMDP, 2021.
- OCUPA TU CALLE. *Reinicia Tu Barrio: Pamplona Alta. Intervención Piloto Parque Principal El Mirador II*. Lima: AFMDP, 2021.
- PERU. *Lei nº 26.300. [Sobre los derechos de participación y control de los ciudadanos]*. Lima: [s. n.], 1994.
- PERU. *Lei nº 27.806. [Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública]*. Lima: [s. n.], 2003.
- PERU. *Lei nº 27.927. [Modifica la Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública]*. Lima: [s. n.], 2019.
- PERU. *Lei nº 28.056. [Ley Marco de Presupuestos Participativos]*. Lima: [s. n.], 2003.
- PERU. Municipalidad de Lima Metropolitana. *Portal de Transparencia de la Municipalidad Metropolitana de Lima*, Lima, [201-]. Disponível em: <http://www.transparencia.munlima.gob.pe/>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra: Unicamp, 2002. p. 209-2013.
- VAMOS, L. C. *¿ Cómo Vamos en Lima y Callao? Noveno Informe de Indicadores sobre Calidad de Vida*. [S. l: s. n.], 2018.
- VERGARA, S. C. *Métodos de coleta de dados no campo*. Salvador: Ed. Atlas, 2009.
- VILLAÇA, F. *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo: Edição do autor, 2005.



Capítulo 11

Residência social na Argentina do Papa Francisco: diário de uma peregrina pelas lentes dadas por Santa Dulce dos Pobres

Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros

Tânia Fischer

André Luis Nascimento dos Santos

Introdução

Neste capítulo, serão tratadas as vivências e reflexões da pesquisadora, no Mestrado profissional em Desenvolvimento e Gestão e Social, quanto da realização do crédito atinente à residência social. Como parte da pesquisa em turismo religioso, a residência social foi realizada em Buenos Aires, na Argentina, em abril de 2022. Entre os objetivos específicos para a implantação da Tecnologia de Gestão Social (TGS) apresentada para a conclusão do mestrado, estava o diagnóstico de pontos fortes e fracos do *trade* turístico religioso católico em Itapagipe, assim como a ideia de propor estratégias de desenvolvimento que pudessem contribuir para o fomento do turismo religioso sustentável na região, ambos apresentados na dissertação da pesquisadora.

Pensando em contribuir com tais objetivos e agregar valor à pesquisa, a intenção foi realizar uma comparação entre o turismo religioso

de Itapagipe após a canonização de Irmã Dulce e o turismo religioso de Buenos Aires, após a eleição de Jorge Bergoglio (Papa Francisco). A intenção da pesquisa foi mostrar como o turismo religioso poderia ser uma mola impulsionadora se utilizado corretamente, principalmente pelo poder público. Depois da eleição de Bergoglio (em 2013), Buenos Aires alcançou uma oportunidade de fazer alavancar o turismo em sua região, mas nove anos depois durante a residência, ainda não havia conseguido fazer com que o plano se concretizasse.

Escrevo¹ este relato ao som das zambas argentinas², degustando um AR Malbec³ durante uma noite fria e animada. Pela janela do Hotel Ibis Obelisco de Buenos Aires (BA), localizado na região do Uruguai, na Avenida Corrientes, onde estive hospedada por 15 dias, posso ver milhares de pessoas caminhando apressadas para seus des-

1 Neste capítulo, optamos pelo uso da primeira pessoa ao longo do texto. Essa escolha estilística reflete a natureza pessoal da experiência relatada pela autora principal, Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros, durante sua residência social na Argentina, realizada em 2022 no âmbito de seu Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social. A narrativa segue o formato de diário, permitindo à autora expressar suas observações, sentimentos e aprendizados de forma imersiva. O uso da primeira pessoa reforça, portanto, a autenticidade e a subjetividade das experiências descritas, aproximando o leitor da jornada pessoal da “peregrina”, que reflete tanto sobre sua vivência no contexto social da Argentina do Papa Francisco quanto sobre a espiritualidade inspirada por Santa Dulce dos Pobres. Embora o capítulo seja assinado por três autores – Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros, Tânia Fischer (orientadora) e André Luis Nascimento dos Santos (coorientador) –, a utilização da primeira pessoa refere-se à voz da autora que vivenciou diretamente a residência. Tânia Fischer e André Luis Nascimento dos Santos, em seus papéis de orientadora e coorientador, respectivamente, contribuíram de forma significativa para a elaboração e estruturação do texto, garantindo o rigor acadêmico e a contextualização teórica da narrativa, mas respeitando o caráter pessoal da experiência relatada.

2 Na Argentina, zamba é o nome dado a um gênero de música e dança característico da região noroeste, conhecido como folclore argentino.

3 Vinho produzido com uvas cultivadas na região de Jukan de Cuyo, em Mendoza, na Argentina.

tinos. Encapotadas, elas curtem a noite portenha, dividindo-se entre teatros, cinemas, restaurantes e arte de rua, em uma *calle*⁴ que lembra visivelmente a Times Square⁵ nova-iorquina.

Dulce, Francisco e a inusitada coincidência do 13

Não sei se vocês sabem, mas Santa Dulce tinha uma ligação muito especial com o numeral 13. A irmã era tão ligada ao número, que nasceu no dia 26 (duas vezes 13) de maio, morreu no dia 13 de março, recebeu o nome de “Irmã Dulce” em 13 de agosto – que depois virou o seu dia festivo – e foi canonizada no dia 13 de outubro. E não para por aí! A religiosa baiana revelou interesse pela vida religiosa aos 13 anos de idade, era devota de Santo Antônio, que é celebrado no dia 13 de junho; foi batizada no dia 13 de dezembro de 1914, e o vaticano reconheceu o milagre que faltava para sua canonização no dia 13 de maio de 2019, embora o anúncio de que ela se tornaria santa só tenha ocorrido no dia seguinte⁶.

Ao contrário do que pregam os filmes de terror, a numerologia diz que o algoritmo 13 carrega a força dos numerais 1 e 3, em que o 1 simboliza a ação e a independência, a coragem para abrir novos caminhos e iniciar projetos e o 3 significa autoconfiança, otimismo, comunicação, entusiasmo, sociabilidade e sentimento de leveza perante os desafios da vida. Tudo o que a freirinha tinha, né?

Já Francisco se ordenou bispo no dia 13 de dezembro de 1969, foi eleito papa em 13 de março de 2013 (aniversário de morte

4 Significa rua em castelhano.

5 Rua de Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA), famosa por apresentar em sua composição, milhares de luzes e enormes painéis publicitários. É na Times Square que estão os bares, restaurantes, teatros e museus da região.

6 Informações da Assessoria de Comunicação (Ascom) das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID).

de Santa Dulce, por sinal) e se não virasse o santo padre, moraria no quarto de número 13, no Lar Sacerdotal de Buenos Aires, localizado na região de Flores, onde nasceu. Coincidência ou não, os “trezes” dessas duas personalidades se encontram quando a fé é o motivo da visita. Tanto Buenos Aires quanto Salvador são cidades que respiram o turismo. E, embora cada uma tenha sua característica peculiar, ambas encontraram nas personalidades religiosas um viés para fazer girar a economia do lugar.

Por que Francisco?

Era uma quarta-feira, dia 13 de março de 2013, quando o conclave elegeu o cardeal Jorge Mário Bergoglio como sucessor de Bento XVI. Ele seria o novo papa e ficaria à frente da Igreja Católica a partir de então. A decisão surpreendeu a muitos argentinos, principalmente os que o acompanhavam diariamente. Monsenhor José Baliña, bispo auxiliar da Arquidiocese de Buenos Aires, quando me recebeu em sua residência para um bate papo sobre “o papa do povo”, como é conhecido Francisco, não teve receios para falar sobre a surpresa da igreja e do próprio Bergoglio com a indicação:

ele mesmo dizia que já estava para se aposentar como bispo, já que tinha 76 anos. Ele inclusive já havia reservado seu quarto em um espaço de descanso para os sacerdotes idosos. [...] No começo de 2013, o cardeal Bergoglio começou a preparar o quarto para mudar em dezembro do mesmo ano, mas em fevereiro o Papa Bento renunciou, no dia 13 de março, o cardeal foi eleito papa e nunca mais voltou à Argentina. O quarto permanece vazio até hoje (Baliña, 2022).

O Papa Francisco nasceu e foi criado em uma casa no bairro de Flores, em Buenos Aires, onde viveu até entrar para o seminário, com 21 anos. Pouco antes de completar 75 anos, em dezembro de 2011, enviou

uma carta ao papa Bento XVI pedindo que este aceitasse sua renúncia, uma vez que já tinha idade suficiente para tal. De acordo com o guia argentino Javier Cortese (2022), especialista em turismo religioso, o Papa Bento pediu que Francisco aguardasse por mais um tempo, que no final de 2013 aceitaria sua solicitação e ele então poderia se aposentar:

ele decidiu que após receber a carta do papa viveria na casa onde moram os sacerdotes aposentados, no Lar Sacerdotal de Buenos Aires Monsenhor Mariano A. Espinosa, Flores. Escolheu o quarto nº 13 porque morou no local de 1992 até 1997, quando era bispo auxiliar da Arquidiocese e Vigário Episcopal da Região das Flores.

Tem um ditado popular que diz que “Deus é brasileiro” e todo brasileiro em algum momento da vida acaba usando essa expressão para puxar a sardinha pro lado de cá, mas o ditado nunca fez tanto sentido como após a eleição de Bergoglio, tendo sido utilizado até mesmo pelo pontífice quando em diálogo com jornalistas brasileiros. “Vocês querem tudo. Vocês já têm um Deus brasileiro, queriam um Papa brasileiro também?”, brincou o santo padre quando esteve no Brasil em 2013, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude⁷.

O braço forte da pastoral do turismo

O turismo religioso católico em Salvador tem um nome de referência: a Pastoral do Turismo, ou simplesmente Pastur. De acordo com o coordenador nacional da pastoral, Padre Manoel Filho, o guia, agência ou operadora que julgar necessário ter mais conhecimento sobre as igrejas, espaços, santos e histórias católicas, pode realizar um curso com a Pastur e se qualificar para receber melhor o romeiro ou peregrino.

⁷ Evento religioso instituído pelo Papa João Paulo II, que reúne milhões de católicos de todo o mundo de dois em dois anos, sobretudo jovens, para um encontro com o pontífice.

Em Buenos Aires, a relação é diferente. Embora exista Pastoral do Turismo na cidade, essa não está à frente do processo de qualificação, apenas apoio nas visitações em igrejas, templos e espaços religiosos.

Marcela Villares, membro da Pastoral do Turismo da Arquidiocese de Buenos Aires, caracteriza a participação da Pastur Buenos Aires como estratégica, principalmente no que se refere ao relacionamento entre entidades:

Participamos de uma Comissão Argentina de Turismo Religioso, da qual também participa a Entidade de Turismo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, e a partir daí temos um grande relacionamento (Villares, 2022).

A Pastur Salvador, com a ajuda do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também contribuiu recentemente com a Secretaria de Turismo da cidade ao construir três roteiros religiosos que enriqueceram ainda mais os atrativos. Os roteiros de fé, como são chamados, permitem que os peregrinos visitem espaços religiosos supervisionados por agentes da própria Pastur, que atuam como monitores nos espaços. Os roteiros também podem ser encontrados em um mapa virtual no site de turismo oficial da capital baiana. Já em Buenos Aires, as rotas são construídas apenas pela Secretaria de Turismo, não há uma interferência da Arquidiocese.

A Rota do Papa, por exemplo, foi desenvolvida pela secretaria de turismo e apresentada aos guias e agências locais. Os cursos sobre turismo religioso e capacitações voltadas para comportamento na igreja e tratamento a peregrinos e romeiros, que em Salvador são ministrados pela Pastur, em Buenos Aires são oferecidos pela prefeitura.

Um bate-papo eclesial e o amor pelos mais pobres

Eu fiz contato com três instituições ainda no Brasil. A Arquidiocese de Buenos Aires, a Secretaria de Turismo de Buenos Aires e uma espécie

de Ministério do Turismo, administrado pelo governo federal. Marquei algumas entrevistas virtuais, outras presenciais e agendei visitas pelas rotas turísticas do lugar na companhia de um guia local sugerido por eles. A minha primeira entrevista foi com o bispo auxiliar da cidade, Monsenhor⁸ José Maria Baliña, que é vigário episcopal da Zona Central de Buenos Aires e membro da Comissão Episcopal para a Cáritas. No Brasil, chamamos os bispos auxiliares da mesma forma que tratamos os bispos e cardeais, pelo pronome de tratamento “dom”. Já na Argentina, tratamos por “monsenhor”. No Brasil, existem monsenhores, mas os bispos são sempre tratados por “dom”.

Monsenhor Baliña nos recebeu no escritório de sua casa, onde conversamos sobre turismo, igreja e sobre sua experiência com o papa. O bispo auxiliar de Buenos Aires conviveu com o pontífice ainda nos tempos de padre, quando Francisco respondia pelo nome de Jorge Bergoglio, arcebispo da capital Argentina. O brilho nos olhos e o sorriso no rosto do sacerdote, toda vez que falava do Santo Padre, era contagiante. Às vezes, eu até esquecia que não estávamos falando a mesma língua. O que vi em seu semblante tinha um significado universal: o da admiração!

Minha primeira entrevista em Buenos Aires foi uma mistura de angústia e descobertas. Primeiro, porque nunca havia realizado uma entrevista oficialmente em outra língua – em janeiro de 2019, fiz a cobertura da Jornada Mundial da Juventude no Panamá, mas ela foi basicamente de experiência. As poucas entrevistas que fiz foram em português – e nesse caso, apesar da minha angústia com a pronúncia, o monsenhor parecia me entender. Para minha surpresa, eu também parecia entendê-lo.

A entrevista começou em um ritmo, eu queria entender a relação de Francisco com a cidade, como isso impactava no turismo, como

8 Monsenhor é um título eclesiástico de honra conferido pelo papa a sacerdotes da Igreja Católica por serviços prestados à Igreja ou pelo exercício de funções eclesiásticas de governo ou de diplomacia. O título é normalmente abreviado por Mons.

os católicos argentinos começaram a pensar no turismo religioso após a eleição de Bergoglio e como isso reverberava em Buenos Aires..., mas descobri que a arquidiocese não se envolvia nos roteiros religiosos, mesmo que tivessem ligação com o sagrado – ou com o papa. Perguntei se não havia revisões, supervisões, treinamentos, deliberações... não, nada. Na verdade, Monsenhor Baliña não estava muito interessado nesses trâmites ligados ao turismo, não. Não parecia uma questão muito importante para a igreja de Buenos Aires. Mas o que eles tinham de fato ganhado com toda a atuação de Francisco quando ainda era Jorge, bispo da capital? E a resposta veio rápida enquanto observávamos os quadros das divisões zonais das vicarias⁹ de Buenos Aires: era o amor pelos mais pobres! E foi naquele momento que eu entendi todo o sentido da minha pesquisa na cidade.

A rota do papa e outros pontos de turismo religioso

Fui recebida pela coordenadora de visitas guiadas da Secretaria de Turismo de Buenos Aires na sede de sua administração. Cheguei à portaria embromando com meu *portunhol*¹⁰ abaianado e pedi para encontrar com Soraya Chaina. O porteiro perguntou do que se tratava e eu disse que realizaria uma entrevista para o mestrado. Ele continuou me olhando desconfiado, parecia que queria saber o assunto, sei lá. Então, eu me cansei de explicar que meu tema era turismo religioso, que eu estava fazendo pesquisa e proferi a frase mágica: “yo soy periodista!”, que significa “eu sou jornalista”. Pronto! O rapaz não teve dúvidas. Abriu

9 As vicarias são territórios de jurisdição dos bispos auxiliares. Cada bispo é responsável por uma região. Hoje, Monsenhor Baliña é responsável pela região central. Quando Bergoglio era bispo, era responsável pela região de Flores.

10 Portunhol é uma fusão linguística, que designa a interlíngua, originada a partir da mistura de palavras da língua portuguesa e da espanhola. Ocorre sobretudo em cidades de fronteira entre países de língua portuguesa e espanhola.

a porta prontamente e me permitiu acesso ao saguão do espaço sem nenhum protocolo. Por que eu não disse isso antes? Mentira não seria.

A simpática coordenadora de visitas guiadas nos apresentou o prédio por alto. Pensei que fossemos subir, mas ela nos conduziu até uma espécie de cantina, no mesmo andar. Antes, ofereceu-nos café ou chocolate – retirado de uma máquina disponível para os funcionários do prédio – e nos sentamos para nossa entrevista. Javier Cortese, guia local, acompanhou-nos durante a visita e muitas perguntas foram respondidas por ele.

Durante o bate-papo, Soraya Chaina me explicou como funcionava o turismo na cidade, como a eleição de Bergoglio havia posto um holofote sobre Buenos Aires e que, após a sua eleição, a cidade havia ganhado três roteiros específicos sobre o pontífice: um que acontece caminhando pela Praça de Mayo; outro, que também é realizado caminhando pelo bairro de Flores; e um terceiro, oferecido de ônibus, passando por 24 pontos, distribuídos em nove bairros diferentes. Conseguimos realizar os dois roteiros que acontecem caminhando. O maior, realizado de ônibus, não estava disponível durante o período da pandemia.

O Papa Francisco foi eleito no dia 13 de março de 2013, e o *tour*, apresentado pela prefeitura, foi inaugurado em 3 de maio de 2013, menos de dois meses depois do anúncio. De acordo com Javier, esse curto espaço de tempo exigiu um grande preparo na operação dos idealizadores do projeto.

Tivemos que aprender coisas que não sabíamos... sobre arcebispado, sobre a hierarquia da igreja, a doutrina, a formação do arcebispo, a quantidade de bispos auxiliares... Depois de Papa Francisco, tivemos que aprender tudo (Cortese, 2022).

Perguntei sobre a formação de turismo religioso para os guias da cidade e descobri que eles possuem uma “Direção-geral de cultos”, que é uma espécie de órgão do governo que reúne um representante

de cada religião, formando institucionalmente uma representação inter-religiosa na cidade. Soraya Chaina explicou que não eles receberam apenas uma capacitação da instituição, mas tiveram que realizar uma verdadeira pesquisa, uma vez que não existia nenhum órgão – nem a Arquidiocese – com informação necessária sobre Francisco, no momento de sua indicação ao papado:

Não foi uma capacitação, foi uma investigação. Primeiro tivemos uma capacitação com a Direção-geral de cultos. Ela coordenou e sugeriu um roteiro, e depois vieram as reuniões com o arcebispado, com os sacerdotes, com os vizinhos [...] (Chaina, 2022).

O tour realizado de ônibus, chamado oficialmente de Circuito Papal, leva os turistas por vários locais da cidade que foram importantes na vida do pontífice. O passeio é recomendado para pessoas de qualquer religião, já que também é uma oportunidade para visitar bairros de Buenos Aires totalmente desconhecidos pelos turistas como Flores, Monte Castro, Villa Devoto e Agronomia – e de forma gratuita!

A visita pelo bairro de Flores fizemos a pé na companhia de Javier. O experiente guia turístico religioso nos acompanhou pelas ruas do antigo bairro do jovem Jorge Bergoglio enquanto nos descrevia a experiência sentida pelo Santo Padre. Pelo serviço de guia, pagamos 2 mil pesos por sua explanação (aproximadamente R\$80 naquele momento). Foi interessante que esse roteiro começou dentro do metrô! Imagina! De frente para uma imagem de São José, abençoado por Papa Francisco, quando este ainda era cardeal Jorge Bergoglio. Embora o ponto não estivesse descrito no circuito, Javier fez questão de apresentar o local como um espaço sagrado visitado pelo pontífice.

Saindo do espaço subterrâneo, deparamo-nos com a magnífica Basílica de San José de Flores. Cercada por pilastras de arquitetura romana, o templo bastante habitado pelo Cardeal Bergoglio inspirava tradição. Em seu interior, está o confessionário onde recebeu o chamado e decidiu consagrar sua vida a Deus, em 21 de setembro 1953.

Como estávamos na Semana Santa, vimos muitas igrejas realizando confissões de fiéis após as missas. Pois bem, na Basílica de San José de Flores, as confissões estavam sendo realizadas pelo atual bispo auxiliar da vicaria, Monsenhor Ernesto Giobando. Ficamos encantados com o despojamento do sacerdote e como isso parecia uma prática comum no lugar.

Entre as imagens dispostas no interior da Basílica, duas velhas conhecidas nossas: a de Madre Tereza de Calcutá e a de São João Paulo II, imagens que fazem parte do acervo da Igreja de Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II, pertencentes ao Território Santo¹¹, na Península de Itapagipe. Senti falta da imagem de Santa Dulce para que o trio fosse formado... quem sabe após essa troca entre Salvador e Buenos Aires!

Antes de sair do templo, deparamo-nos com um espaço destinado a ex-votos. Mas diferentemente dos nossos que trazem partes do corpo de velas e madeira, o local de oração dos argentinos traz pequenas plaquinhas de metal com o nome da pessoa que precisa de oração. Expliquei a Javier como funcionava o nosso rito e ele ficou admirado com nosso costume. Não conseguiu imaginar partes do corpo feitas de velas... entrei no Google e mostrei a foto. Ele reagiu com uma expressão de surpresa.

O templo fica no bairro de Flores, onde Jorge Mário Bergoglio viveu grande parte da sua infância e adolescência. Andando pelas ruas basicamente residenciais, passamos pela casa onde o Papa nasceu, onde sua família morou e pelo colégio onde o pequeno Jorge estudou. Diferentemente de nossa cidade, em Buenos Aires, em cada ponto por onde passou o pontífice, existe uma placa indicando que ali foi um local frequentado pelo Papa e parte do circuito. Hoje, as casas estão

11 Arranjo Socioprodutivo Local (ASPL) fundado na Península de Itapagipe por comerciantes locais, membros do *trade* turístico, membros da Igreja Católica, governo e sociedade civil para pensar no desenvolvimento da Península de Itapagipe após a canonização de Santa Dulce.

habitadas por outras famílias, mas, do ponto de vista turístico, a indicação facilita a identificação por quem explora o lugar, conforme ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 – Placa indicando a casa onde o Papa Francisco nasceu



Fonte: acervo da pesquisadora (2022).

A outra rota que fizemos a pé compreendia a região da Plaza de Mayo. Essa conseguimos fazer por completo, por estar em uma região turística e por termos explorado a área assim que chegamos à cidade. Na rota, estavam a Catedral Metropolitana de Buenos Aires, o Arcebispado, a Igreja de São Francisco de Assis, a de Santo Inácio de Loyola, a banca de revistas onde Francisco comprava seu jornal todos os dias e a barbearia onde ele cortava o cabelo.

É importante registrar que, ao visitar os espaços frequentados pelo Papa Francisco, percebemos um sentimento de pertença, de identificação, de contemporaneidade, assim como sentimos tantas vezes por coexistentes da mesma época de Santa Dulce. A diferença, como destacou sabiamente Javier, é que Santa Dulce já morreu e foi canonizada, e Bergoglio virou Papa, mas ainda está vivo e, embora seja

chamado de santo padre e ocupe o cargo máximo da Igreja Católica, não recebeu o título de santo. Ele é o santo padre por ser sucessor de Pedro¹², e reconhecido pela Igreja pelo seu ofício.

O primeiro ponto do circuito que visitamos foi a Catedral Metropolitana de Buenos Aires, a igreja mais importante do país. Principal sede da Igreja Católica na Argentina, a catedral é vista como um Monumento Histórico Nacional. Mesmo estando em reforma durante a nossa visita, o interior da igreja não perdeu a beleza habitual. Pudemos visualizar cinco naves douradas e imagens que encantavam a todos os visitantes. Percebemos que o lugar é também um verdadeiro museu em honra ao Papa Francisco. Pudemos ver objetos pessoais e de liturgia utilizados pelo então arcebispo, Jorge Bergoglio, durante os 15 anos de seu ministério pastoral na cidade.

O Arcebispado, que conhecemos de forma corrida quando chegamos na cidade, é a sede da Arquidiocese de Buenos Aires, que foi residência e lugar de trabalho de Jorge Bergoglio até sua nomeação como papa. Embora conste que o local faz parte da rota de visitação desse circuito, ninguém sabia informar sobre visitação no local e não fomos autorizados a fotografar em seu interior. Estranho, né?

A Igreja de São Francisco de Assis foi um dos lugares que mais nos encantou durante a vista à Buenos Aires. A apenas uma quadra da Plaza de Mayo, encontramos a Basílica e o Convento de São Francisco por acaso. Entramos no lugar procurando por lembranças para levarmos ao Brasil e descobrimos que no espaço havia um museu. Em nossas conversas anteriores, tanto com contatos da Arquidiocese ou do governo, foram mencionadas a beleza da igreja e sua importância histórica. No entanto, o museu não foi mencionado em nenhuma das

12 De acordo com o catecismo da Igreja Católica, São Pedro foi o primeiro papa da Igreja Católica Apostólica Romana. Seguidor de Jesus Cristo, Pedro foi um dos 12 apóstolos escolhidos pelo filho de Deus para acompanhá-lo e auxiliá-lo quando esteve na terra.

conversas. Para conhecê-lo, pagamos apenas 100 pesos cada, cerca de R\$4.

Dentro do espaço, apenas um monitor nos aguardando. A cada palavra, parávamos para decifrar as muitas informações. Foi quando o rapaz pediu que parássemos de filmar e fotografar, que iríamos entrar em uma sala sagrada e que precisávamos apenas sentir. Respeitamos a orientação e entramos. Na pequena salinha tinham vários ostensórios¹³ e relicários¹⁴ diferentes. Ficamos encantados com a diferença das peças antigas presentes no lugar.... fiz algumas perguntas sobre a forma de um relicário que parecia uma torre e admirei a beleza dos outros artefatos expostos nas paredes da sala.

Foi quando me aproximei e observei mais atentamente cada peça exposta no espaço e fiz a seguinte pergunta: “*o que tem nesse relicário?*”. E o jovem me respondeu tranquilamente: “*são relíquias*”. Eu comecei a olhar para os quatro cantos da sala de forma incrédula e perguntei espantada se todos eram relíquias, porque achei que os relicários estivessem vazios! E ele disse: “*sim, de Santa Clara, São Francisco...*” e foi falando o nome de muitos santos franciscanos que tinham relíquias no local. Não acreditamos em tamanho presente que havíamos ganhado! Estávamos em uma sala repleta de relíquias e ninguém havia nos informado sobre esse lugar. Se estivéssemos em Salvador, essa rota ganharia um destaque bem maior.

Antes de irmos embora, uma informação importante: o monitor nos explicou que 50% dos visitantes, no local, eram brasileiros e que, depois da eleição de Papa Francisco, o turismo havia aumentado bastante.

¹³ Ostensório é uma peça dourada usada em atos de ritos da Igreja Católica para expor solenemente a hóstia consagrada sobre o altar ou para a transportar solenemente em procissão.

¹⁴ Relicário é um objeto para guardar relíquias de um santo. Por relíquia, entende-se um fragmento da Santa Cruz ou dos corpos dos santos e beatos que, conforme definido pelo Segundo Concílio de Niceia em 787, são objeto de veneração.

A Igreja de San Ignacio de Loyola foi o quarto ponto sugerido pelo roteiro. Declarada Monumento Histórico Nacional desde 1942, o lugar onde Francisco foi batizado foi também um marco para sua missão, pois a igreja foi construída por jesuítas, ordem da qual o sumo pontífice faz parte. O Papa Francisco fez sua profissão religiosa solene no dia 22 de abril de 1973 na Ordem dos Jesuítas ou Companhia de Jesus, na qual ingressou em 11 de março de 1958.

Entre 1972 e 1973, Bergoglio foi mestre de noviços na província de San Miguel em Buenos Aires, onde também atuou como professor da Faculdade de Teologia, consultor provincial da Ordem e Decano do Colégio. Em 31 de julho de 1973, aos 37 anos, foi eleito Provincial dos Jesuítas na Argentina. Bergoglio foi o primeiro latino-americano e primeiro jesuíta a virar papa.

Voltando às coincidências dos dois personagens desse relato, um dos ensinamentos deixados por Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, da qual Francisco é seguidor, é a principal premissa transmitida por Irmã Dulce em suas obras sociais: “em tudo amar e servir”. Para os funcionários da Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), amar e servir são os princípios básicos da filosofia do dulcismo, isto é, dos princípios e valores deixados pela freira baiana para perpetuar o seu legado. Inspirada por Santo Inácio, Santa Dulce já fazia uma conexão de amor e serviço entre seus filhos e os adeptos de Francisco.

Um lugar que é parada obrigatória no roteiro, mas que foi difícil encontrar foi o que chamam no roteiro de Puesto de Diários. Uma espécie de banca de revista, onde o papa comprava o seu jornal todos os domingos. De tanto perguntarmos, descobrimos que estava bem “no nosso nariz”. A barraca fica na Plaza de Mayo e, apesar de termos passado várias vezes pelo espaço, nunca a encontramos aberta. Provavelmente, porque o horário de abertura do estabelecimento não segue o mesmo padrão que estamos acostumados no Brasil.

O ponto final desse nosso roteiro foi a Peluqueria Romano – estabelecimento onde Bergoglio cortava o cabelo. Depois da pandemia, a famosa barbearia saiu do espaço original e foi reaberta em outra

localização, na mesma galeria. O espaço novo nunca recebeu a visita de Francisco, mas os funcionários e a clientela lembram com carinho da presença de sua santidade no local.

Os guias, a preparação e os turistas após a rota papal

O guia é o profissional responsável por acompanhar e orientar grupos de pessoas que estão viajando, seja em excursões, viagens internacionais ou qualquer outro tipo de viagem. Esses profissionais também são responsáveis por ajudar na montagem do roteiro e organizar as atividades que serão realizadas, garantindo que o turista conheça os melhores pontos turísticos que a cidade oferece.

Um guia de turismo religioso, além de trazer características de quem lida diariamente com pessoas, deve trazer um conhecimento específico sobre templos, além de tradições e costumes daquela determinada religião. Em Salvador, de acordo com Padre Manoel Filho, tais profissionais recebem treinamento específico para que tenham habilidade de conduzir romeiros e peregrinos em templos católicos, dando a eles a autonomia de transitar pelos espaços sem que necessitem de um monitor.

Em Buenos Aires, não é diferente. Os guias que têm interesse em conduzir visitantes em templos religiosos católicos também precisam de autorização e treinamento para realizar o guiamento. Porém, depois da eleição do papa, 15 profissionais que já tinham formação em turismo religioso foram convidados a receber um treinamento extra para realizar o circuito papal. Eles tiveram que correr contra o tempo para aprender peculiaridades da Igreja Católica que os diferenciaria dos demais profissionais:

Tivemos que aprender tudo muito rápido. O que é um bispo auxiliar, uma vicaria, a diferença de um sacerdote para um diácono, qual a ordem de Francisco... foi um treinamento intenso que deu trabalho, mas que nos preparou para o momento que viria (Cortese, 2022).

Soraya Chaina acompanhou de perto as capacitações realizadas pela prefeitura em busca do roteiro adequado para homenagear o papa. Segundo a coordenadora, a Argentina sempre foi um polo atrativo para o turismo – pelo tango, pelas cataratas, por Bariloche, pela proximidade de países latinos –, mas depois que Francisco foi eleito aumentou também o número de jornalistas na cidade: “*Vieram jornalistas de todo o mundo para conhecer a vida do papa e os primeiros roteiros realizados por nós, tinham dezenas deles*” (Chaina, 2022).

Tá explicado porque consegui entrar tão rápido na prefeitura depois que mencionei minha profissão. De acordo com Soraya Chaina, o circuito que teve início no dia 3 de maio de 2013 seguiu até o dia 20 de março de 2020, quando começou a pandemia da covid-19, e tiveram que suspender as atividades. Nesse período, foram realizadas 950 visitas, contabilizando um total de 16.100 passageiros. Isso porque nas primeiras semanas após a inauguração da rota, ela acontecia aos sábados, domingos e feriados, pela manhã e pela tarde, com 45 pessoas em cada visita. Depois, a procura foi diminuindo e os roteiros passaram a acontecer apenas uma vez por dia.

Papa Francisco ou Eva Perón?

Fiquei em dúvida se dedicava uma seção deste capítulo à Eva Perón, mas a devoção Argentina à ex-primeira-dama é tão grande que não seria coerente ignorar o que ela representa para a cultura do país. Eva Maria Duarte nasceu em 7 de maio de 1919 em Los Toldos, província de Buenos Aires, em uma família de baixa renda. Em 1935, viajou para Buenos Aires e estreou como atriz, desempenhando vários papéis no cinema, teatro e rádio entre 1936 e 1942. Em 1944, conheceu o Coronel Juan Domingo Perón, na época Secretário do Trabalho e Bem-Estar, além de Ministro da Guerra, em um evento para arrecadar fundos para as vítimas do terremoto de San Juan. Eles se apaixonaram e, em 22 de outubro de 1945, casaram-se.

Evita, como era conhecida, iniciou sua carreira política defendendo os direitos das mulheres e dos setores mais vulneráveis. Depois que Perón foi eleito presidente, a então primeira-dama promoveu a lei do sufrágio feminino e os conceitos de igualdade jurídica dos cônjuges e autoridade parental compartilhada, que foram incorporados ao artigo 37 da Constituição promovida por Perón em 1949 (Fernandes, 2020). Também defendeu os direitos dos setores mais vulneráveis e deu voz a programas sociais. Por causa de sua luta, ela ficou conhecida como a “porta-bandeira dos humildes” e a “mãe dos sem camisa” – expressão Argentina usada na época para se referir a pessoas muito pobres. Mesmo após a sua morte em 1952, Eva Perón provocou tanta devoção em seus seguidores que seu túmulo no cemitério de Recoleta¹⁵ ainda está enfeitado com flores frescas e mensagens de seus apoiadores. Quando chegamos ao bairro turístico, a fila no cemitério se assemelhava à fila por atendimento no Hospital Santo Antônio¹⁶. Não acreditei que era para ver o túmulo de Evita. Perguntei a umas pessoas ao redor por que tanta fila para um túmulo e percebi que a “devoção” era geral. *“É evita, ué, como não venerar?”*. Escutei.

Ainda hoje, Evita é uma figura adorada pelas classes trabalhadoras do país. O peronismo exerceu um forte apelo para muitos argentinos do pós-guerra, entre os quais o jovem Jorge Bergoglio, pelo fato de rejeitar tanto o marxismo quanto o capitalismo. Para Monsenhor Baliña, Eva Perón por muito tempo representou a esperança para um

15 Bairro de Buenos Aires, em sua maior parte residencial, que possui um conjunto de pontos turísticos da cidade, como o Cemitério de Recoleta, conhecido por seus numerosos e imponentes mausoléus que abrigam diversas figuras importantes do país como presidentes, políticos, escritores e até os restos mortais de Eva Perón, um dos túmulos mais procurados.

16 Hospital fundado por Irmã Dulce, famoso por ter filas quilométricas para atendimento. De acordo com dados da assessoria do espaço, registra hoje uma média de 16,5 mil internações e 10 mil cirurgias anuais. Ver: Obras Sociais Irmã Dulce ([2020]).

povo sofrido, assim como Francisco. A diferença é que depois que virou papa, Francisco deixou de ser apenas argentino. Ele passou a ser o representante maior da Igreja, um cidadão do mundo (Baliña, 2022)¹⁷.

O catolicismo romano e o peronismo tinham muita coisa em comum, e o jovem Francisco aderiu a ambos. O bairro de Flores da infância de Francisco, era uma espécie de refúgio. Jorge deixou a região do Piemonte, na Itália, com os pais e cinco irmãos em 1928, por terem sido atingidos pela grande depressão, este mudou para Buenos Aires em 1932. Flores era uma comunidade operária, mas com otimismo de classe média, habitada por imigrantes italianos, espanhóis, judeus e armênios.

De acordo com Javier Cortese, quando seminarista, Francisco absorveu suas opiniões religiosas da avó materna, Rosa. Ainda jovem, na Itália, ela participou da Ação Católica, que defendia a Igreja contra a ascensão do fascismo. Francisco ingressou na seção local da Ação Católica na adolescência, quando ela estava estreitamente ligada à Perón.

Encontrei poucos lugares na cidade que faziam referência ao papa, mas à Evita tinham muitos. Vi representações teatrais, tatuagens, a fachada do Ministério da Saúde em Buenos Aires, além de filmes, a nota de 100 pesos, os retratos em residências, repartições públicas e sindicatos, no discurso cotidiano, enfim! Eva Perón continua a ter uma forte presença na sociedade argentina, mesmo 70 anos após a sua morte. Soraya Chaina atribui essa devoção à entrega que ela sempre fez aos pobres quando em vida. Para a coordenadora, a diferença da primeira-dama para o papa, que também se doou aos pobres quando era bispo, foi que Francisco deixou o lugar antes de sua morte e isso impediu que fosse considerado um mártir entre os seus conterrâneos.

Os argentinos quando receberam a notícia da eleição de Bergoglio pensaram que teriam um papa deles, para eles. Quando o Cardeal Bergoglio deixou a Argentina, em 2013, ele nunca mais voltou. Isso soou como um punhal no coração para muitos de nós. Evita está morta

17 Informação de entrevista.

e ele está vivo. “*Ele cuida do mundo inteiro e não apenas dos pobres da Argentina. Ele é um chefe de Estado, tem suas pressões internas, a gente sabe. Mas não está mais aqui*” (Chaina, 2022).

Nuestra Señora de Caacupe

Eu já falei sobre as muitas diferenças entre as informações obtidas com a prefeitura e com a Arquidiocese com relação ao Papa Francisco? Pois é, quando entrevistei o Monsenhor Baliña, e mencionei o trabalho com os pobres do Cardeal Bergoglio, o bispo não falou sobre o bairro de Flores. Claro, ele falou sobre o trabalho na Zona de Flores, por causa da Vicaria, mas a Paróquia que Francisco realmente ajudava, segundo o Monsenhor, era a de Nuestra Señora de Caacupe, localizada no bairro de Barracas, Vicaria Centro.

Até ao final do século XIX, o bairro de Barracas era o local onde residiam algumas das famílias mais categorizadas da cidade, mas depois da epidemia de febre amarela, as famílias com maior poder aquisitivo se mudaram para as zonas do norte de Buenos Aires, fazendo com que o bairro de Barracas passasse a ser um bairro da classe operária, com uma grande presença de imigrantes, principalmente paraguaios (Baliña, 2022). Soraya Chaina nos explicou que quando Francisco era arcebispo, ele visitava muitas igrejas de bairros vulneráveis e tinha um grande vínculo com as pessoas mais humildes. Quando perguntamos sobre o bairro de Barracas, ela disse que se tratava de uma favela, em espanhol, *Villas*, (que se pronuncia bichas, tá?).

Um carro foi nos buscar no hotel para nos levar em Barracas. Era um domingo – Domingo de Ramos¹⁸ para ser mais exata. Luiz

¹⁸ Domingo de Ramos é uma festa móvel cristã celebrada no domingo anterior à Páscoa. A festa comemora a entrada de Jesus em Jerusalém montado em um jumentinho – o símbolo da humildade – e aclamado pelo povo simples que o aplaudia como

Carlos, motorista, foi nos buscar no hotel porque, segundo Monsenhor Baliña, não poderíamos entrar na favela sem a companhia de alguém do bairro. No caminho, perguntei sobre a localidade e descobri que o bairro de Barracas é perigoso principalmente por causa das constantes brigas de facções. Segundo Luiz, a polícia não se envolve nas brigas, apenas observa para que não atinja quem não tem relação com o conflito.

Chegando à Igreja de Nuestra Señora de Caacupe, conheci o simpático padre Totó, um argentino bem animado que parecia ter muito contato com a comunidade. Dois grupos estavam na igreja esperando para participar da procissão, os Exploradores, um grupo de crianças que apesar de trabalhar a serviço da igreja, assemelhou-se muito a um grupo de escoteiros. Na Igreja Católica do Brasil, não tem muito trabalho de escoteiros, vejo muito nas igrejas evangélicas. E também o grupo de homens. No Brasil, chamamos de *Terço dos Homens*, que rezam o terço, mas também trabalham como um grupo de serviço da igreja, fazendo um trabalho semelhante ao encontrado em Caacupe.

Eu estava empolgada! Estábamos preparados para participar da Caminhada de Ramos em outro país, seguindo os mesmos ritos que Papa Francisco seguia quando era cardeal. Antes de começar a caminhada, a polícia se posicionou no local e perguntou ao padre Totó por quais ruas ele pretendia caminhar. Depois permaneceram parados no local. Achei estranho, porque no Brasil o costume é que a polícia, assim como a Transalvador, acompanhe a procissão para evitar conflitos de trânsito. Depois, descobri que o motivo da polícia estar no local seria para a segurança, para permitir que a procissão passasse pelos caminhos sem nenhuma intercorrência policial e não para ajudar no trânsito, o que casou bastante com a descrição que o motorista havia me dado.

A Paróquia Virgem de Caacupé de Berazategui, também conhecida popularmente como Igreja dos Paraguaios, por ter sido fundada por imigrantes daquele país, é um ponto de encontro onde a comuni-

“aquele que vem em nome do Senhor”.

dade paraguaia professa sua fé à Virgem de Caacupé e outras festividades religiosas e culturais. Essa igreja representa uma pequena pátria para o povo dessa comunidade, que a cada 8 de dezembro, chega em grande número junto com a mãe comum dos paraguaios (para nós, dia de Nossa Senhora da Conceição – Virgem de devoção de Santa Dulce).

Achei impressionante a devoção das pessoas do lugar pela Virgem Maria. Por onde ia passando a imagem da virgem, muitas mãos se levantavam com ramos, outros se benziam, havia até os que se aproximavam da imagem e realizavam o sinal da cruz, fazendo reverência à Nossa Senhora. Em sua homilia, naquela comunidade humilde, mas cheia de fé, o padre Totó não falou apenas de Deus, mas de uma comunidade que se organiza para o bem. Ele falou de educação, saúde, falou em fortalecimento. *“Fortalecer Caacupé, fortalece o nosso povo. Peço a Deus pela paz no mundo e pelo trabalho. Para que trabalhemos pela paz. Nós, cristãos, trabalhamos para que não haja violência, para o caminho da unidade”* (Padre Totó, 2022).

A caminhada se encerrou em uma espécie de feira, no meio da comunidade. Víamos de fato que se tratava de uma comunidade de imigrantes, uma vez que naquele lugar parecíamos ver outros costumes, outra cultura. Assim que a caminhada terminou, o público se dispersou, e ficamos perdidos para voltar à igreja. Tentamos fazer o caminho contrário – agora sozinhos – e fomos percebendo os comércios, as pessoas, as casas..., sentimo-nos parte daquela comunidade por um momento, como se estivéssemos sido transportados para outra Buenos Aires. Apesar do aviso de perigo daqueles que indicaram que conhecêssemos o local, deparamo-nos com uma comunidade forte, cheia de representatividade, com uma economia movimentada e aberta ao turismo. Os paroquianos que encontrávamos no caminho nos perguntavam se éramos *periodistas*. Pareceram bem acostumados com a presença de jornalistas por lá. Éramos acompanhados por olhares curiosos. Bom, demorou, mas conseguimos chegar à igreja, onde a nossa carona nos aguardava.

Conclusão

Um turista religioso é diferente de qualquer outro turista. Primeiro, a gente já chega perguntando onde tem igreja... depois, se na cidade tem santos, se viveram por ali, se seu corpo ainda está por lá. Não podemos deixar de falar sobre o nosso amor por Nossa Senhora... Pode ter o título que tiver, católico quando sai para peregrinar, dá logo um jeito de encontrar a mãezinha... assim como encontrei a de Lujan, Caacupé, Pilar e muitas outras na capital argentina.

E os *souvenirs*? Mesmo que a cidade não tenha uma rotina de turismo religioso, é só chegar em uma igreja que a gente encontra logo um terço, uma imagem, uma medalhinha para levar de lembrança... Por fim, tem a figura do padre! Onde já se viu comprar a lembrança e não dar para o padre benzer? E lá vamos nós felizes da vida. Às vezes, nem conseguimos ver todos os pontos da cidade, mas as igrejas nós visitamos.

As políticas públicas de Buenos Aires possuem muitos avanços quando comparadas às de Salvador, mas o turismo religioso pulsa no coração da cidade soteropolitana e essa é uma “carta na manga” que só a gente tem. De acordo com a Pastoral do Turismo, são 480 igrejas espalhadas pela primeira capital do Brasil, mais igrejas que dias do ano, ao contrário da lenda urbana que traz a premissa de que Salvador tem uma igreja para cada dia do ano (já cantava Dorival Caymmi... “365 igrejas, a Bahia tem”). Temos a fé, a festa. A mistura entre o sagrado e o profano, percebida por qualquer turista que pisa na cidade, encanta a todos os gostos. Nossa recepção, acolhimento, nosso sorriso e nossa vontade de agradar também são diferenciais no lugar. O calor baiano se destaca quando nos dispomos a receber quem vem de fora.

O transporte soteropolitano ainda precisa de direcionamento quando comparado ao de Buenos Aires, mas a nossa variedade culinária não faz feio para nenhum amante de carne. Temos a mistura em nossas veias e é para isso que precisamos direcionar os nossos esforços.

No caso de Dulce e Francisco, a semelhança vai além a que um turista religioso comum poderia imaginar. O que mais percebi de semelhante entre os dois religiosos foi o amor pelos pobres. Ainda hoje, como papa, Francisco nutre um amor sem igual pelos mais pobres, a prova disso foi a escolha do nome Francisco¹⁹ para compor seu onomástico papal, mesmo sendo um jesuíta. Para o papa, um remédio para combater a doença da miséria é o trabalho e o amor pelos pobres, encorajando o povo de Deus a continuar transformando criativamente a face da economia de forma que esteja a serviço dos mais pobres.

Nada é mais profundo na vida de Dulce e de Francisco que o cuidado, a opção pelos mais pobres, e é isso que está impresso nas ruas de Buenos Aires e desenhado nas avenidas de Salvador. Santa Dulce nutria um amor pelos pobres que o soteropolitano aprendeu a respeitar, a admirar. A mesma coisa Francisco. Desde quando era padre Bergoglio, passando a bispo, cardeal, as ruas argentinas estavam acostumadas ao seu coração fraterno, ao seu olhar de amor. O mesmo amor que proferiu a declaração de canonização de Santa Dulce.

Em honra da Santíssima Trindade, pela exaltação da fé católica e para incremento da vida cristã, com autoridade de nosso senhor Jesus Cristo, os santos apóstolos Pedro e Paulo, depois de haver refletido longamente, ter invocado a ajuda divina e escutado o parecer de muitos irmãos do episcopado, declararamos e definimos santos os beatos: John Henry Newman, Giuseppina Vannini, Mariam Thresia Chiramel, Dulce Lopes Pontes e Marguerite Bauys (Francisco, 2019).

Sim, foi Francisco que nos deu a boa nova, foi ele que concedeu o título de santa ao Anjo Bom da Bahia durante a cerimônia que

19 O nome Francisco foi escolhido por Bergoglio em referência a São Francisco de Assis, pela sua simplicidade e dedicação aos pobres. O Papa Francisco se tornou o primeiro papa latino-americano, o primeiro vindo de uma congregação jesuíta e o primeiro a adotar o nome de Francisco.

aconteceu em Roma. E essa foi só mais uma coincidência... Tenho certeza de que ainda há muito a se construir, mas isso são cenas dos próximos capítulos.

Websites para conhecer melhor Buenos Aires a partir do turismo religioso:

Dirección de Cultos de la Ciudad de Buenos Aires: <https://www.buenosaires.gob.ar/jefedegobierno/secretariageneral/institucional-subsecretaria-relaciones-internacionales-e-institucionales/dg-entidades-y-cultos>

<https://www.buenosaires.gob.ar/cultos>

<https://www.buenosaires.gob.ar/cultos/calendario-interreligioso>

Imprensa: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/ultimas-noticias>

Redes: <https://www.youtube.com/user/casarosada>

Web: <https://www.casarosada.gob.ar/>

Telam: <https://www.telam.com.ar/>

Aleteia: <https://es.aleteia.org/>

Referências

FERNANDES, V. Há 68 anos falecia Evita Perón, uma mulher símbolo da Argentina. *Brasil de fato*, São Paulo, 26 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/26/ha-68-anos-falecia-evita-peron-uma-mulher-simbolo-da-argentina>. Acesso em: 10 nov. 2022.

OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE. Salvador, [2020]. Disponível em: <https://www.irmadulce.org.br/home>. Acesso em: 10 nov. 2022.



Sobre os autores

Ana Carolina Silva Santos

Diretora e coordenadora de programas na organização da sociedade civil Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ana Cristina Muniz Décia

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Educação pela UFBA.

Anderson dos Santos Teixeira

Analista técnico no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae-BA), mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

André Luis Santos Nascimento

Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Administração pela UFBA.

Anelize Barbosa dos Santos

Coordenadora técnica de Qualificação Profissional da Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA.

Angélica Olímpia de Oliveira Santos

Técnica administrativa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA.

Camila B. C. de Andrade

Coordenadora ambiental na CMT Engenharia Ambiental, mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Claudiani Waiandt

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Administração pela UFBA.

Edvânia Soraia Silva Lima

Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Fábio Almeida Ferreira

Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Media Studies pela Universidade do Texas, em Austin, Estados Unidos da América.

Fernanda Rocha Falcão Santos

Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ernani Coelho Neto

Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador do Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA.

Floriano Barboza Silva

Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Difusão do Conhecimento pela UFBA.

Hilda Almeida dos Santos

Gestora de Turismo Religioso na Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II e de projetos sociais da Associação João de Deus. Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Joaquim Alves de Oliveira Neto

Membro do Coletivo de Educadores(as) em Economia Solidária da Bahia (Coeduca), Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiza Reis Teixeira

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Maria Elisabete Santos

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Morgana G. Martins Krieger

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Patrícia Gavazza Garcia

Sócia-diretora da Dialogue Sustentabilidade, mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Renata Alvarez Rossi

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Administração pela UFBA.

Roberto Cirico Maciel

Diretor da Vila Consultoria, mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Rodrigo Ladeira

Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) com pós-doutoramento na New York University.

Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros

Líder de Turismo Religioso nas Obras Sociais Irmã Dulce, mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Samara Santana Meira

Coordenadora de Convênios da Secretaria Estadual de Educação (SEC), mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Tânia Fischer

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora emérita do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tânia Moura Benevides

Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Administração pela UFBA.

Formato: 15 x 22 cm

Fontes: Antonio, Calps e IBM Flex

Extensão digital: PDF

Esta coletânea resulta do trabalho e da dedicação de diversos docentes, mestres e mestras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PGDS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entre os docentes, contribuíram para a organização desta obra prof. dr. André Luis Santos Nascimento, prof.^a dr.^a Luiza Reis Teixeira, prof.^a dr.^a Maria Elisabete Pereira Santos, prof.^a dr.^a Morgana G. Martins Krieger e prof.^a dr.^a Tânia Fischer. Entre os mestres e mestras formados pelo PDGS, este livro não teria sido possível sem o envolvimento de Angélica Olímpia de Oliveira Santos, Joaquim Alves de Oliveira Neto e Rosa Virgínia de Brito Souza Medeiros.

Esta coletânea integra o projeto homônimo “Desenvolvimento e gestão social na Península de Itapagipe: compartilhando resultados de pesquisa”, apoiado pelo Edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) nº 08/2023, por meio do Termo de Outorga APR0044/2023. Com esta obra, buscamos dar mais visibilidade aos estudos realizados sobre a Península de Itapagipe pela oitava turma do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este livro é voltado para pessoas interessadas nos temas de desenvolvimento local e de aprendizados proporcionados por experiências comparadas, e por todos e todas que buscam se conectar com esse território tão especial de Salvador: a Península de Itapagipe.

ISBN 978-65-5631-144-9



9 786556 311449



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL

fapesb 
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia